



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

Monica Moreira Rocha

Máquina legislativa:

Perspectiva psicossocial entre, corpo, linguagem ebiopolítica.



Rio de Janeiro
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DECOMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

Mônica Moreira Rocha

Máquina legislativa:

Perspectiva psicossocial entre, corpo, linguagem ebiopolítica.

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, como cumprimento de etapa para obtenção do grau de Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Maria Paula Cerqueira
Gomes

Co-orientadora: Samira Lima da Costa

Rio de Janeiro
2021

MM838m Moreira Rocha , Monica
 Máquina legislativa: Perspectiva psicossocial
entre, corpo, linguagem e biopolítica. / Monica
Moreira Rocha . -- Rio de Janeiro, 2021.
 121 f.

 Orientador: Maria Paula Cerqueira Gomes.
 Coorientador: Samira Lima da Costa.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2021.

 1. política pública. 2. autismo. 3. corpo e
linguagem. 4. biopoder. I. Cerqueira Gomes, Maria
Paula, orient. II. Lima da Costa, Samira,
coorient. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Doutorado

Às 08:30 hs do dia **21/12/2021**, o(a) aluno(a) **MONICA MOREIRA ROCHA** (registro nº. 117001092), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Maria Paula Cerqueira Gomes, CPF nº 956.901.827-53 (orientadora e presidente da banca), Samira Lima da Costa, CPF nº 017.646.317-81, Emerson Elias Merhy, CPF nº 450.462.208-49, Laura Camargo Macruz Feuerwerker, CPF nº 117.717.288-76 e Débora Cristina Derbussi, CPF nº 066.819.358-18; membros suplentes: Kathleen Tereza da Cruz, CPF nº 830.615.099-68 e Claudia Amorim Tallemberg, CPF nº 941.542.527-04. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado “**Máquina legislativa: perspectiva psicossocial entre corpo, linguagem e biopolítica**” foi: (X) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; () aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a): Maria Paula Cerqueira Gomes

Aluno: Monica Moreira Rocha

Observações: Não há.

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem 30 dias para entregar a versão final encadernada.

Assinatura do Orientador

Data 21/12/2021

RESUMO:

A partir da investigação da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida como “Lei do TEA” com o aporte metodológico da genealógica chegamos na confluência de mais treze dispositivos legais dos entes municipal e estadual do Rio De Janeiro, a qual denominamos de máquina legislativa em torno do TEA. Apontamos a correspondência dos dispositivos estaduais e municipais serem correlatos as prescrições da Política Nacional do TEA. O engendramento das forças discursivas na pesquisada historiografia da história da Lei do TEA teve como consequência, a partir da prescrição do diagnóstico precoce ainda que incerto a relação do corpo e da linguagem. Para tanto fizemos uma série de argumentos tanto os princípios gerais que norteiam diferentes conceitos de linguagem, bem como a distinção entre de língua e linguagem e por conseguinte discutimos as relações paradigmáticas as quais os termos são referenciados. Para alargar a importância do seio das políticas das relações de poder e controle, exploramos a função narrativa da linguagem ao analisar o estudo sobre o Tema das Mães Orfãs.

Palavras-Chave: política pública, autismo, corpo e linguagem, biopoder.

ABSTRACT:

From the investigation of the National Policy for the Protection of the Rights of Persons with Autistic Spectrum Disorder, known as the "ASD Law" with the methodological contribution of genealogy, we arrived at the confluence of thirteen more legal provisions of the municipal and state entities of Rio De Janeiro, what we call the legislative machine around the TEA. We point out the correspondence of state and municipal provisions being correlated with the prescriptions of the National Policy of the TEA. The engendering of discursive forces in the research of the historiography of the history of the TEA Law resulted, from the prescription of an early diagnosis, although uncertain, the relationship between body and language. For that, we made a series of arguments, both the general principles that guide different concepts of language, as well as the distinction between speak language and language, and therefore we discussed the paradigmatic relationships to which the terms are referenced. In order to broaden the importance within the politics of power and control relations, we explore the narrative function of language when analyzing the study on the Theme of Orphaned Mothers.

Keywords: public policy, autism, body and language, biopower.

AGRADECIMENTOS

A todas as crianças que percorrem o meu caminho e que a cada dia me ensinam a magia da linguagem;

A disponibilidade e amizade dos membros da banca examinadora, professores: Emerson Merhy; Samira Lima, Débora Bertussi; Laura Fewerwerker;

Agradecer a Professora Paula Cerqueira por estar junto também nessa caminhada; Agradecer a Professora Samira Lima a acolhida e incentivo para esse texto;

Aos professores do programa de Pós – Graduação EICOS – UFRJ;

Ao coletivo da micropolítica em educação de cuidado em saúde, dos encontros de quinta feira; Ao coletivo dos pesquisadores do Letras;

Ao coletivo do LSD, por todas as invenções, inclusive essa aqui, nossa cisma é com a criação; Agradeço especialmente a sempre e pronta disponibilidade da Polyana Esteves e do Daniel Emílio.

“Me desculpem, mas não deu mais. A velhice neste país é o caos como tudo aqui. A humanidade não deu certo. Eu tive a impressão que foram 85 anos jogados fora num país como este. E com este tipo de gente que acabei encontrando. Cuidem das crianças de hoje!”

Flávio Migliaccio

in memoriam 1934 – 2020

Liberdad
e Para pensar
os rumos do mundo
Paciênci
a Pra junto
poder navegar
Amizad
e Pra ver o
que é mais profundo
E
coragemPra fazer o
mundo mudar

Chico Oliviera

in memoriam 1985-2020

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: Apenas o necessário, sempre insuficiente e provisório - graças a isso e apesar disso que seguimos.	1
0	
CAPÍTULO 2: Trilha metodológica - mas, que caminho tomar? que mapa percorrer, sobre qual matriz epistemológica?	2
0	
CAPÍTULO 3: Corpo, linguagem, biopolítica - Diagnóstico, <i>ainda que incerto</i>	31
3.1 Máquina legislativa, corpo e linguagem, na infância autista	31
3.2 Máquina legislativa, corpo e linguagem, na infância <i>das ruas e do crack ou</i> As vozes das mães órfãs: por uma política das narrativas. 44	
CAPÍTULO 4: Corpo, Linguagem, Controle Da Vida	53
CAPÍTULO 5: Encontro com amigos	58
BREVES E INCONCLUSAS CONSIDERAÇÕES – BIOPOLÍTICA, CONTROLE DOS CORPOS, MORTE DAS INFÂNCIAS	6
6	
6. REFERÊNCIAS	74
ANEXOS.....	82
ANEXO 1: Apanhador de Sonhos	83
ANEXO 2: Poemética: corpo coletivo, narrativas polifônicas.....	92
ANEXO 3: Polissemias do sensível.....	100

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa tem caráter bibliográfico-documental, tendo como principais fontes de estudo documentos, referências bibliográficas e registros da memória, reunindo fragmentos de experiências e reflexões em torno da **relação entre corpo, linguagem e biopolítica**. O estudo é fruto da revisitação de uma somatória de experiências, inquietações e reflexões, principalmente mobilizadas pelas questões que envolvem corpo, linguagem e controle, buscando discutir o exercício biopolítico no controle das infâncias. Apresenta, como resultado, um mosaico, ou um caleidoscópio, das muitas possibilidades trazidas à tona, e à contrapelo, a partir do exercício de organizar o texto desta tese.

A primeira parte apresenta minha trajetória profissional, acadêmica e familiar no que tange a temática do corpo, da linguagem e do controle, no viés do controle dos corpos.

O segundo capítulo apresenta a trilha metodológica percorrida. Nele assumimos a direção Ética-Estética-Política de construção do conhecimento, na medida em que todo ato de conhecer é formação de mundos, os quais não estão subtraídos do ponto de vista do sujeito implicado na investigação. Argumentamos que nessa perspectiva é imprescindível à posição do pesquisador, ultrapassar a posição de neutralidade tão peculiar ao modelo da ciência moderna na cisão paradigmática entre sujeito e objeto. Trabalhamos, tanto quanto possível filiações epistemológicas, colocando, em contraponto, o universal e necessário e, o particular e contingente a fim de situar a natureza do objeto de estudo em questão, já que se deverá levar em conta a multiplicidade de fatores que o compõe.

O terceiro capítulo está organizado em duas partes, em diálogo. Primeiro, apresento uma análise documental produzida a partir dos dados da investigação genealógica da Lei Federal 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo também conhecida como “Lei do TEA”¹. Em seguida, trago reflexões a partir da experiência com *mães órfãs* de Belo Horizonte, vítimas de sequestro de seus bebês

¹ Essa investigação teve início a partir do Edital Chamada MCTI/CNPq/CT-Saúde/MS/SCTIE/Decit No 41/2013, cuja proposta foi a da implementação de uma Rede Nacional de Observatórios de Políticas Públicas em Educação e Cuidado em Saúde. No observatório do IPUB/UFRJ trabalhamos com o eixo de pesquisa sobre o autismo, dentre outros distribuídos nos observatórios da rede em outras IES.

pelo estado a partir do *diagnóstico de suposto risco*, devido a dependência química e/ou trajetória de rua de seus genitores.

No quarto e quinto capítulos trago algumas reflexões acerca do projeto biopolítico que habita os corpos tomando como analisadores o que nomeio como *máquina legislativa* em torno do autismo, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e em torno dos bebês filhos do crack, no âmbito da cidade de Belo Horizonte. A partir dessa apresentação exploro e problematizo a capacidade agenciadora das narrativas enquanto política. A narrativa, em sua forma recorrente de um dizer a outro, produz sentido porque nela nos reconhecemos, enquanto a informação prescinde de sentido para aquele que a enuncia, uma vez que tendo a função de averiguação, ela serve àquele que a coloca em prova, e não a quem a expressa.

Ao longo dessa tese procurei problematizar alguns dos dispositivos biopolíticos da modernidade que contribuem para produção de barreiras a passagem da experiência à linguagem mobilizadas pelas questões que envolvem corpo, linguagem e controle *agenciado pelo diagnóstico e intervenção precoce* - no controle das infâncias.

CAPÍTULO 1: Apenas o necessário, sempre insuficiente e provisório - graças a isso e apesar disso que seguimos.

Tenho apreço pelos autores que forçam o pensamento de seus leitores a fazer uma operação desafiadora, formular perguntas que não lhes são familiares ao esquema cognitivo. Fazem com que o pensamento avance no seu próprio limite. Já esse reconhecimento em direção ao limite é por si só colocá-lo em aventura do pensar. Por um defeito de formação tenho o vício do ofício de brincar e não há nada mais criador e comprometedor do que brincar de pensar na aventura do pensamento que pede para pensar aquilo que não lhe é ainda sabido e habitual.

Nutro por eles uma sincera amizade. Ao lê-los, sinto-os presente em cada entre linha. Fico curiosa em saber os seus gostos e a imaginar os seus gestos. É óbvio que nenhuma biografia ou autobiografia seria capaz de saciar essa curiosidade. Trata-se de uma construção imaginária. É um modo de me colocar em relação com eles. Me soa estranho se deparar com uma leitura que opera por deslocamento sem que o leitor se interesse pelo autor. Isso não tem a ver com biografia, mas com a composição que a leitura faz com o leitor e por conseguinte, me parece irrefutável a ideia de que cada autor venha a ser concebido imaginariamente pelo seu leitor. Como se os dois produzissem uma zona de familiaridade e intimidade a partir da relação de confiança estabelecida na leitura. Isso é bonito e generoso por parte dos amigos, por serem meus amigos não se recusam a essa composição e confiança.

Por vezes até me pergunto o que os levou a uma dada formulação, e querendo provocá-los com uma cutucada de cotovelo - imaginando que a leitura se torna um tipo de conversa com a operação de deslocamento do pensamento, os indago: conta aí, vai.... Aprendi esse jeito de ler com eles. Os conheci em diferentes tempos e percursos de minha formação. Eles não são necessariamente amigos em comum, frequentam praças diferentes e são de diferentes filiações e campos de conhecimento.

Sou capaz de lembrar do impacto gerado em mim, quando li pela primeira vez o texto Introdução : Rizoma, que abre o conjunto da obra de 5 volumes do Mil Platôs de Deleuze e Guattari. Nele, eles qualificam um livro não pelo teor de um suposto objeto de conhecimento o qual o livro pode ser escrito, mas pelo seu agenciamento e afirmam que “Não há diferença entre aquilo de que um livro fala e a maneira como é feito” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 18). Por conseguinte, se é agenciamento vale nele as intensidades com as quais a escrita faz acessar uma rede de conexões. Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou

significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona, em conexão com o que faz ou não passar intensidades. Há passagens nos livros que nos fazem palpitar, esse foi um momento.

A partir desse encontro com eles pude entender a minha franca amizade a autores precedentes a eles, com os quais já havia declarado minha amizade por tanto que me ajudaram no percurso da minha formação. Só não tinha percebido ainda que a formação afetiva desses laços por serem de natureza amorosa, eram também epistemológicas. Se há conhecimento é porque há afeto e desejo. E se há a banalização dessa prerrogativa como condição de produção de realidade é justamente em razão do conhecimento subordinado aos princípios das consequências cuja identificação de suas supostas causas as explicam, da separabilidade entre o sujeito e objeto, como se o desejo e afeto fossem escolha de gosto e não a fonte geradora de condições de possibilidades. Nossa amizade se situava não no âmbito daquilo que passei a conhecer graças a eles, ela se situava na experimentação de forjar meus pensamentos a partir da conexão com eles. Muitas das coisas que levo deles, não se equivalem a totalidade dos projetos que eles desenvolveram, ao contrário, como bons amigos me concedem só o que me é necessário e nem exigem de mim uma fidelidade identitária.

Certa de que esses laços de amizade foram basilares para o propósito desse texto de doutoramento, peço licença para partilhar algumas composições dos laços de amizade com alguns deles. No entanto, antes disso, é necessário me apresentar sumariamente pois a maneira como eles se tornaram intercessores para nossa amizade tem a ver como me apresento a eles.

Sou fonoaudióloga de formação desde 1984; Psicomotricista por deformação – Sociedade Brasileira da Psicomotricidade – 1992; Docente do Curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1997, lá ministrou a disciplina de transtorno de aquisição de linguagem – Tal. Coordeno e supervisiono o Ambulatório de transtornos de aquisição de linguagem e transtornos do espectro do autista – TAL / TEA; coordeno dois projetos de extensão: o Laboratório de sensibilidade e devires – LSD e o Projeto – Articulação de rede e produção de cuidado em tempo de pandemia, para os usuários do Ambulatório de transtornos de aquisição de linguagem- TAL do Serviço de Fonoaudiologia do INDC. Tornei-me mestre no Programa de Pós-Graduação em Clínica Médica da Faculdade de Medicina – UFRJ em 2010. Sou avó do Enzo, Cauã e assim que ela, a Rosa, chegar também me fará avó.

Minha atividade profissional sempre foi com atuação na Clínica infantil, a iniciei trabalhando especificamente com motricidade oral funcional. Não havia um interesse prévio por essa especialidade, decorreu por puro acontecimento. Em resumo, tratava-se da indicação de uma odontopediatra para avaliação das funções do aparelho estomatognático: deglutição, mastigação, respiração e fala. Não vem ao caso o detalhamento e descrição do conjunto nosológico decorrente de alterações das funções anteriormente citadas. Em geral, estão relacionadas ao equilíbrio tônico postura das forças da musculatura perioral e do selamento labial necessários a boa execução daquelas quatro funções, além da estrutura óssea crânio -facial. No entanto, constatei que o equilíbrio da musculatura perioral, estava diretamente relacionado a configuração tônico postural da musculatura de sustentação do eixo corporal e não muito raro, as alterações daqueles sistemas vinham acompanhadas de várias falhas do domínio das habilidades psicomotoras de equilíbrio, coordenação dinâmica geral e coordenação de motricidade fina, para citar apenas algumas. (ROCHA, 1990). A partir daí, o corpo tornou-se para mim um campo de problematização, visto que era pouco promissor a reeducação – não gosto desse termo, mas é o que explica a visada que tinha do fazer fonoaudiológico naquela ocasião. Também foi muito pouco satisfatório buscar todos os recursos de reabilitação psicomotora em muitas das ofertas bibliográficas com sugestões de programas psicomotores. Era nítido que as respostas corporais tinham a ver com as inscrições afetivas no corpo, as quais não raro, davam conformação as condições funcionais de mobilidade e tonicidade como dadas na representação do esquema e da imagem corporal. Faço apelo a uma fugaz lembrança para melhor entendimento sobre a implicação do corpo atrelado a queixa fonoaudiológica, de certo que isso não constitui uma condição *sine qua non* enquanto conformação do campo do fazer fonoaudiológico, diria até mesmo ao contrário, o corpo na sua dimensão biológica que o nutre. A queixa principal relatada pelos pais era de alteração na fala – desvio fonológico. No entanto, foi surpreendente verificar que a criança ao desempenhar as habilidades de motricidade fina e de vida diária, como por exemplo o desenho ou ainda, como pentear os cabelos, ou escovar os dentes não ultrapassava a linha média do corpo, com os membros superiores.

A realização de tais habilidades eram efetuadas bi manualmente: uma vez desenhando fazia o traçado com a mão esquerda até que esta encontrava como limite, o meio da folha, cuja relação espacial coincidia com o dimídio do corpo da criança e, necessariamente o lápis era transposto para mão direita para prosseguir o traçado. Essa mesma manobra se repetia para escovar os dentes; dá laços nos cadarços dos tênis e até mesmo abotoar os botões da camisa mostravam-se atividade impossíveis

de serem executadas, uma vez que para serem realizadas precisavam cruzar o centro do corpo. Na anamnese, depois de ter finalizado a consulta com a mãe, esta volta a porta do meu consultório e me diz: - Precisava te dizer algo importante, assim que o umbigo caiu, eu o coloquei em um vidro e o joguei no mar. Nada falei, somente acenei com a cabeça que havia escutado o que fora dito. Novamente se despediu e saiu. Tratava-se de um caso de adoção velada, e o sofrimento dos pais consistia no medo de perder o amor do filho caso viesse a saber. No desdobrar do projeto terapêutico a hipótese da inscrição afetiva no corpo de parte da sua história velada, se confirmara.

Havia uma intuição clínica que para além da identificação de dificuldades psicomotoras inerente ao desenvolvimento dos padrões neuromotores o corpo relaciona-se com a linguagem. No entanto o jargão que emoldura essa relação, qual seja: a linguagem do corpo, nunca me foi convincente. Havia nessa relação algo de um nó górdio, como se fosse possível pensar em duas linguagens tal como era proposto pela linha formativa da Psicomotricidade Relacional. Ou ainda, a maneira pela qual circulou entre nós nos anos 80, lançado pela editora Vozes, o livro escrito por Pierre Weil e Roland Tompakow - O corpo fala. - linguagem silenciosa da comunicação não verbal. Muito menos me satisfaz o uso da conjunção aditiva como autoexplicativa da subjetivação do corpo – corpo e linguagem, pois o que pode ser acrescido, também pode ser subtraído e nessa operação certamente o que se subtrai é o elemento de menos valia, o corpo. Não fosse a separabilidade paradigmática em razão da dicotomia mente corpo de uma racionalidade centrada no sujeito da razão.

Busquei a formação em psicomotricidade e me filiei a Sociedade Brasileira de Psicomotricidade. Formei-me com uma de suas fundadoras, Regina Morizot e uma das interlocutoras com os franceses os quais formaram muitos brasileiros, André Lapierre, Bernard Aucouturier e Françoise Desoubau, com quem tive a oportunidade de ser supervisionada, quando ainda estava na faculdade, dentre outros de igual importância.

Havia duas referências conceituais na literatura sobre a noção de corpo no campo da psicomotricidade, a saber: os conceitos de imagem do corpo de filiação psicanalista e o conceito de esquema corporal de filiação neurológica. Quanto mais eu os lia e me submetia a experimentações corpóreas de sensibilização do corpo necessárias ao fazer psicomotor mais me intrigava a relação do corpo e da linguagem, obviamente que isso não era descolado dos conceitos de corpo que norteavam e delimitavam o campo psicomotor. Havia duas matrizes, uma em razão das inscrições funcionais nos substratos de controle cortical e de organização neuromotora e outra,

as inscrições subjetivas das marcas afetivas constitutivas da imagem inconsciente do corpo.

Fiz muitos amigos literários nessa ocasião. Li o quanto pude e por diversas vezes tive a oportunidade de estar com alguns dos franceses de referência para a formação do campo psicomotor, aqui no Brasil.

Não menos importante foram as contribuições do português Victor da Fonseca, figura de muito referência entre nós com inúmeros livros publicados, em nosso país. Com ele aprendi de forma detalhada e minuciosa os aspectos do desenvolvimento neuropsicomotor e cognitivo a partir de várias matrizes das escolas psicológicas do desenvolvimento infantil. Me instigava a descrição do desenvolvimento infantil a partir de diferentes autores, ia de Piaget a Freud, passando pelos sócios interacionistas franceses e soviéticos. Gostava da companhia dele. Quando você chega em um lugar que até então não conhecia, e encontra aquele amigo local, é o melhor dos mundos. O amigo local, que lhe mostrará todas as peculiaridades daquele lugar e as melhores indicações para uma dada expectativa. Assim foi minha conexão com ele, lia as referências bibliográficas de seus livros como quem pega um guia turístico para se orientar quando não conhece o lugar.

Nesse tour de referências bibliográficas cheguei no sociointeracionista Henry Wallon. Foi e ainda é um marcador, ainda usufruo de seus conceitos como que lentes de aumento dos fenômenos do desenvolvimento infantil.

Dentre muitas de suas ofertas conceituais, o diálogo tônico – emocional é uma ferramenta conceitual com a qual podemos apreender a dimensão dos efeitos, de mão dupla, dos estados emocionais sobre o corpo e das sensações corpóreas sobre os estados emocionais de apelo e de satisfação, emoldurados na relação com o corpo do seu cuidador. Vale destacar também a descrição das imitações precoces, decorrentes das impregnações percepto motoras como amálgama da relação interacional desde a mais tenra idade, dispositivo de diferenciação do outro até que possa reconhecer a imagem representada, no espelho e em razão da sua entrada na linguagem. De fato, Wallon é um amigo de todo dia, sua presença é marcante no meu fazer clínico. Uma mola propulsora, ainda o é, para, de certo modo, o desfecho desse projeto de doutoramento, ainda que tenha buscado a mão de novos amigos nesse caminho do doutoramento.

Mas naquela ocasião, não me furtei de usufruir da noção de próprio corpo a partir do jogo de percepção do visível e invisível descrito por Merleau Ponty e dos

princípios da fenomenologia da percepção. Certamente atribuo a ele, o que era até então uma intuição, a minha inquietação da articulação do corpo e da linguagem, que não cessa em se dobrar em questão no meu fazer trabalho clínico. Fui um divisor de águas agregar a compreensão da noção do próprio corpo pela função perceptiva do movimento, dando-lhe um outro estatuto, para além da representação topológica do córtex motor. O corpo representado é aquele advindo a experiência perceptiva, do desfecho do movimento a partir da intencionalidade que arma todo o arcabouço do esquema corporal e campo de significação, no qual ele próprio emergiu.

Nessa altura, meados dos anos 80, virada de 90 já estava envolvida na Sociedade Brasileira de Psicomotricidade – SBP. Décadas marcadas pela expansão formativa em psicanálise e das práticas psicossomáticas de teóricos com formulações a partir das teorias freudianas. Não tenho nenhuma apropriação da história da psicanálise, e nem isso vem ao caso, e se trago aqui essa digressão é só para marcar o contexto no qual eu me via atravessada. Importante também ressaltar que me formei antes de 1988. Certamente essa data é basilar para a necessidade de mudanças na formação profissional em saúde. Até então, a direção da formação se fazia no modelo médico -centrado, cuja direção era a cura. Embora muitas águas tenham rolado posso dizer, que ainda o é, em muitos casos. De forma sofisticada, com o desenvolvimento de tecnologias medicamentais travestidas de cuidado e sustentadas por discursos da ciência positivista no campo da reabilitação e, em especial no campo da política dos Transtornos do Espectro do Autismo – TEA. Fiz esse parêntese, pois como poderão ver adiante ele gravita em torno do tema da tese.

Buscava uma formação que me trouxesse as vertentes afetivas e emocionais de intervenção junto a minha prática. A SBP me parecia um lugar possível para essa interlocução e formação. Não tardou chegaram os argentinos, Alfredo Jerusalinsky, que transitava entre as sedes de Porto Alegre e Buenos Aires do Centro Lydia Coriat. Com ele veio Esteban Levi, também do referido centro. Quanto mais tinha oportunidade de interlocução com eles, mais eu os lia. O livro Psicanálise e desenvolvimento infantil (JERUSALINSKY, 2003) funcionava como um lugar confortável que me convidava a me demorar mais um pouco. Alí, tinha-se a impressão que o sujeito universal da psicologia da desenvolvimento fazia desvio, para a descrição constitutiva de sua singularidade. Gostava muito dessa visada, no entanto fui eu quem fez desvio e nele me encontro até hoje. Explico, certa de que talvez não seja suficiente nesse momento do texto, mas fará sentido quando chegar o momento de apresentar o campo de problematização no corpo da tese. Levi aprofunda aproximações da psicomotricidade com a psicanálise lacaniana, a partir de dois autores, Sami Alí e Jean

Bergès. Este já era meu conhecido, com quem havia aprendido o método de relaxação segmentar e progressiva que até hoje faz parte da minha caixa de ferramenta.

Embora tivesse usufruído de muita aprendizagem com o encontro com esses psicomotricistas e no início me sentisse, até um pouco apaziguada com as respectivas formulações, o fio do novelo que me via embaralhada – a relação corpo e linguagem levava ao significante. Descobri a tempo que eles eram excessivamente lacanianos. O fio deu nó e a solução foi cortá-lo. Descobri que há um limite claro no diálogo com os Lacanianos, ou você se torna um deles, ou não conseguirá uma certa simetria na interlocução. Para tanto teria sido necessário se tornar um deles, mas logo percebi que não haveria lugar para ler mais nada além dele. Assim eram as minhas impressões. Longe de portarem qualquer veracidade sobre os lacanianos, muito menos sobre o próprio Lacan, mas esses eram os entendimentos que meu corpo me dizia, essas eram minhas afecções. Declinei, foi mesmo um limite. Quando eu os escutava em comunicações de discussão de estudo de casos, me interrogava – se a atuação do psicomotricista por eles descritas e problematizadas e mais em torno do significante do que o corpo em movimento, o que nomeiam ser uma intervenção psicomotora não é o que faço. Obviamente que isso não constitui um problema para eles. O foi para mim. Um baita problema. Sou grata a eles por terem produzido condições de possibilidades de um cenário impossível para mim, me sentir captura por um único referencial. Sempre achei muito curioso, as formas identitárias, fulano é freudiano... fulano é walloniano... o quer que seja para além dele próprio. Ser Rocha já é suficientemente trabalhoso. Tinha algo, do meu fazer que o referencial sustentado por eles não acessava: a experimentação de co-presença do corpo outro com o corpo de quem cuida. Um certo resgate das modulações tônicas no diálogo tônico-emocional.

Levi dizia algo o sobre trabalho do psicomotricista que se armou para mim como um dispositivo poderoso, era assim: o toque, toca o corpo do outro onde não é possível ser tocado. Se hoje posso levá-la a cabo como um dispositivo e de fato ainda pode ter esse funcionamento, naquela ocasião não tinha essa dimensão do forjamento do dispositivo, pois ele próprio já é emblemático da discussão que dele se desdobrou. Argumentava que o toque se fazia efetivo naquela proposição uma vez que incidia justamente na articulação do corpo simbólico e imaginário, portanto não se tratava de um lugar. Em parte, eu concordava, mas contra-argumentava que de todo modo o corpo era de fato tocado, e que seria então o efeito desse toque, na situação interacional que se circunscrevia o trabalho do psicomotricista.

Bem, se por um lado, havia uma concordância, qual seja: não estávamos falando em absoluto dos elementos e das estruturas físicas de um dado segmento do corpo. Por outro não concordava com o modelo explicativo centrado a imagem do corpo que aquela intervenção incidia por meio de sua posterior nomeação, o significante.

A formação do campo psicomotor era então balizada por duas matrizes, uma referida a psicanálise a despeito de quantas “psicanálise” poderiam ser referenciadas, e outra, calcada no arcabouço da concepção do corpo enquanto forças mecânicas coordenadas para o desempenho das habilidades psicomotoras. Tomei essa distinção, disjunção das descrições das experiências do corpo da criança como um campo de problematização referido aos modelos paradigmáticos que naquela ocasião circunscreviam a intervenção do psicomotricista.

Na dissertação de Mestrado do Programa da Clínica Média da Faculdade de Medicina da UFRJ, tomei como interesse do meu estudo recolocar esse campo de problematização buscando superar o conceito de corpo colocado nesses dois termos. Trabalhei com a proposta do modelo paradigmático da complexidade incorporando o caos e o imprevisível como elementos na aquisição da noção do próprio corpo, por parte da criança, argumentando a exaustão dos referidos modelos, que operavam em duas ordens, ou ainda, em dois termos: concepção neuro motora – leia-se esquema corporal, e concepção psicoafetiva – leia-se imagem inconsciente do corpo. Nessa altura, Edgar Morin torna-se um amigo cuja amizade foi acolhera e apaziguadora, como se eu pudesse cochichar em seu ouvido – encontrei uma saída para descrever o que faço. Tinha uma segunda razão para gostar ainda mais dele, em uma das ocasiões em que estive falando no Instituto Filosofia Ciências Sociais - IFCS confessou – adoro uma caipirinha. Morin, de fato é um amigão, além de ter sido importante para a proposta da dissertação, foi e ainda o é um bom conselheiro em relação as reformas necessárias para a Educação.

Por certo que trabalhar com os princípios da complexidade, as unidualidades de ordem/desordem, sistema/interação é provocar uma mudança de visão de mundo, e por seguinte recolocar para produção de conhecimento a complexidade do pensamento, o qual admite o caos, o imprevisível, o erro como elementos de sustentação da relação do conhecimento com a vida e o vivido. Tal perspectiva foi fundamental para a proposta de uma modelo explicativo da psicomotricidade, no qual a noção do próprio corpo frente as desordens próprias e necessárias para o desenvolvimento e aquisição de todos os padrões psicomotores

emergentes na primeira infância, se articulam como campo de significação nas intencionalidades prévias as quais se configuram a gestualidade e armam a percepção do próprio movimento. Merleau- Ponty foi fundamental nessa argumentação. Nesse tempo andava feliz, de mãos dadas com eles dois.

Sabemos bem que a ciência avança pelo acúmulo de conhecimento desde que ele tenha se consolidado no mesmo pressuposto no qual foi referido. Ou seja, que opere na mesma racionalidade paradigmática.

Embora a proposta da complexidade seja um passo à frente para incluir a desordem e o caos como vetores de realidade e a experiência do vivido colocando em cheque a noção de neutralidade do pesquisador, no campo da produção de conhecimento; bem como o projeto filosófico de Merleau-Ponty da fenomenologia da percepção também tenha sido uma oferta arrojada, para fazer frente a tensão constitutiva opositora e dicotômica mente/corpo e, tenha incluído a noção de corporeidade nas considerações sobre a constituição do sentido das palavras, o fato é que ainda são esquemas cognoscentes referenciados na racionalidade científica centrada no sujeito da razão. Não fosse o sujeito a figura central da linguagem, não estaríamos enfrentando o seguinte problema, a saber: como acessar o sujeito antes mesmo que o próprio possa se referenciar como tal? Para tanto certamente, terá que fazer uso das estruturas da língua. Daí ou bem tomamos a linguagem enquanto propriedade inata e assumimos as consequências dessa opção, que são muitas, ou bem buscamos a distinção entre língua e linguagem.

Deste modo passou me interessar mais os processos do que o sujeito. Passou a me interessar muito mais o como do que o quê, passou a me interessar ainda mais, o sentir do que o pensar. Mas isso também não era suficiente, até ter me dado conta do percurso percorrido mais do que o reconhecimento onde havia chegado. Esse é um trânsito próprio de uma metodologia de inversão: a cartografia e por necessidade ainda que preliminar da genealogia.

Visitei outras praças e logo uma rede dos amigos dos amigos foi se ampliando no meu círculo de amigos literários. Incluí muitos deles nas conservas que se seguem nesse escrito. Eu os amo, apreendo com eles essa dimensão do AMOR como fonte criadora, alguns resgatam isso dos filósofos da antiguidade. Os situo no âmbito de uma passagem importante para mim, saímos do abismo da representação e buscamos, eu de mãos dadas com eles, as vezes com medo e receio pedindo-lhe que possam me assegurar a um possível para acessar um quantum de “energia cognoscente” aquém da função reflexiva do sujeito da razão. Um quantum de energia

a qual opera uma tríplice conjugação, sentir, pensar e agir, antes mesmo que possamos atribuir esse conhecimento ao plano da abstração e dos esquemas cognitivos de codificação e representação do mundo. Para falar de outro jeito, antes mesmo de acessarmos o autodeclaro EU. Vale uma advertência, não estou me referindo ao in- consciente.

CAPÍTULO 2: Trilha metodológica - mas, que caminho tomar? que mapa percorrer, sobre qual matriz epistemológica?

Neste capítulo assumimos a direção Ética-Estética-Política de construção do conhecimento, na medida em que todo ato de conhecer é formação de mundos, os quais não estão subtraídos do ponto de vista do sujeito implicado na investigação. Argumentamos que nessa perspectiva é imprescindível à posição do pesquisador, ultrapassar a posição de neutralidade tão peculiar ao modelo da ciência moderna na cisão paradigmática entre sujeito e objeto. Trabalhamos, tanto quanto possível filiações epistemológicas, colocando, em contraponto, o universal e necessário e, o particular e contingente a fim de situar a natureza do objeto de estudo em questão, já que se deverá levar em conta a multiplicidade de fatores que o compõe.

Assumimos que a perspectiva do ponto de vista do pesquisador em contra ponto a suposta neutralidade, constitui mundos. Esse ponto de vista, o qual constitui vistas do ponto, ou para dizer de outro jeito, formação de mundos, são decalcados por marcas da própria experiência do conhecer. (ROLNIK, 1993)

Trata-se então, de concebê-los não como algo no campo da representação, mas de suas tramas de subjetivação no tecido social nessa formação de mundos. Disso decorre como consequência ultrapassar, ainda que sem a garantia do êxito a separabilidade paradigmática de objeto e sujeito. (VASCONCELOS, 2007)

Cada uma daquelas três dimensões articuladas entre si visa a apreensão das singularidades e dos processos de subjetivação e não da generalização e explicação universal do fenômeno a ser estudado. (ROLNIK, 1993)

A dimensão Ética é fundamentada pela transformação, a qual nos provoca, não em razão de um conjunto de regras dotadas de valor em si e nem de um sistema de verdades de valor em si. Não se trata, respectivamente de um método (conjunto de regras) e nem de um campo específico de saber (sistema de verdades), ambos do campo da moral. Mas, antes de um campo que se faz emergir pelas diferenças que se fazem em nós, na perspectiva de formação de mundos a partir de um ponto de vista do sujeito implicado na investigação com as marcas da sua própria experiência do conhecer. “ As verdades que se criam com este tipo de rigor, assim como as regras que se adotou para criá-las, só tem valor enquanto conduzidas e exigidas pelas marcas.” (ROLNIK, 1993, p. 245)

Ora, o que estou chamando de marca são exatamente estes estados inéditos que se conduzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gêneses de um devir. (ROLNIK, 1993, p. 242)

Estético pois diz respeito a criação. Criação no sentido inventivo. Criação de um novo percurso para o próprio conhecimento não a partir de um campo de saber já dado, mas o da criação de um novo campo. Dito de outro jeito, trata-se da invenção de percursos, invenção de modos de fazer, o qual produza novas formas de subjetivação e realidades comprometidas com o movimento contínuo do fluxo criativo. Fluxos esses que se abrem para a reinvenção do ser conectados no processo de devir. (ROLNIK, 1993)

A dimensão Política é justamente o modo de resistência de todo e qualquer campo de conhecimento e subjetivação que obstruem a possibilidade do devir. Segundo Rolnik, a dimensão Política do paradigma Ético - Estético - Político faz emergir um campo de intervenção, como o qual tem-se como consequência problematizar e criticar a realidade.

É então, imprescindível à posição do pesquisador ultrapassar a posição de neutralidade tão peculiar ao modelo da ciência moderna na cisão paradigmática entre sujeito e objeto. Fazemos aqui um marcador para a filiação epistemológica dessa investigação, colocando em contraponto o universal e necessário e, o particular e contingente que nos servirá para situar a natureza do objeto de estudo.

O princípio axiomático de universal e necessário da ciência moderna tem fundamento no projeto filosófico de Kant. Não cabe aqui, mas talvez seja necessário em outro momento, apontar o percurso desse pensamento filosófico, como por exemplo a influência de Hume com a crítica ao discurso metafísico acerca dos fenômenos que se dão no mundo. Os objetos da metafísica não são coisas acessíveis à investigação empírica; ao contrário, são realidades transcendentais que só podem ser descobertas pelas luzes da razão.

O idealismo transcendental de Kant preconiza que há formas e conceitos *a priori* para a experiência concreta do mundo. Os fenômenos da realidade objetiva não aparecem como coisas em si, mas como representações subjetivas construídas pela

faculdade humana da razão. Assim, o conhecimento para ser formulado deve contar, ao mesmo tempo com conceitos *a priori*, universais e necessários- princípio analítico, por um lado, e por outro, com princípios sintéticos objetivos fundados na experiência.

Kant analisa a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* na física, ou seja: a natureza é regida por leis matemáticas que ordenam com rigor o comportamento das coisas. Não há como produzir conhecimento a respeito das coisas somente com percepções sensíveis, nossas impressões.

Esses *a priori* são as categorias de espaço e de tempo, formas fundamentais da percepção – formas de sensibilidade, que não derivam da experiência, mas é sua condição de possibilidade. Esses *a priori* são como ferramentas da mente, mas que só podem ser usadas na experiência, pois não seria possível imaginar qualquer coisa fora do tempo e que não teria extensão no espaço.

Disso decorre que, somente pela faculdade da razão que seríamos capazes de operar as sínteses do diverso na experiência, ela é que nos permite produzir juízos sobre o mundo.

Então, o conhecimento procede de condições prévias de objetividade. A ciência da natureza, a física, postula a existência de objeto, sua consistência e as relações de causa e efeito. As categorias universais, particulares e contingentes, devem proceder de nós mesmo, de nosso entendimento.

O conhecimento é portanto constitutivo do próprio objeto em sua forma *a priori* de conhecimento, dele deve ser destituída qualquer ideia de subjetividade, esse atributo pertence ao sujeito cognoscente na sua razão, e não ao fenômeno estudado. Dito de outro jeito, o objeto é representado na sua forma de conhecê-lo.

Diante do já exposto em relação aquilo que é considerado modelo dominante da ciência moderna, nos vemos diante do desafio : buscar alternativas para produção de conhecimento de modo a forjar critérios para descrição de um objeto de estudo, cuja *natureza, ou condição primeira é a subjetividade* com parte constituinte do próprio objeto a ser pesquisado, uma vez que nos interessará a articulação do binômio corpo e linguagem e as forças de biopoder frente aos dispositivos da Lei do TEA e dos efeitos da portaria das mães orfãs de Belo Horizonte.

Voltemos a questão da neutralidade e das marcar já apontada anteriormente, a fim de explorar a posição do sujeito pesquisador implicado, para melhor compreendermos a consolidação de um objeto de pesquisa que pede novas

estratégias de investigação. Sua configuração decorre exatamente da implicação do pesquisador, logo ele não é passível de representação, ou para dizer de outro jeito “objetivado”.

O cânone da ciência moderna funda a separabilidade do sujeito pesquisador e do objeto pesquisado, denominado por Morin (1996) de paradigma da simplificação. A posição do sujeito pesquisador será a de *observador* do fenômeno a ser estudado a partir da construção de um objeto de pesquisa formulado em razão do controle de variáveis, as quais impedem quaisquer contingências e idiosincrasias de mudar a natureza do próprio objeto

(...) A simplificação aplica-se a esses fenômenos por separação e redução. A primeira isola não só um dos outros, mas também do seu ambiente e do seu observador. (...) A redução unifica aquilo que é diverso ou múltiplo, quer àquilo que é elementar, quer àquilo que é quantificável. Assim, o pensamento redutor atribui a “verdadeira” realidade não às totalidades, mas aos elementos; não às qualidades, mas às medidas; não aos seres e aos entes, mas aos enunciados formalizáveis e matematizáveis” (MORIN, 1996, p.27)

Não obstante o sujeito pesquisador é um sujeito interessado em produzir conhecimento a partir de um observatório teórico concernente com sua visão de mundo. Assim desenhará seu objeto de estudo. No entanto, é importante marcar que a natureza do objeto de estudo independe da posição do sujeito pesquisador interessado, pois a seu despeito o objeto já está dado.

Para agravar o problema em relação a constitutividade subjetiva do objeto de estudo, recorro ao debate da relação entre natureza e cultura no perspectivismo ameríndio. Viveiros de Castro (2008) Contudo, vale esclarecer, que ao fazer isso não assumirei nenhum compromisso com qualquer questão central para o debate da antropologia.

De todo modo foi inevitável, para o nosso propósito, não tirar proveito da seguinte questão coloca por ele, a saber:

Minha questão é: **qual é o ponto de vista dos índios sobre o ponto de vista?** Não se trata de perguntar qual é o ponto de vista dos índios sobre o mundo, porque essa pergunta já contém sua própria resposta. Ela supõe que o ponto de vista é uma coisa, o mundo outra coisa, que o mundo é exterior ao ponto de vista e que é necessário que se deixe o mundo quieto (isto é, nas mãos dos cientistas)

duros) para fazer variar o ponto de vista(questão para os cientistas macios). É necessário ancorar o ponto de vista na realidade objetiva como um balão preso à terra por um fio, isto é, para poder fazê-lo divagar, flutuar sem perigo de se perder no ar; o “mundo” é mais importante que todos os nossos pontos de vista “sobre” ele. (VIVIEROS DE CASTRO, 2008, p.109) grifo do autor.

Parafrazeando Viveiros de Castro – minha questão é: qual é o ponto de vista do **pesquisador**, sobre o ponto de vista? Não se trata de perguntar qual é o ponto de vista **do pesquisador sobre o mundo**, porque essa pergunta já contém sua própria resposta. Ela supõe que o ponto de vista é uma coisa, o mundo uma outra, exterior ao ponto de vista(...). Tal qual ao objeto da ciência moderna, determinado por variáveis controladas para corresponder uma realidade destituída de qualquer acontecimento fora do eixo de previsibilidade, por um lado. Por outro, o pesquisador interessado munido de um espectro de regras e métodos sob o qual o objeto de estudo é colocado de maneira a conduzi-lo ao que seria relevante para resolver um problema, de forma a se encaixar, e não contrariar, tanto o conjunto de regras, como seus princípios norteadores e, por conseguinte forçando-o a não contrariar suas crenças e nem modificar a maneira como concebe as coisas no mundo. Dito de outro jeito, fixando ainda mais seu ponto de vista.

É importante ressaltar que, para não se colocar tudo a perder, os membros da profissão acordam em aumentar o terreno de concordância, restringindo as questões que possam aparecer de forma a não contrariar suas crenças e nem modificar a maneira como concebem as coisas no mundo, (...)" (ROCHA, 2010,p.33).

No entanto, nos diz Merhy:

(...) todo pesquisador, como já está consagrado pelas discussões sobre o “fazer ciência”, é, além de sujeito epistêmico, ou seja, portador de teorias e métodos que lhe permitem se debruçar e estudar certos objetos da ciência, um sujeito ideológico, um sujeito “**cultura**”, ou seja, um sujeito interessado que dá valor a certas coisas e não a outras, que tem certas opções e não outras, que tem certas concepções ideológicas e não outras (MERHY, 2004,p.22).

Aqui vale retomar a construção do objeto de estudo, já mencionado anteriormente, qual seja: o estudo de memória social a partir da organização de pais e a produção de identidade coletiva enquanto movimento social está diretamente relacionado ao fato lembrado e à forma como se desloca do campo da memória individual para a coletiva.

As narrativas das memórias e os seus agenciamentos coletivos de enunciação, (DELEUZE, GUATTARI, 2002) os quais produzem sentido extrapolam o “propriamente dito”, no seu sentido literal. Uma vez que o agenciamento coletivo de enunciação é composto de múltiplas falas, dito de outro jeito, cada enunciado dá dizibilidade a uma polifonia, para além do sujeito falante. (GAUTHIER, 2000). Disto decorre que um enunciado é composto de múltiplas falas e discursos que produzem processos subjetivantes, aí se inclui também a posição do sujeito pesquisador.

Do mesmo modo, não se trata do objeto de estudo já dado, mas a condição do objeto de pesquisa envolvendo o próprio pesquisador, por isso, denominado de implicado”. *O seu problema é que além de sujeito interessado você é um sujeito implicado. Você é o pesquisador e o pesquisado* (MERHY, 2004, p.22).

Essa passagem de pesquisador interessado para pesquisador implicado ganha consistência com a seguinte argumentação, a saber:

Estamos, mesmo, é diante e de situações nas quais não é possível ter tão nítido a possibilidade de construção do sujeito epistêmico como um a priori, como garantia da cientificidade do empreendimento que busca construir um saber. Por exemplo, como em situações nas quais o sujeito que propõe o que será conhecido está tão implicado com a situação, que ao **interrogar** o sentido das situações em foco, **interroga a si mesmo** e a sua própria significação enquanto sujeito de todo estes processos. (...) Ou seja, o sujeito que **interroga** é ao mesmo tempo o que produz o fenômeno sob análise e, mais ainda, é o que **interroga** o sentido do fenômeno partindo do lugar de quem dá sentido ao mesmo, e neste processo cria a própria significação de si e do fenômeno. Ou mais, ao saber sobre isso mexe no seu próprio agir, imediatamente e de maneira implicada; chegando ao ato de intencionar o conhecimento através de um “acontecer nos acontecimentos”, como algo que, como um processo, emergisse no silêncio do instituído, provocando “ruídos” no seu modo de dar sentido ao “fenômeno” e a si mesmo, de interrogar - se como o próprio protagonista do processo sob foco analítico, o que lhe faz colocar a si mesmo como objeto, nas suas próprias dimensões de sujeito da ação, sujeitado ou não, e tornando-se mais sujeito da ação com mais ganhos de autonomia neste processo auto- analítico.” (MERHY, 2004,p.31 - grifo nosso).

Esse é o caso da construção do objeto de estudo dessa **tese**. Pois, ao colocar as narrativas na perspectiva discursiva dos agenciamentos significa tomar os enunciados como multiplicidades, não só no que diz respeito ao que foi dito, mas, mais ainda do que não foi dito – o implícito, o qual engravida a sentença dita de sentido. Dito de outro modo, o que está em jogo não é análise da sentença de um sujeito falante, tal como poderíamos apreender numa análise discursiva estrutural da linguística

propriamente dita, com todo o seu aparato descritivo, ou seja definindo seus termos objetivamente.

A esse respeito Viveiro de Castro(2008) oferece algumas reflexões importantes a partir da tensão entre o pensamento ocidental e a epistemologia indígena, no que se refere ao campo da antropologia.

Para a epistemologia xamânica o conhecimento faz outro percurso, cuja condição diz respeito a capacidade de atribuir grande grau intencionalidade ao que se vai conhecer. Quanto mais intencionalidade ao que se quer conhecer for atribuída ao objeto mais se conhece. Tornar subjetivo o próprio objeto de conhecimento. Desta forma, não há separabilidade entre o objeto a ser conhecido daquele que o produz, “isto é, determinar o “objeto” de conhecimento como um “sujeito”, nos diz Viveiros(2008,p.42).

Estamos diante de um ponto nodal, ultrapassá-lo, sem tropeço, significa explorar ao máximo as consequências para o campo da pesquisa na seguinte direção, a saber: se o caráter de cientificidade é atribuído ao objeto justamente é por que dele é subtraído o subjetivo, na perspectiva xamânica é ao contrário, “sejamos subjetivos, diria um xamã, ou não vamos conhecer nada”. (VIVIEROS DE CASTRO, 2008, p.42)

Para percorrer o mapa é necessário uma cartografia de seus acidentes e territórios.

Não vou apresentar aqui a metodologia a ser empregada nesse estudo, não vem ao caso, mas vejo a necessidade de apresentar ainda que sumariamente uma premissa, de maneira a dar coerência a opção epistemológica na direção Ético - Estética - Política assumida como ponto de partida para a produção de conhecimento, na medida em que o objeto de estudo deverá levar em conta a multiplicidade de fatores que o compõe, a fim de atender os objetivos propostos da investigação.

Apreender a composição de todas as linhas de forças em diferentes planos de interesses e agenciamentos dos movimentos das associações de pais, certamente é um desafio metodológico.

Deste modo a cartografia é uma estratégia metodológica de investigação, Passos, Kastrop, Tedesco(20014) Rolinik(2007), Cerqueira, Merhy (2014) com a qual busca-se apreender um conjunto de linhas heterogêneas e retratar os processos de

subjetivação que atravessam os movimentos dos atores sociais que nos interessa para a proposta do estudo. Ela possibilita o acesso ao plano que reúne a diversidade de vetores e linhas heterogêneas, o que Gilles Deleuze e Feliz Guattari (2011) chamaram de rizoma e que Bruno Latour (2000) identifica como rede de articulação e composição de maneira a possibilitar o entendimento de uma realidade complexa.

A fim de reiterar a perspectiva da não separabilidade entre objeto pesquisado e pesquisador, assumida desde o início desse escrito, é que laçamos não da cartografia enquanto estratégia metodológica, uma vez que prescinde de um conjunto de normas absolutas, prescrições técnicas, procedimentos imperativos e regras fixa. E, se por um lado, ela tem por efeito o acesso e a produção de multiplicidades de vetores e linhas heterogêneas, incluindo a produção do conhecimento atravessado pelo olhar do pesquisador, por outro, sua condição é a própria multiplicidade.

Em síntese, a cartografia é o caminho de conhecimento que o cartógrafo realiza, na investigação, para deixar emergir os regimes de dizibilidades e semióticos das narrativas dos atores sociais.

Há exigências muito específicas para caminhar nesse tipo de investigação, há sempre a sensação de que é preciso dar um passo atrás, exatamente quando se supõe ter chegado ao “ponto inaugural” onde tudo se deu.

Outra ferramenta de análise e problematização que lanço mão nessas conversações é a genealogia. O estudo genealógico é sempre uma investigação cujo caminho surpreende o pesquisador, visto que o que se configura como o “objeto de investigação” não está dado *a priori*, pois não se trata de ir ao encontro da origem das coisas, de um suposto ponto de partida aonde tudo se deu, ou começou.

Ao genealogista vai interessar o segundo plano da história, os fatos e acontecimentos que a sustentaram, as proveniências e as emergências deles e do conjunto de linhas heterogêneas que compõem tais fatos e agenciam acontecimentos. As relações que são estabelecidas nos fluxos de desejos e discursos.

O aporte metodológico do genealogista se faz na recusa da pesquisa da origem – *Urprung*, para usar o termo que Foucault nos apresenta no texto “Nietzsche, a genealogia e a história”, ao comentar o empreendimento do filósofo, na obra “Genealogia da Moral”. A origem busca um ponto de partida, no qual se possa extrair dele a essência exata do fato, sua possibilidade, sua identidade autorreferida. A história é apresentada pela perspectiva afirmativa de que as coisas são como são, e

o são anteriormente a qualquer coisa externa a elas, acidental e sucessiva. Deste ponto de vista, a história da Lei do autismo já está contada, no texto de Piana! Mas há acidentes, há encontros, há agenciamentos, há desejos, há disputas, há esperança, há canto, há encantamento.

A recusa da origem é, por conseguinte, a recusa do primeiro plano da história, ela como totalidade de si mesma e em si, na construção da essência dos fatos, no plano da transcendência a ser dita pelo sujeito da razão, guardião da verdade. São três argumentos à crítica da perspectiva da história resultante de uma pesquisa da origem dos fatos, a saber: identifica que é na apreensão do começo das coisas que se pode se valer do que é mais precioso e essencial; no sentido metafísico ela está ao lado dos deuses; e por último, a origem é vista como lócus da verdade. “O que se encontra no começo das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate” (FOUCAULT, 2006, p.18).

Mas, se o historiador se atém à origem como o plano de visibilidade da história, na sua essência e verdade, ao genealogista interessará dois outros termos para acessar o plano de fundo da própria história. São eles: proveniência (herkunft) e emergência (entstehung), tão bem explorados por Foucault ao apresentar a perspectiva genealógica dos valores morais em Nietzsche, para o empreendimento da historiografia da história.

Nos acontecimentos da história, a proveniência não estará a cargo de identificar o indivíduo, sua raça ou ainda, de localizar a sua inserção em uma tipologia social. Não interessa ao genealogista esses indicadores, mas sim descobrir, na proveniência, as marcas sutis e singulares que no mais das vezes a história apaga, pois a inclui na categoria de sujeito universal a partir das semelhanças que irão categorizá-la como tal. As diferenças serão apagadas no galope da história. O trabalho da proveniência é um trabalho de suspeita. Criar suspeita ao colocar em suspensão o sujeito universal com o qual a história é narrada trata-se de agitar o que parecia congelado em um determinado tempo da história, extraído de um passado que não se cala e nos dá a ver a heterogeneidade do que parecia estar unificado e encarnado no sujeito da história. Mas será nas marcas deixadas no corpo, no lastro da história que não se apaga, que as linhas heterogêneas supostamente unificadas, são fragmentadas, abrindo pistas para o genealogista na sua tarefa de historiografar a história e, dela extrair forças e valores com os quais se afirmou.

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem, as marcas e as ideias os dissolvem), lugar de

dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 2006, p.22).

Dito de outro jeito, a proveniência é a pesquisa do que ficou inscrito no corpo e de seus arranjos de modo a ressoar o eco das vozes que foram caladas naquilo que não se encontra em conformidade com a sua suposta origem, limpa de todas as agitações e poeira dos acontecimentos, ou seja, retratada no fato histórico. Se a história é contraste do “preto no branco”, a genealogia é cinza, como bem aponta Foucault (FOUCAULT, 2006, p.15)

A pesquisa da proveniência se vale das inscrições dos acontecimentos da história no corpo. Interessará ao genealogista trazer para a cena tais forças que foram, por força da continuidade da história em sua essência, rechaçadas aos bastidores dos acontecimentos, nos quais elas foram cunhadas. Ali ficam em latência, enfraquecidas na composição do fato histórico, elas não são protagonistas do primeiro plano da história que falamos anteriormente, até que possam se revigorar e emergir.

A emergência se produz sempre em um determinado estado das forças. A análise da herkunftf deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas, que elas fazem – se dividindo -para escapar da degeneração e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento (FOUCAULT, 2006, p.23).

Se lá no início dissemos que o primeiro marcador para a delimitação do campo de problematização foi o de verificar que a Lei Federal 12.764 é efeito prático de um campo de disputas e necessidades, tal efeito foi decorrente das forças que se constituíram em determinado momento, como iremos mais adiante argumentar, de uma luta pelo reconhecimento do autismo no campo da reabilitação, movimento esse rechaçado por um projeto de lei, que volta à pauta na emergência dessa força, revigorada em novo momento dos pais e amigos de crianças autista.

Diante do já exposto com a apresentação de dois vetores, proveniência e emergência, que norteiam a investigação genealógica que tomaremos como campo de análise da máquina legislativa em torno do autismo, passamos então, para análise de alguns marcadores da conformação da máquina legislativa, apresentados aqui como resultados preliminares e ainda – sempre – cambiantes deste estudo.

CAPÍTULO 3: Corpo, linguagem, biopolítica - Diagnóstico, *aindaque incerto*.

Neste capítulo apresento os resultados e as reflexões propiciadas pelo estudo em looping das experiências das famílias que convivem com o autismo das mães órfãs e seus bebês “filhos do crack” e do caminho das leis que circundam estas experiências.

3.1 Máquina legislativa, corpo e linguagem, na infância autista

Iniciamos nossa pesquisa com esse afã, o de verificar as motivações e movimentos de como se deu a constituição da Lei Federal 12.764/12 – Lei do TEA. No entanto isso logo se dispersou. Na medida em que, supostamente, nos aproximávamos do ponto de partida, menos ele se configurava como tal. Há que se ter uma boa dose de benevolência - quanto mais inventariávamos os documentos relacionados ao percurso trilhado da formulação e proposição da Lei Federal, mais pistas surgiam de outras fontes de documentos afins. Os documentos dos quais trata o estudo foram principalmente peças jurídicas e materiais de registro e de comunicação, dentro do escopo definido pelo tema – TEA – e circunscritos ao recorte geográfico (Rio de Janeiro) e temporal (entre 2014 e 2019). Identificamos uma infinidade de material, a saber: o texto da Lei Federal 12.764/12, bem como os textos das treze leis dos entes estadual e municipal e seus respectivos projetos de lei; sites de parlamentares propositores dos ante-projetos de lei, documentos de audiências públicas, publicações das associações de pais e amigos de crianças autistas, divulgação de eventos científicos; material gráfico de campanha de conscientização de autismo, material gráfico de campanha de prevenção do autismo, jornais e revistas, foram longos meses nessa busca e quanto mais encontrávamos documentos, mais e mais coisas surgiam.

Diante do mar de documentos e da inesgotável emergência de fontes e pistas de investigação, foi preciso delimitar um campo de problematização, pois caso contrário, jamais conseguiríamos extrair do inventário dos documentos pesquisados, analisadores para a formação daquilo que denominamos da máquina legislativa.

O primeiro marcador que emerge para a delimitação do campo de problematização foi o de verificar que a Lei Federal 12.764 é efeito de um campo de disputas e necessidades. Portanto, se por um lado, em seu aspecto prescritivo a referida lei pode garantir a conquista de direitos, por outro, os termos de disputas para essa garantia constituem o que podemos nomear como campo de investigação genealógica.

No texto *A História de uma Lei* a autora Berenice Piana (2012) narra as angústias e sofrimentos que passou junto ao seu filho e familiares à procura de tratamento e diagnóstico, depois de uma longa peregrinação. Nesse percurso teve a oportunidade de encontrar outros familiares com as mesmas dificuldades e que não teriam acesso à oportunidade que conseguira para o tratamento de seu filho. Essa indignação e sentimento de solidariedade a motivou a tomar para si a luta por políticas públicas para autistas.

Logo se formou uma rede de conexão – encontros com outros familiares, acontecimentos e articulações – a qual possibilitou uma audiência para a Comissão de Direitos Humanos do Senado, requerida pelo Senador Pain. (PIANA,2012). Uma rede potente, articulada e motivada por acontecimentos, os mais sutis e fortuitos.

A história se faz mais nos detalhes do que nas datas que encadeiam os fatos. Se assim não o fosse, ela se bastaria com o labor do historiador ao montar os fatos em um ordenamento temporal capaz de localizar um suposto ponto de partida ou origem de uma paisagem, do fato histórico. Somente é considerada como acabada por aquilo que é dado a ver no primeiro plano da história oficial. A história oficial é reconhecida como tal porque dela é possível se subtrair um segundo plano da própria história, qual seja: a historiografia da história. O texto de Piana nos deu pistas da historiografia da história da Lei, e o primeiro marcador do plano de problematização que foi se constituindo no mapa de relações de todas as Leis no âmbito do Rio de Janeiro.

As dificuldades financeiras para que os interessados na causa pudessem ir a Brasília a motivou a buscar ajuda.

“Procurei um deputado de minha cidade, Dr. Audir Santana, que também é médico, e contei a história toda, pedindo ajuda para ir à Brasília levando os companheiros. Ele me respondeu que desejava ajudar, e perguntou se não queríamos fazer algo em âmbito estadual. Foi então que fizemos a audiência pública no Palácio Tiradentes, no dia 17 de novembro de 2009, a primeira na história do Rio de Janeiro” (PIANA, 2012).

Uma semana antes da audiência na Comissão dos Direitos Humanos, no Senado, e, em apenas quinze dias percorridos do encontro com o Deputado Audir, o Palácio Tiradentes foi tomado pela mobilização de quatrocentas pessoas envolvidas e interessadas pela causa dos autistas.

Foi um sucesso absoluto! Saulo Laucas, o menino autista cego que conheci quando meu filho ainda não tinha diagnóstico, fez a abertura dessa audiência cantando Ave Maria e encantando a todos. Quando acabou, o deputado me chamou em seu gabinete. (...) . Ele relatou estar muito impressionado com tudo que vira e ouvira, e decidiu pagar as passagens aéreas de todos, indo conosco à Brasília. Uma semana depois, no dia 24 de novembro de 2009, estávamos em Brasília (Piana,2012).

Pretendemos neste capítulo, longe de exaurir a totalidade de questões que envolvem a matéria, circunscrever parte do estudo que apresenta e problematizar os treze dispositivos legais, sendo oito do ente estadual, e cinco do ente municipal em relação à política nacional. A esse conjunto de dispositivos passaremos a denominá-lo de *máquina legislativa em torno do TEA*, no âmbito do Rio de Janeiro.

Chegamos ao termo *Máquina Legislativa* por indução do método genealógico a partir das ofertas dos estudos foucaultianos, quando nos deparamos com uma intensa mobilização da sociedade civil em torno da sensibilização da população com relação ao autismo e com inúmeros dispositivos legais a respeito da Política Nacional do TEA. A máquina legislativa é o ponto chave do campo de análise do presente texto. Como isso foi operado e o efeito que traz é o que nos interessa. “Como as leis são formuladas/produzidas?” é uma pergunta que nos seduz mais do que propriamente debater sobre “a garantia de direitos” em si. Nos interessa apresentar mais questões do que afirmações, mais efeitos do que esclarecimentos.

Os treze dispositivos legais, sendo oito do ente estadual (Leis 6.924/14; 6.807/14; 6.169/12; 6.749/14; 6.801/14; 6.708/14; 5.645/10; 4.285/04) e cinco do ente municipal (5.749/14; 5.573/13; 5.657/13; 5.389/12; 4.709/07), são aqui colocados e vislumbrados em sua relação com a política nacional do TEA.

A investigação genealógica tem como processo inicial a busca de fonte documental. Partimos, assim, da pesquisa documental sobre a Política Nacional do TEA. Dessa pesquisa documental surgiram pistas de um curioso caminho de investigação de algumas leis estaduais e municipais no âmbito do Rio de Janeiro, que tratam da mesma temática da Lei Federal: o Transtorno do Espectro Autista. Este caminho investigativo nos conduziu a uma certa “zona cinzenta”, ao relacionar elementos aparentemente não visíveis de uma certa historiografia do que está sacramentado. “A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documental. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2006, p.26)

Ao pesquisarmos em algumas plataformas digitais os caminhos que levaram à elaboração da Lei do TEA, surgia um elenco de projetos de leis, e leis propriamente ditas, que tinham alguma relação com a Lei Federal. Pistas investigativas se apresentavam para nós, uma vez que nos deparamos com uma infinidade de dispositivos legais, curiosamente, muitos com datas de aprovação próximas à data da Lei Federal. Entendemos, portanto, ser necessário investigar pontos de conexão entre os dispositivos legais e as linhas de força atuantes na produção de uma máquina legislativa.

Neste mergulho, identificamos que precisávamos incluir um marcador temporal, para conformação de um campo analítico, que foi o de investigar leis com data de aprovação até 2014. Esta escolha temporal foi feita em função de um vasto material encontrado por nós, que apresentava larga possibilidade de análise, visto que as aprovações no campo legislativo (municipal e estadual) referentes ao TEA se estendiam para além de 2014. Deste modo, apresentaremos neste texto as linhas/dispositivos legais que forjaram a formação de um mapa que correlaciona/entrelaça oito leis do estado do Rio de Janeiro e cinco leis do município do Rio de Janeiro, a partir do dispositivo legal da Lei Federal 12.764/12.

A máquina legislativa toma corpo em nosso processo investigativo a partir da produção de um mapa genealógico, que se forma pela coexistência de linhas de forças heterogêneas políticas, discursivas, científicas, afetivas e de desejo atuantes nos processos de elaboração/construção das leis. Foram “idas e vindas” no decorrer do processo investigativo, pois o que estava em questão, mais do que encontrar respostas, era provocar uma inquietação sobre o que poderia parecer óbvio. O processo de pesquisa foi construído na própria tarefa do pesquisar, evidenciando um agir genealógico para a composição do próprio objeto de investigação. Dito do outro jeito, o próprio mapa que não estava dado *a priori*, mas que se constitui no agir do pesquisador genealogista.

Montar um mapa com todos os dispositivos possibilitou visualizar algo sem que tivéssemos intenção prévia daquilo que se constituiria enquanto interesse de estudo aqui explorado: as relações e as linhas de articulação entre os treze dispositivos acima mencionados, a partir do preceito legal da Política Nacional do TEA.

O que exatamente isto quer dizer? Quer dizer que, ao colocarmos em relação os tópicos da Lei do TEA com cada um dos dispositivos dos entes municipal e estadual do Rio de Janeiro, que antes não se configuravam como relacional a esta, foi possível apreender um conjunto de linhas heterogêneas que sustentaram, por assim dizer, a

necessidade da política Nacional do TEA por aqueles que dela irão se beneficiar.

A Lei Federal 12.764 de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Política nacional do TEA, é composta por oito artigos. Por ocasião de sua aprovação alguns de seus preceitos propostos foram vetados.

Em linhas gerais a Política Nacional do TEA, aborda as seguintes temáticas em seus artigos, a saber:

No art 1º define a síndrome do autismo descrevendo o tripé do diagnóstico: dificuldade de interação social, na comunicação e padrões repetitivos e restritivos de comportamento e, ainda, reconhece que a pessoa portadora da Síndrome do autismo é considerada deficiente para todos os efeitos legais.

No Art 2º estão elencadas nos seus incisos as diretrizes de intersetorialidade, participação da comunidade na formulação de políticas públicas que venham a responder as necessidades apontadas pela comunidade envolvida com o TEA, familiares, profissionais, pesquisadores, etc... (HUGUENIN, Pai de davi). Ressalta a necessidade de atenção integral à pessoa portadora de TEA, “objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes”. Garante também atendimento multiprofissional, bem como o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista ao mercado de trabalho. Nesse mesmo artigo, ainda destaca a importante de formação e capacitação dos profissionais, bem como a pais e responsáveis. Não menos importante, ressalta a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações.

O artigo 3º trata dos direitos da pessoa portadora de TEA, como vida digna, proteção a qualquer forma de abuso e acesso à educação. Quanto ao acesso à ações e serviços de saúde, elenca os seguintes termos nas alíneas do inciso III: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.

Os artigos 4º e 5º tratam respectivamente da proteção a tratamentos desumanos e privação de liberdade, e assegura a participação das pessoas portadoras de TEA em planos privados de assistência à saúde. O art. 7º traz a seguinte previsão expressa, verbis: “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”.

Por fim, o art. 8º determina o início de sua vigência a partir da data de publicação, em 27 de dezembro de 2012.

Apresentaremos o mapa das leis somente com os dispositivos legais da Política nacional (Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012) com os quais identificamos correlações com as leis Municipais e Estaduais já mencionadas anteriormente, a fim de não o tornar muito extenso. O mapa será apresentado na formatação de uma tabela. Na primeira coluna estão os elementos da Lei Federal seguida de duas outras colunas, respectivamente de Leis Estaduais e Leis Municipais. Optamos por essa formatação para dar maior visibilidade da máquina legislativa. Vale ressaltar que esses dados datam da pesquisa documental até o ano de 2014. Posteriormente a isso, é sabido que houve outras modificações no texto da referida Lei, bem como muitos outros projetos de lei, que já foram homologados, relacionados a ela.

Lei Federal 12764/2012	Leis Estaduais	Leis Municipais
§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (artigo 1º)	Lei 6924/14	4709/07
VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; (2º art)		Lei 5389/12
VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;(2º)		Lei 5573/13
VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do		Lei 5573/13

problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.(2º)		
Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.(2º)		Lei 5749/14
III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:(3º artigo)	Lei 6807/14	Lei 5749/14
a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;(3º III)		Lei 5573/13
b) o atendimento multiprofissional; (3ºartig III)	Lei 6169/12 Lei 6749/14	
d) os medicamentos; (3ºartig III)		Lei 5749/14
e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; (3ºartig III)	Lei 6801/14 LEI 5645/10	Lei 5389/12 Lei 5657/13

a) à educação e ao ensino profissionalizante; (3ºartig IV)	Lei 6708/14 Lei 6807/14	Lei 5749/14
Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.	Lei 6708/14	

TABELA 1:

A tabela 1 pode também ser traduzida em diagrama, de modo a favorecer a visualidade do fluxo da Lei Nacional para as demais, e suas reiteraões:



Tendo identificado tais correlações, fez-se necessário avançar, ainda que de forma sumária, nos pontos de interseção de interesses entre os dispositivos que constituem a Política Nacional do TEA e seus respectivos corolários de leis dos entes Estadual e Municipal do Rio de Janeiro.

Leis Estaduais

O conjunto das seis leis estaduais elencadas no mapa, versam sobre os seguintes aspectos: reconhecimento do autismo como deficiência – 6924/14; acesso à saúde e educação – 6708/14, 6807/14; conscientização do autismo – 6801/14, 6708/14 ; e acesso aos os centros de reabilitação – 6169/12, 6749/14. Algumas dessas leis foram propostas com efeito retroativo a outras leis já em vigor.

A Lei 6924 de 26 de novembro de 2014 altera a Lei 4285/2004, com a finalidade de incluir o autismo na categoria de deficiência, além das outras categorias já mencionadas por ela, a saber: deficiência mental, física, auditiva e visual. A referida lei de 2014 agrega o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 4.285, com a seguinte redação:

Autismo - transtorno invasivo do desenvolvimento, definido pela presença de comprometimento do desenvolvimento normal que se manifesta antes da idade de 3 (três) anos e pelo tipo característico de comprometimento do funcionamento normal em todas as três áreas: de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo, segundo a Classificação Internacional de Doenças - CID 10, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

As Leis n. 6807/14 e 6708/14 tratam de assegurar o acesso das pessoas portadoras de TEA aos serviços de educação e saúde tanto na rede pública como na privada.

Embora a Lei n. 6708/14 tenha sido elaborada com a finalidade de “criar o programa de conscientização e obriga a inclusão e reserva de vagas na rede pública e privada de educação no estado do rio de janeiro para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista e dá outras providências”, verificamos que dentre outras providências por ela apontada, apresenta no texto do art. 2ª a matéria, que tratada da garantia de acesso a rede pública e privada, a saber: “Os estabelecimentos de ensino das Redes Públicas e Privadas de Educação ficam obrigadas a incluírem em seu ensino regular crianças ou adolescentes portadores do Transtorno do Espectro Autista”.

Curiosamente, a Lei n. 6807/14, prevê em seu art. 1º, verbis: “Os Órgãos Públicos Estaduais e os estabelecimentos privados ficam obrigados a dar atendimento prioritário, não retendo, em filas, as pessoas portadoras do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)”. Contudo, no Parágrafo único do Art2º da Lei 6708/14, temos os seguintes termos: “Para a inclusão que se refere o caput do presente artigo, os estabelecimentos de ensino deverão reservar o mínimo de 2 vagas por turma”, cujo o Art2º dessa mesma lei estabelece que: “ Os estabelecimentos de ensino das Redes

Públicas e Privadas de Educação ficam obrigadas a incluírem em seu ensino regular crianças ou adolescentes portadores do Transtorno do Espectro Autista.”

Vale ressaltar que não é nosso objetivo e nem de nossa competência uma análise jurídica dos termos apresentamos, no entanto queremos destacar, para o nosso propósito, que nos chama atenção dois dispositivos legais sobre o TEA, nos quais há, assim nos parece, uma reiteração quanto ao acesso à rede de ensino pública e privada, contudo a diferença que se estabelece entre elas é a prioridade e a não retenção em fila das pessoas portadoras de TEA. Certamente se se faz necessário garantir a prioridade é de se supor que a oferta de vagas a Rede de Ensino não é suficiente, bem como a universalidade ao acesso é ferida. Cabe assim a interrogação, se o acesso a Rede de Ensino não se dá pela universalidade, e necessita ser garantido pela determinação diagnóstica, tal garantia de direito se dará em detrimento ao acesso de outras crianças, que independentemente de quaisquer vetor identitário pleiteiam vagas de acesso a Rede de Ensino. Pois se há essa prerrogativa há a possibilidade de se supor que na disputa de vagas para acesso a Educação as pessoas portadoras de TEA tem a primazia garantida em detrimento de outras. Mais curioso é verificar que as leis n. 6807/14 e 6708/14 foram propostas respectivamente com os seguintes projetos de lei: 1647/12 e 2592/13 de autoria do deputado Estadual Xandrinho. Mais um dado também nos chama atenção, são dois projetos de leis apresentados na sequência dos anos de 2012 e 2013, sancionados em forma de lei, os dois, em 2014.

O tema sobre a conscientização do autismo foi assegurado em forma de lei pelo dispositivo legal 6801/14 que altera a Lei 5645/10 e inclui no Calendário Oficial do Estado do Rio de Janeiro a Semana de Conscientização do Autismo. A lei 6708/14, a qual nos referimos anteriormente, no seu art. 1º que estabelece o programa de conscientização do autismo em seu parágrafo único determina que, verbis: “Os estabelecimentos de ensino das Redes Públicas e Privadas de Educação devem manter, em caráter permanente, nos murais internos de sala de aula, corredores e pátios, material gráfico informativo dos sintomas do autismo”.

Conscientizar ao estabelecer critérios descritivos daqueles que se verão enquadrados em tais sintomas, dito de outro jeito, os sujeitos são reconhecidos pela identificação de sintomas os quais retratam o conjunto nosológico que compõe uma doença. Podemos então supor, que o que circula em nome de uma boa conscientização poderá servir de vetor de identificação do comportamento da doença autismo e não os modos viventes em sua diferença e singularidade da criança – de

qualquer criança incluindo os autistas, em buscar vínculos afetivos, ainda que tenha poucos recursos para fazê-lo da forma considerada como normal e hegemônica.

Por último, temos os dispositivos legais 6169/12 e 6749/14 que versam a respeito dos Centros de Reabilitação. A Lei n. 6169/12 tem como finalidade a implantação dos Centros de Reabilitação Integral para crianças e adolescentes portadores de deficiência mental e autismo, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. No art. 5º a fim de garantir o atendimento e acesso em todo Estado do Rio de Janeiro os Centros de Reabilitação Integral, deverão ser implantadas na Cidade do Rio de Janeiro e nas cidades polos das regiões do Estado conforme descritos em seus incisos, a saber:

I - Nova Iguaçu na Baixada Fluminense; Ver tópico II - Itaperuna na Região Noroeste Fluminense; Ver III - Campos na Região Norte Fluminense; IV - Cabo Frio na Região das Baixadas Litorâneas; V - Petrópolis na Região Serrana; VI - Volta Redonda na Região Centro Sul Fluminense; VII - Resende na Região do Médio Paraíba; VIII - Angra dos Reis na Região da Costa Verde.

A Lei n. 6749/14 altera a Lei anteriormente mencionada, para acrescentar os incisos IX e X respectivamente com a integração dos municípios de Itaboraí e Itaguaí.

Leis Municipais

As leis municipais que figuram em nosso mapa formam um conjunto composto por cinco dispositivos, que versam sobre as seguintes temáticas, a saber: reconhecimento do autismo como deficiência – 4709/07; identificação e detecção do autismo – 5389/12, 5573/13; diretrizes de inclusão - 5749/13, conscientização do autismo – 5657/13.

A Lei 4709/07 reconhece a pessoa com autismo como portadora de deficiência, para fins da fruição dos direitos assegurados pela Lei orgânica do Município do Rio de Janeiro de 5 de abril de 1990. Vale ressaltar que o reconhecimento do autismo como deficiência tem seu debate inaugurado em 2007, no entanto ganha visibilidade somente com a efetivação da Política Nacional do TEA, datada de 2012.

As Leis 5389/12 e a Lei 5573/13 versam, respectivamente sobre identificação e detecção do autismo. A primeira somente com um artigo prevê, verbis: “O Poder Executivo promoverá a divulgação da identificação do autismo infantil através de material impresso”, cujo artigo traz em seu parágrafo único um elenco de vetores que indiquem a presença do autismo infantil: i) problemas de relacionamento social; ii) dificuldades de comunicação; iii) atividades e interesses restritos e repetitivos e; iv) o

início precoce da doença. Já a segunda, Lei 5573/13 trata da vigilância precoce do autismo, para efeito do art. 378 da Lei Orgânica do Município nas Unidades Públicas de Saúde Educação Municipais, salientando os sinais de risco do autismo, no art. 2º. Recomenda ainda, no art. 4º que “os agentes de saúde da família optem por approaches de rastreamento, considerando a idade e não somente a vigilância.”

A Lei n. 5749/13 prevê programas que promovam a inclusão de crianças autistas. Contendo apenas dois artigos, o primeiro que o qualifica e o segundo que a coloca em vigor. No entanto há sete incisos, no art. 1º, que em linhas gerais determina ações educativas que visam a conscientização do autismo, integração do autista, a partir de seu perfil psicossocial nas áreas de educação e ensino profissionalizante, saúde, assistência social, transporte, moradia, lazer e trabalho. Recomenda-se também palestras e seminários para capacitar líderes comunitários. Ressalta ainda que os programas devam ser acompanhados pelos órgãos competentes, com dados estatísticos para avaliação dos programas, bem como para indicação de novas políticas.

Para finalizar o conjunto das leis municipais, a Lei n. 5.657/13, que inclui no § 4º do art. 6º da Lei nº 5.146, de 7 de janeiro de 2010, o Dia Municipal de Conscientização do Autismo, a ser comemorado anualmente no dia 2 de abril.

Longe de esgotar o vasto leque de considerações que o empreendimento desse texto por ventura possa ter apontado, dado que o método genealógico nos permitir o exercício fecundo e propositivo de múltiplos campos de problematização, é mister extrairmos algumas considerações sobre a máquina legislativa que apresentamos em torno da Política Nacional do TEA, no período de 2012 a 2014.

Quando assim denominamos o conjunto de Leis que formaram, por assim dizer, o mapa das leis, foi tanto em razão dos temas que tinham em comum, em cada uma das leis dos entes Estadual e Municipal respectivamente com os dispostos legais da Política Nacional do TEA, quanto pelas forças discursivas, de afetos e desejos capazes de agenciamentos, tal como localizamos em alguns fragmentos que apresentamos dos documentos pesquisados.

Quisemos demonstrar, por exemplo a força de emergência, que engendrou o acontecimento o qual possibilitou, como já citado, a ida dos responsáveis e amigos de pessoas autista a Brasília por ocasião da audiência na comissão do senado de direitos humanos. Dado esse episódio, não é difícil imaginar que muitos agentes políticos partidários tivessem se sensibilizado com a luta dos pais, e, portanto, igualmente

mobilizados tivessem apresentado, tanto quanto possível, muitos projetos de leis que responderiam aos anseios dos mesmos.

É razoável supor que antes da Política Nacional do TEA nada existisse em termos de oferta de cuidado para as crianças autistas. No entanto já tínhamos os Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência da Política de Atenção Psicossocial. Creio ser oportuno, apontarmos nessas considerações, a título de levantar questões importantes, tal interrogação: em que medida as reivindicações dos pais não foram acolhidas, e/ou que tipo de ofertas de cuidados os CAPSi faziam que não contemplavam as abrangências das necessidades “especiais” das crianças autistas? Evidentemente é uma questão que, se quer chega a ser bem formulada em razão da complexidade a que ela foi provocada. De todo modo é oportuno fazê-lo, pois ela corrobora para o debate a seguir.

E se, no início anunciamos que a máquina legislativa era um ponto chave do campo de análise desse texto é porque ela nos deu a possibilidade de uma operação de desmonte, da concepção totalizante do ordenamento jurídico da Lei do TEA em que história e a política pareciam unificadas e já dadas. Nesse desmonte foi possível desatrelar algumas linhas de forças, as quais foram constituintes da formulação da própria lei. Quisemos demonstrar que tanto a história, com a sua historiografia da lei e a política são efeitos de discursos modulados por forças emergentes, as quais se revestem em acontecimentos, e da luta das forças de proveniência que se confrontaram, em um tempo muito anterior a Lei Federal, desde aquela Municipal, datada de 2007 que reivindicava o autismo como categoria de deficiência.

Vale ainda, ressaltar que esse debate teve lugar também, conforme Huguenin (2016) desde 2006, ocasião em que a ONU aprovou a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que inclui o autismo. O mesmo autor, argumenta então que o Brasil sendo signatário da Convenção, que fora aprovada aqui em 2008 e promulgada em 2009, pelo Congresso Nacional e, de acordo com a Emenda Constitucional 45, a resolução da ONU tem força de emenda constitucional - “Juridicamente falando, é como se desde 2009 a constituição federal dissesse: o autista faz parte da sociedade e é uma parcela que possui necessidades especiais.”

A historiografia da Lei do TEA e os interesses dos agentes políticos em formulação de projetos de lei são articulações sob os efeitos de discursos modulados primeiramente pelas forças de proveniência que se confrontaram nos bastidores das vidas de muitas famílias de crianças autistas, em segundo que as forças emergentes de agenciamentos que produziram acontecimentos de uma vasta conexão em rede.

Não à toa e de forma surpreendente, como já mencionado, a grande mobilização e sensibilização do Deputado Estadual que imediatamente pode proporcionar a alguns pais e responsáveis a ida a Brasília para a primeira audiência na Comissão dos Direitos Humanos no Senado. Também, não menos surpreendente foi constatarmos a diligência de vários agentes políticos ao formularem inúmeros projetos de leis, os quais incidiam sobre as prescrições dos dispositivos legais da Lei Federal.

O Fluxo vetorial do diagrama, ao inserir a participação das famílias no processo, fica assim:



É apropriado, também ressaltar que os temas das leis, muitos deles recaem sobre a mesma temática, como foi demonstrado nas leis estaduais 6807/14 e 6708/14 e argumentado anteriormente.

3.2 Máquina legislativa, corpo e linguagem, na infância *das ruas e docrack* ou As vozes das mães órfãs: por uma política das narrativas.

Neste trecho, com objetivo de ampliar as reflexões sobre a correlação entre corpo, linguagem e controle dos corpos, apresento as narrativas de um grupo de mulheres, intituladas, mães órfãs(BASTISTA, FONSECA e PONTES, 2018)² que

² O termo “Mães Órfãs” foi criado pela pesquisadora Rosimeire Aparecida da Silva e refere-se a mães em situação de vulnerabilidade que perderam seus bebês de forma compulsória para o Estado DOI:http://dx.doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n1suplemp129-139

sofreram graves violações de direitos ao serem separadas de seus bebês por meio do argumento de que sua condição de vulnerabilidade psíquica e social é um risco para seu filho. Pretendemos nesse texto apresentar argumentos sobre a capacidade agenciadora das narrativas de modo a tomá-la enquanto política, ou seja, explorar as forças que operam no efeito dessas narrativas sobre o ouvinte, a partir de fragmentos das narrativas das *mães órfãs* de Belo Horizonte.

Durante o Encontro da Rede de Observatórios de Políticas Públicas realizado em Belo Horizonte, em 2016, o grupo de pesquisadores do Observatório da UFMG compartilhou com os coletivos de pesquisadores dos demais observatórios a pesquisa que vêm desenvolvendo com o Tema das Mães Órfãs. Nessa mesma ocasião foi realizada uma roda de conversa com as usuárias – mães órfãs - assistidas por diversos aparelhos de saúde e da assistência social do município de BH. Essas mulheres são consideradas *mães órfãs-guias*³ da investigação realizada pelo Observatório da UFMG.

Tivemos a oportunidade de escutar relatos dessas mães em situação de vulnerabilidade psicossocial que tiveram seus bebês sumariamente afastados - todos publicados no suplemento da revista Saúde em Redes (Batista, Fonseca e Pontes, 2018). Esse afastamento se deu:

(...) Sob o argumento da presunção de risco para a criança quando da verificação da utilização de drogas e/ou de trajetória de rua de suas genitoras, inúmeros recém-nascidos estão sendo encaminhados para acolhimento institucional com poucos dias de vida, contra a vontade de suas mães e família extensa, os quais se vêem desamparados juridicamente e destituídos de autonomia. Essa prática tem sido ratificada pelas recomendações nº 5 e 6 publicadas pela 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em 2014, e pela Portaria nº 03 de 2016 a vara Cível da Infância e da Juventude (VCIJ)” – (DAJ – Divisão de Assistência Jurídica da UFMG e Clínica dos Direitos Humanos da UFMG. 2017).⁴

“É uma dor que não tem explicação, é a vida da gente que eles tiram”: narrativas de mulheres na resistência pelo seu direito à maternidade em Belo Horizonte – MG. Autoras: Gláucia de Fátima Batista, Maria do Carmo da Fonseca, Mônica Garcia Pontes.

³ “O usuário-guia é o relato da produção do cuidado com um usuário que acompanhamos no serviço de saúde. Como vimos, entendemos que a produção do cuidado não se limita à realização de procedimentos técnicos e se dá na relação entre o usuário e o trabalhador. Sendo assim, é necessário compreender o usuário-guia como A NARRATIVA DE UM ENCONTRO. Um encontro entre o trabalhador de saúde e o usuário, incluindo todos os outros encontros que atravessam esta relação: com outros profissionais, com a família, com outros serviços de saúde, com o bairro, etc. Encontro de encontros.. Porém, trata-se de uma narrativa produzida que tem como referencial o usuário; é, portanto, uma descrição usuário centrada.(...) É como se fôssemos fazer um mapa. Mais que um mapa, uma cartografia que se preocupasse mais com esses encontros e com os afetos que eles produziram. Uma cartografia de como o cuidado se produziu. Usamos, então, o usuário-guia como uma das

possibilidades para colocar em análise a produção do cuidado.” EPS em Movimento – Entrada Experimentações – Usuário Guia. Material de Apoio. Disponível em <http://eps.otics.org/material/entrada-experimentacoes/arquivos-em-pdf/usuario-guia>

⁴ Seminário Mães Órfãs – Organizado por DAJ – Divisão de Assistência Jurídica da UFMG e Clínica dos Direitos Humanos da UFMG.

<https://www.facebook.com/events/1185663264879287/>

A Portaria Nº 3/VCIJBH/2016, que “dispõe sobre o encaminhamento de crianças recém-nascidas e dos genitores ao Juízo da Infância e da Juventude...”, argumenta se apoiar na Lei Federal Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ECA), para justificar o sequestro das crianças enquanto ato protetivo. Entretanto, nesta mesma Lei, está garantida à criança a defesa de seu direito de convivência familiar. A Portaria ainda determina que:

Art. 1º Quando, durante o atendimento médico-hospitalar de gestante, parturiente ou puérpera, houver constatação ou ponderadas evidências de que qualquer dos genitores e/ou a criança recém nascida se encontram em situação de grave risco, *inclusive em virtude de dependência química ou de trajetória de rua*, o profissional de saúde e/ou instituição hospitalar deverá comunicar o fato ao Juízo de Direito da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, encaminhando os documentos pertinentes.

Prevê ainda que:

Art 4º Determinado o registro de autuação da comunicação e expediente referidos no art. 1º, deverá ser proferida decisão liminar fundamentada, apreciando a necessidade ou não de aplicação de medidas protetivas, inclusive, se for o caso, *a medida de acolhimento familiar ou institucional*.

E continua:

Art. 8º No caso de aplicação da medida protetiva de acolhimento, deverá ser providenciada a transferência da criança para entidade de acolhimento, *tão logo tenha recebido a criança alta hospitalar*.

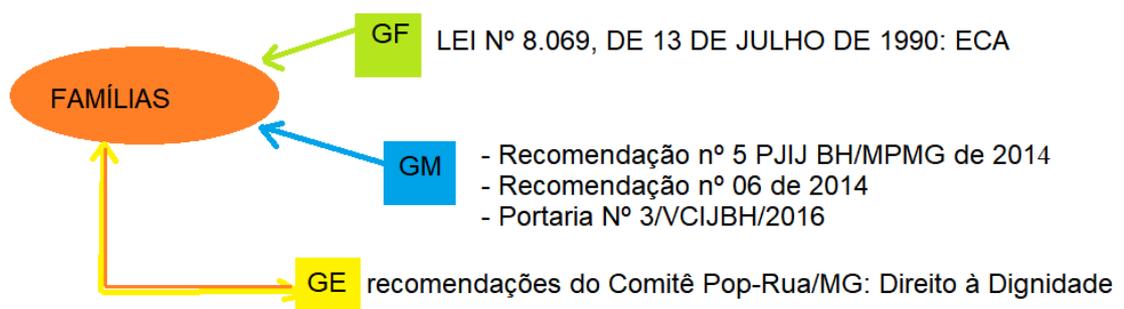
Os grifos são nossos, visando destacar o conjunto orquestrado de orientações que responsabiliza a equipe de saúde pelo *diagnóstico precoce* de *risco do recém-nascido*, incluindo entre os *sintomas* a serem observados, a *dependência química* ou ainda a *trajetória de rua* dos genitores. Em seguida ao *diagnóstico precoce*, recomenda *imediato* acolhimento da criança, tão logo receba alta hospitalar. Só depois, talvez, será feita oitiva dos genitores. A compreensão do *diagnóstico precoce* como medida protetiva da infância não é banal. A combinação da narrativa médica à narrativa jurídica é o exercício biopolítico sobre o qual esta tese busca refletir.

Esta Portaria reitera e amplia as Recomendações nº 05/2014 (às maternidades) e 06/2014 (aos centros de saúde), que já anunciavam o sequestro das crianças dessas famílias como medida protetiva, como já foi amplamente discutido e apresentado por Márcia Pontes, em sua dissertação de mestrado (PONTES, 2019).

Enquanto as portarias municipais de Belo Horizonte se apoiam em argumentos de proteção da infância para, contraditoriamente, afastá-las de suas mães, no âmbito dos movimentos da população em situação de rua do estado de Minas Gerais se discute os direitos desta população. Em seu documento “RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA” (Comitê pop de Rua-MG, 2018) busca garantir que **nada** lhe seja retirado sem sua expressa autorização, nem mesmo seus pertences, conforme consta no documento:

... a decisão judicial do processo 1355234-45.2012.8.13.0024, ação civil pública impetrada contra o Estado de Minas Gerais e o município de Belo Horizonte por realizar ações de apreensão de pertences pessoais da PSR, como cobertores, roupas, alimentos, remédios e, inclusive, documentos de identificação. Argumentou-se que a supremacia do interesse público “jamais poderá amparar atos perpetrados pelo Estado que violem direitos fundamentais de modo tão injusto e arbitrário” e que o “Poder de Polícia deve ser exercido nos liames da legalidade”. Com base neste processo, a juíza de direito julgou procedente o pedido do cidadão, declarando “a ilegalidade do ato de apreensão dos pertences pessoais e dos documentos de identificação dos moradores em situação de rua”.

O fluxo vetorial das leis criadas e sua relação com as famílias estão demonstradas no diagrama abaixo:



Não são raros os argumentos para adoção compulsória, sob a presunção de risco para os bebês de mães em situação de vulnerabilidade psicossocial que lhes foram encarnados atributos incorpóreos.

Um operador do direito, em entrevista dada à mídia, declarou: Ninguém está aqui querendo tomar as crianças das mães delas. Mas será que nossa insensibilidade chegou ao ponto de achar normal deixar um recém-nascido com uma usuária de crack, que não consegue cuidar dela mesma? As mídias também expõem os estereótipos, pois não tratam tais bebês como filhos de suas mães, mas como “filhos do crack” (BATISTA, FONSECA E PONTES, 2018, p. 128)

No caso destas mães, o diagrama de leis, fluxos e vetores fica tão mais pobre, quanto mais pobres são as mães, no processo de demandar do Estado definições que as auxiliem nos cuidados com suas crianças.

De acordo com as portarias e recomendações legais, os serviços e equipes precisam seguir o processo de **cuidado com a criança** que, aqui, não caminha junto com o **cuidado com as mães**. Ao contrário, cuidar das crianças parece ter como condição *sine qua non* o abandono das mães, o efetivo afastamento da família de origem, podendo inclusive chegar à destituição da guarda parental. Neste caso, as portarias respondem a demandas apresentadas pelos “órgãos de vigilância e controle da vida pobre” (COSTA, PIN e MASSARI, 2015), e seguem fluxo vetorial contrário ao que demandam as mães, ainda que estas apresentem e sustentem o pleito de apoio do Estado para o cuidado de seus filhos **junto a elas**.

O abrigo compulsório representa o fracasso efetivo das políticas sociais. Há, entretanto, uma luta por parte das mulheres e movimentos sociais para a garantia de rede de apoio com respeito aos direitos fundamentais, autonomia e convivência mãe-recém-nascido na comunidade de origem. Estas forças integram um convite para pensar ressignificações de ações por parte do judiciário, dos profissionais da saúde, da assistência social, da sociedade (BATISTA, FONSECA E PONTES, 2018, p. 129).

Tomamos como ponto de partida a condição *sine qua non* dialógica universal/singular, a um só tempo acerca do nascimento. Podemos tratar essa condição como uma uniduidade em uma relação dialógica, na qual duas lógicas, dois princípios estão presentes sem que haja a prevalência de um dos termos sobre o outro, e tão pouco a separabilidade deles. De acordo com a proposta teórica de Morin:

O termo dialógico quer dizer que duas lógicas, dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nesta unidade: daí vem a ideia de "uniduidade" que propus para certos casos, desse modo, o homem é um ser unidual, totalmente biológico e totalmente cultural a um só tempo. (MORIN, 1996, p.189).

A escuta das narrativas das mães-órfãs de Belo Horizonte produz um efeito no ouvinte justamente porque incide na experiência de todos nós, nosso próprio nascimento. Não há como escutá-las subtraindo-se da experiência de “ouvidor”, do nascente que fomos um dia. Mas, se essas narrativas que nos foram contadas pelas mães-órfãs fossem as nossas, teria valido a pena a ruptura brutal com nossas mães, sob a argumentação da presunção de risco para nós? Essa pergunta nos revela a força convocatória das narrativas a partir do vivido.

Quando eu ia para o hospital perguntava quantos dias minha filha ainda ia ficar lá. Mas a assistente social só me pressionava. Ela só queria saber

da minha carteira de identidade. Aí um dia, quando cheguei na portaria, eles me falaram que meu documento do parto tinha vencido. E eu não pude entrar mais. Eu voltava, mas não me deixavam entrar. Perdi o contato com minha filha. CONSULTÓRIO DE RUA DE BELO HORIZONTE NARRATIVA DE UMA DE NOSSAS MARIAS - EXPERIÊNCIAS NA RUA, NO RIO, NA REDE: MOMENTOS DE DOR E DE NOVAS POSSIBILIDADES – NARRATIVA DE SI Brenda Cecília e Luciana Rodrigues *A nossa luta é por delicadeza*

Trazer para a cena essas narrativas fala da nossa aposta, qual seja: a de tomar a linguagem em sua capacidade de tocar e produzir corpos, corpos de alteridade, corpos de resistências emergentes na interação dialógica.

Então, Natália me falou: “*eu quero parar*” (sic). Ela estava cansada de usar drogas, mas tinha dificuldade de ficar sem a pedra. Natália me contou que há anos fazia o uso e já havia passado por muita coisa. Contou que tinha outros filhos e que estes tinham sido abrigados. Disse que não queria isso para os gêmeos. Natália sinalizou que conversaria com seu irmão para ajudar na criação dos meninos. (BATISTA, FONSECA E PONTES, 2018, p. 131).

Para tanto lançaremos mão de alguns argumentos, ainda que breves, das propostas teóricas de Benjamin, Bakhtin, Deleuze e Guattari a fim de criarmos marcadores para nossa argumentação de tomar a narrativa enquanto política da existência.

Benjamin (2012), ao comentar a obra de Nikolai Leskov no texto *O Narrador*, faz uma interessante análise da tradição oral da narrativa. Desta destacaremos dois aspectos abordados pelo autor que nos ajudarão no argumento da narrativa como política, a saber: o papel do narrador e a distinção entre informação e narrativa.

A narrativa é, antes de mais nada, uma faculdade de intercambiar experiências cotidianas no encontro entre pessoas. Ela preserva a comunicabilidade da história oral veiculada no boca a boca, ou melhor no boca- ouvido das “conversas ao pé do ouvido”, na escuta atenta do ouvinte. (BENJAMIN, 2012)

Para Benjamin, essa tradição oral se constitui na figura do narrador ao longo do tempo a partir de dois grupos de narradores que exerciam atividades de subsistência distintas, a saber: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante. Esses dois grupos constituíram assim, ao longo da história, a composição da figura do narrador. Histórias que remetem ao passado da itinerância pelo mundo dos viajantes e a do homem que construiu sua vida no campo e que conhece suas histórias e tradições. “A extensão real do reino narrativo e do seu alcance histórico, só pode ser compreendida

se levarmos em conta a íntima interpenetração desses dois tipos arcaicos” (BENJAMIN, 2012- p. 215).

Histórias que se situam respectivamente no tempo e no espaço, as narrativas dos acontecimentos deslizam no tempo, agregando ao acontecimento narrado sentidos da própria experiência dos narradores, uma transmissão que se apropria da recorrência da comunicabilidade, colocando-a em devir. Trata-se, então, não da transmissão/descrição do acontecimento congelado no tempo, mas da reatualização desse tempo longínquo do acontecimento, o qual jamais será recontado subtraído do próprio narrador que transmite, embora resguarde seu traço nativo. Elas são situadas, recortadas, atualizadas e territorializadas nas paisagens cotidianas dos viventes e da sua experiência viva da língua ao transmiti-las. Transmissão da experiência viva e corpórea do que está sendo narrado, portanto situado no espaço, no território da própria existência. “O narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 2012- p. 217).

Se no início do texto pontuamos a unidualidade universal/singular acerca do nascimento, podemos aqui recolocá-la também na interpenetração unidual temporal/local que compõe a figura do narrador. As narrativas acerca do nascimento também remontam a tempos distantes na construção da história da humanidade, mas também são reatualizadas nas tradições locais e nas múltiplas paisagens afetivas e territoriais da narrativa de nosso próprio nascimento. Ela transmite a experiência inaugural do vivido, convida o nascente a viver, inscrevendo-o no tecido do tempo e no território da sua própria existência.

O texto da narrativa, aqui, se opõe diametralmente àquela cuja marca seja a pretensão produzir informação. Se por um lado a interpenetração do tempo e do espaço são elementos primordiais à narrativa, a informação tem um imperativo, o imediato.

O saber que vinha de longe – seja espacialmente, das terras estranhas, ou temporalmente, da tradição – dispunha de uma autoridade que lhe conferia validade, mesmo que fosse subsumível ao controle. A informação, porém, aspira a uma verificabilidade imediata. Para tal, ela precisa ser, antes de mais nada, “compreensível em si e para si” (...), é indispensável que a informação soe plausível. Nisso ela se revela incompatível com o espírito da narrativa. Se a arte de narrar é hoje rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva nesse declínio” (BENJAMIN, 2012- p. 219).

É neste ponto que a narrativa das mães se constitui em si mesmas em trajetórias de resistência: a narrativa mostra sua face ativa, sua condição política na produção de

existências, ao contrário do que fazem as informações e averiguações delas decorrentes.

As recomendações das portarias para suposta proteção da criança são respaldadas na informação e buscam a averiguação dessas informações – “Sob o argumento da presunção de risco para a criança quando da *verificação* da utilização de drogas e/ou de trajetória de rua de suas genitoras (...) [grifo nosso]” (BATISTA, FONSECA E PONTES, 2018, p. 131).

A informação, quando protegida pela falsa pretensão de verdade, tem intenção de hegemonia. Neste sentido, a produção de informação assume determinada posição diante das situações e as descreve sob o argumento do interesse hegemônico, dando a tal descrição o título de “fato”. No entanto, ao escutarmos as narrativas das mães, constatamos em seus relatos que, mesmo em situação de vulnerabilidade psicossocial, a maternagem é um marco em suas vidas, muitas vezes estruturante e, por isso mesmo, capaz de reduzir o dano, a sua própria situação vulnerável. Há muito mais em suas vidas do que o estigma de usuárias de drogas.

Estas possibilidades e potencialidades das mães- órfãs, neste caso, não são apreendidas pelas informações que são produzidas sobre elas, informações estas impregnadas por uma função ordem, ou melhor por uma palavra de ordem.

Não obstante as informações reveladas em torno de cada caso narrado com respaldo legal para a adoção compulsória sejam relevantes, o nosso objetivo não é o de explorar tais “informações”, as quais apontam as arbitrariedades praticadas, embora elas nos dêem a dimensão do arranjo discursivo biopolítico⁵ da atualidade, de exclusão e higienização da sociedade. Discurso que querem fazer crer que em nome da presunção de risco subtraia-se, na lógica do dever ser – saudável, bem-nascido – todos os laços afetivos constitutivos e em devir mãe/criança expressos nas narrativas.

Com o tempo, a equipe começou a perceber que a maternidade tinha a função de reduzir o dano provocado pelo uso abusivo das drogas, pois toda a vez que Natália tinha algum compromisso vinculado ao pré-natal, ela usava menos drogas. Narrativa de uma Trabalhadora da Rede Saúde Mental de BH Ser Mãe! (BATISTA, FONSECA E PONTES, 2018, p. 131).

⁵ O conceito de biopolítica aparece, pela primeira vez, no pensamento de Foucault, numa palestra proferida no Rio de Janeiro, intitulada O Nascimento da Medicina Social. No entanto, somente com a publicação de *A Vontade de Saber* (1976) e, depois, com os cursos ministrados no Collège de France, intitulados *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), que este conceito passa a ser trabalhado com mais vigor em sua obra. Trata-se de uma biopolítica porque o poder passa a se encarregar cada vez mais da vida do que da morte na medida em que se apropria dos processos biológicos, não só para controlá-los como para eventualmente modificá-los. Assim, destinam-se ao controle da própria espécie. A

população é o novo conceito que se constrói para dar conta de uma dimensão coletiva que até então não havia sido uma problemática no campo dos saberes..FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 79-98. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.128.

O sentido miraculoso da maternagem percebido pela equipe no seu relato é destituído de qualquer crença e aposta no outro, em um outro fragmento da narrativa do mesmo relato:

Quando, pelo ultrassom, os bebês apareceram, o técnico do CR pediu à médica para explicar o procedimento. Natália logo melhorou sua fisionomia. Ficou sorridente, visivelmente feliz por saber que eram dois meninos gêmeos. Porém, nesse momento, a médica, preconceituosamente, falou: “*Meu Deus o que será destes bebês?*” (sic). Narrativa de uma Trabalhadora da Rede Saúde Mental de BH Ser Mãe! (BATISTA, FONSECA E PONTES, 2018, p. 131).

O encontro com as Mães Órfãs, mediado pela escuta atenta de suas narrativas, produz um estado de afetabilidade dos corpos que atingem, cujos fluxos de intensidade não cessam de reverberar, uma vez que pedem novas narrativas de uma língua viva de transmissão de afetos e, ao mesmo tempo, reafirmação de marcas ensinadas⁶, que podem inclusive se sobrepor e conter o que de novo expressivamente pode ser gerado.

As medidas legais para a adoção compulsória valem-se da informação – e não precisam ser muitas, mas apenas suficientes para qualificar as mães como usuárias de drogas. Com esse traço identitário viola-se o direito de ser mãe.

⁶ Do latim *īnsignāre*, *īnsgīre* (regressivo de *īnsgnitus*), que significa pôr uma marca, um

senal, marca distintiva, insínia; insignē (insignis), marca, sinal, insígnia, signo: gravar uma marca em algo ou alguém, dar um sentido. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 2 (Deleuze e Guattari)**

CAPÍTULO 4: Corpo, Linguagem, Controle Da Vida

Tomar o enunciado subtraído de sua dimensão dialógica na circulação da língua viva significa estabelecer para ele somente as relações lógicas da língua e suprimir o grau de afetabilidade imanente da narrativa. Afetabilidade na transmissão da língua viva que faz dizer, de um dizer a outro, e acomete o corpo em transformações incorpóreas.

A partir dessa dupla função da enunciação, que se, por um lado é polifônica, por outro acomete o corpo é que Deleuze e Guattari (2011) desenvolvem o conceito de agenciamento. Não será o caso aqui percorrer todas as teses que formularam para chegarem ao conceito de agenciamento, mas laçaremos mão de alguns argumentos de tais teses, no intuito de enfatizar o propósito desse texto. Buscavam uma perspectiva pragmática⁷ que não interroga o que uma coisa é, ou o que é a linguagem. A bem dizer uma pragmática rizomática que comporta linhas de composição, movimentos, formas que estabelecem e as mudanças que operam. Interessava aos autores buscar na engrenagem da máquina semiótica seus componentes de variáveis que participam do funcionamento do agenciamento de enunciação, cuja palavra de ordem que o compõe figura como peça chave do seu funcionamento.

Para essa formulação os autores se valeram da tese dos atos de fala a partir dos estudos de Austin que os definiam e, de forma articulada como atos perlocucionário, locucionários e ilocucionários. Este último, consiste na dimensão linguística das palavras e sentenças de uma língua específica, empregadas de acordo com as regras gramaticais aplicáveis, bem como dotado de sentido e referência. Para além da qualificação proposta de Austin, interessava-os, a “maquinaria expressiva enunciativa provedora de uma força ilocucionária em conformidade com as regras e convenções sociais. Forças essas, proferidas nos atos de fala eficazes em criar obrigações e vínculos.

A bem dizer, a partir do ato ilocucionário, de sua força intrínseca tal como Austin propôs na dimensão linguística das sentenças, é que Deleuze e Guattari conceitualizam a palavra de ordem como a força que engendra e configura o agenciamento. Mas, se a força ilocucionário para Austin colocava em relação “as entre linhas”, o intrínseco da enunciação forjado pelas regras gramaticais, em relação a aplicação de tais regras em razão do contexto, a palavra de ordem aponta para o funcionamento do agenciamento em razão dos acontecimentos e das circunstâncias que o acomete na enunciação.

⁷ na tese dos atos ilocucionários a partir dos estudos de Austin, e de outros linguistas que investiram em uma pragmatização da linguagem, Barthes, Sarraute, Dicot, Labov.

Nele há outros elementos, linhas de composição, movimentos, além da palavra de ordem. Interessa no agenciamento a composição da máquina semiótica no funcionamento dos seus elementos no jogo da enunciação. No agenciamento a figura do sujeito do enunciado é subtraído, pois não interessa quem disse, mas o que agencia ao dizer, de um dizer a outro no jogo enunciativo. Seu conteúdo opera no corpo, pois todo corpo age na linguagem. A palavra de ordem opera o agenciamento pela simultaneidade do enunciado que a exprime e do efeito que ela produz em transformações incorpóreas.

Em um sequestro de avião, a ameaça do bandido que aponta um revólver é evidentemente uma ação; da mesma forma que a execução de reféns, caso ocorra. Mas a transformação em reféns, e do corpo – avião em corpo – prisão, é uma transformação incorpórea instantânea, um *mass-media act* no sentido em que os ingleses falam do *speech – act* (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p.19).

Desse ponto, agregamos mais um argumento para o propósito desse texto em tomar a narrativa enquanto política da existência.

Transformações incorpóreas de mães a usuárias de crack, de bebês a filhos do crack eis a força da palavra de ordem – “ As palavras de ordem ou os agenciamentos em uma sociedade dada – em suma, o ilocucionário – designam essa relação instantâneas dos enunciado com as transformações incorpóreas ou atributos não corpóreos que eles expressam” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p.19).

Transformações sutis que se dão a partir de uma operação imediata de um estado a outro, que deflagram na circulação viva da palavra a determinação de uma biopolítica em corpos adjetivados – o *possível* autista, os filhos do crack.

A palavra de ordem produz no funcionamento do agenciamento uma linha de força determinante, imediata. No entanto, é também a partir dessa marca a ser falada, de um dizer a outro, de um narrador a outro, carregando cada qual sua própria experiência, que a luta das mães e as suas histórias constituem disputas de sentidos do existir. Se no caso das mães de bebês em *possível* risco há um grito que pretende revogar a lei, no sofrimento das mães das crianças *possíveis* autistas, há um grito que clama pela lei. Na voz das crianças, ao contrário, nada a ser ouvido, nada a ser registrado. Decidamos nós sobre seus corpos, sobre seus afetos.

Disputas essas que procuramos explorar a partir de alguns argumentos das teses de Benjamin, Bakhtin, Deleuze e Guattari, na circulação da língua viva a

incessante necessidade de dizer aquilo que não se pode calar - a vida, na sua dimensão incomensurável de se colocar em relação pela circulação da palavra.

Neste sentido, a aposta desta tese reside em tomar a capacidade agenciadora das narrativas enquanto política.

A narrativa, em sua forma recorrente de um dizer a outro, produz sentido por que nela nos reconhecemos, enquanto a informação prescinde de sentido para aquele que a enuncia, uma vez que tendo a função de averiguação, ela serve àquele que a coloca em prova, e não a quem a expressa.

Para o nosso propósito é importante marcar no jogo da linguagem viva e interacional os efeitos distintos das duas funções da linguagem, a saber: narrar e informar.

“O extraordinário, o miraculoso é narrado com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que falta à informação” (BENJAMIN, 2012, p. 219). A amplitude a que se refere Benjamin é o efeito da linguagem ao produzir não só novas narratividades de um dizer a um outro dizer, mas sobretudo por que afetam o corpo.

No sentido espinoziano tão bem explorado por Deleuze (2002) a afecção (*affectio*) aponta o que acontece ao modo/corpo, as modificações do modo e os efeitos dos outros modos sobre este afetado. Elas são imagens ou marcas corporais, que se ensinam em nós (DELEUZE, 1995), e as ideias relacionadas a estas abrangem ao mesmo tempo a natureza do corpo afetado e a do corpo exterior afetante. Dessa passagem de estado de afetação entre os corpos e ideias relacionadas a cada estado de afetabilidade, há transmissões, fragmentos de vivências, estratificações e durações dos efeitos de afetabilidade, as quais nos potencializam em maior ou menor grau. E esse não seria o caso, de nós ouvintes diante dos fragmentos das narrativas aqui apresentadas?

As afetações são fluxos de intensidade, cuja duração coloca em relação inseparável o estado precedente que induz ao estado seguinte. - “Essas durações ou variações contínuas de perfeição são chamadas de “afetos”, ou sentimentos (*affectus*). (DELEUZE, 2002. p. 55). Há disputas quanto a possíveis desorganizações de marcas e possibilidades de novos sentidos de ensinação para si, entre os agenciados, afetados narrativamente.

Eis a força da narrativa enquanto política pois podem permitir produção de novos si, em corpos já bem marcados. Vale ver que essa força, embora inscrita na palavra, a transborda para além do próprio signo linguístico, produzindo corpos em corpos dados. Esse é o sentido pleno da oralidade: se constitui na íntima dança que

fazem entre si a palavra, o silêncio, o gesto e o tempo. O eixo da oralidade não é a palavra, mas a fala.

A esse despeito lançaremos mão de alguns dos argumentos que Bakhtin apresenta para a sua teoria da enunciação, ao exaltar a dimensão viva da língua.

Bakhtin (1990) desenvolve sua teoria da enunciação ao criticar a redução que a linguística faz da linguagem ao concebê-la ou a um sistema abstrato de formas – cuja unidade mínima é o fonema, ou à enunciação monológica isolada – fenômeno linguístico significativo de criação individual. A informação, conforme prescrita nas portarias, está inscrita nesta perspectiva.

Para ele a linguagem não pode ser destituída do seu conteúdo e do seu caráter ideológico, como se fosse possível tornar a língua uma matéria morta. A interação verbal constitui, desta forma, a realidade fundamental da língua com modulações prosódicas e de entonação, as quais expressam disputas efetivas. A realidade fundamental da língua constitui um campo de luta face à informação, como já apontamos anteriormente.

Para ilustrar essa dimensão dialógica, Souza (1994), ao comentar a obra do autor, lança mão de um fragmento de Lewis Carroll, para exemplificar essa torção da língua pela enunciação da interação dialógica, em suas entonações:

- Eu sempre digo o que penso – respondeu vividamente Alice.
- Ou, pelo menos, penso que digo... É a mesma coisa, vocês sabem.
- Não é a mesma coisa, de modo algum! - Disse o chapeleiro. - Se fosse assim, “veja o que como” seria a mesma coisa que “como o que veja”.
- Se fosse assim, “gosto de tudo que tenho” seria a mesma coisa que “tenho tudo que eu gosto” - disse a Lebre de Março.
- Se fosse assim – disse, por sua vez, o Rato Silvestre, com uma voz de quem está sonhando alto – respiro quando durmo” seria a mesma coisa que “durmo quando respiro”.
- Para você é a mesma coisa, sim – disse o Chapeleiro. E a conversa morreu (LEWIS CARROLL, 1982, p.66).

O diálogo acima mostra que cada turno da interação dito pelos diferentes protagonistas extrapola a estrutura frasal e as converte em diferentes conteúdos. Para Bakhtin é essa vivacidade da língua, na interação dialógica que sustenta a tese de que todo enunciado arrasta em sua enunciação uma polifonia⁸, e nós podemos dizer: uma

⁸ Segundo Bakhtin, a polifonia é parte essencial de toda enunciação, já que em um mesmo texto ocorrem diferentes vozes que se expressam, e que todo discurso é formado por diversos discursos. Ou seja, é a presença de outros textos dentro de um texto, causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam. Pires, Vera Lúcia e Tamanini-Adames,

política por disputar sentidos do existir. Dito de outro jeito, o ato de fala – turno na interação dialógica, de um falante nunca é em si inaugural, ele traz em sua enunciação falas precedentes de um mundo já falado, articulado, legitimado, experimentado na própria linguagem e habitado por várias vozes – toda fala é uma fala polifônica. Assim o falante ao discorrer sobre um determinado tópico – assunto, o faz sempre em razão de falas precedentes.

Desse ponto de vista, tomamos a linguagem sempre como efeito, sobre efeito, de uma fala a outra, no jogo dialógico. Para melhor compreender isso, Bakhtin inclui a figura de um terceiro destinatário como “aquele que exerce o papel enunciativo da polifonia” além da dupla interacional falante-emissor e receptor que transita no jogo dialógico, há sempre a presença de uma terceira pessoa - um terceiro destinatário metafísico, no jogo que transita na reversibilidade dos papéis dialógicos – turnos do diálogo entre a primeira e a segunda pessoa.

Essa recorrência da atividade dialógica faz da linguagem sempre algo inacabado e que deixará uma margem de algo, ainda por dizer.

Agregamos um outro efeito, sobre o efeito já apontado anteriormente: o efeito da afetabilidade dos corpos a partir de Deleuze (2002). É essa dimensão viva da narrativa, a qual pede para ser falada, que tomamos como dispositivo de política, não só pela sua força convocatória em falar ainda o que ficou a ser dito, mas, sobretudo, porque dela emergem dimensões de vida e de mundos.

No exercício de controle dos corpos infantis, tanto das crianças com autismo no Rio de Janeiro quanto dos bebês de Belo Horizonte, a força da linguagem escrita em forma de *diagnósticos* e *portarias* se impõe, com especial combinação das forças instituídas dos campos médico e jurídico. Não há mundos existentes e possíveis, mesmos os imaginários, que não sejam tocados pelas palavras e a língua. Falar é um ato de criação de mundos tão mais ricos quanto mais habitados por multiplicidades subjetivantes e agenciamentos.

CAPÍTULO 5: Encontro com amigos

O Performance Gomez Penhã, no texto “Em defesa da Performance”, traz uma passagem, a qual nomeou de arquivos disfuncionais, argumentando o seguinte: “Se cada departamento de arte e de *performance studies* em cada universidade fizesse um esforço por resgatar de nossas mãos desajeitadas esses arquivos em perigo, se salvaria uma importante história que raramente se escreve, precisamente porque constitui o “**espaço negativo**” da cultura (como entendido na fotografia e não na ética) (ps. 454, 455). Os arquivos a que ele se refere são materiais usados no processo de criação das performances, registro de áudio, fotos e vídeos, enfim o que foi utilizado, registrado e documentado, o que sobrou de processos não levados a cabo.

Pelo mesmo conseguinte, se cada pesquisador pudesse revisitar em seus respectivos laboratórios, as suas próprias ideias, ou a memória de frutíferas conversas desinteressadamente interessantes com seus pares, teríamos uma espécie também de arquivos imateriais de negativos. Neles temos uma produção de conhecimento que raramente é reconhecida pelos cânones da ciência e, não raro, rechaçada pelos órgãos deliberativos dos colegiados e instâncias superiores.

Gosto dos restos, gosto de coisas inúteis aparentemente, até que delas se desdobrem novas funções. Isso leva tempo, quando se trata de negativos. Eu me demoro neles, mas não tenho pressa, porque penso fazendo. É nesse espaço /tempo do fazendo, ou seja, no fluxo de dobras e acontecimentos, que incidem as interferências que deixam ruídos para a rizomatização do pensamento, tão caro ao Laboratório de Sensibilidades e Devires - LSD, sobretudo quando opera na linha assignificante. Na clínica ela por vezes é a brecha da conexão entre mundos. Desde que, é claro, se tenha claro que se está fazendo uma operação de linguagem agramatical; dito de outro jeito, a língua menor. Essas linhas de produção de vida e de fuga estão descritas nos Anexos 1, 2 e 3, em produções do LSD. Por ser uma produção coletiva do Laboratório, esta produção – que compõe as reflexões aqui trazidas – está nesta tese em forma de anexos.

Cuido de um adolescente, com diagnóstico de Asperger, que tem interesse restrito em rotas de voos mundo a fora. Evasivo na sustentação da interação dialógica, com a voz sem variação prosódica, lhe interrogo. – O que é mesmo que você me respondeu? Após sua resposta – É..., isso mesmo. (Em tom monótono, com pouca

articulação, quase inaudível e desprovido de qualquer sentido, que possa ter como efeito a sustentação do diálogo, frente à minha intervenção). Afirmo a resposta dele, com uma função pragmática de protesto - É? Isso mesmo, o quê? – Ao que ele responde – Não, sei... estava distraído nos meus pensamentos aleatórios. – Mas eu me interessei pelo aleatório, se você quiser me dizer (...). Antes mesmo que eu pudesse terminar a sentença, com voz firme e totalmente audível e a sentença bem articulada, com entusiasmo ele responde, mas antes coloca a tela dele compartilhada: - Olha quantos voos estão acontecendo agora, mas lá (não me lembro mais a referência) os voos da companhia x, foram cancelados.

Me desculpem, por essa digressão, mas julguei ser ilustrativo para o que vem a seguir.

De tudo que já foi dito, há um eixo que transversaliza a articulação do corpo e da linguagem. Em razão dos dispositivos legais aqui explorados, vale a pena retornar com um ponto que mencionei lá no início. Ou bem tomamos a linguagem enquanto propriedade inata e assumimos as consequências dessa opção, que são muitas, ou bem buscamos a distinção entre língua e linguagem. Vale dizer que uma das consequências é exatamente a força da lei do TEA, sobretudo no que diz respeito à incerteza do diagnóstico, mas que mesmo assim seja dado. A outra, no caso das mães órfãs, é tomar a informação sobre sua suposta vulnerabilidade psicossocial como sendo determinante à maternagem, ainda em devir.

A distinção entre língua e linguagem é importante, justamente porque pauta os desfechos dos dispositivos legais, nos dois casos. Não fosse isso, não se extrairia as forças de proveniências com as quais foi possível traçar o mapa das leis, e tão pouco trazer para a análise a função da narrativa enquanto política da existência.

Ao considerar aqui o tema da infância não deixamos de levar em conta as grandes contribuições de Aires e tão pouco de Canguilhem. Os conheci um pouco antes do Morin. Não os visitava a algum tempo, são bons amigos, daqueles que nos contam coisas que jamais esquecemos. O primeiro com a dimensão e construção social da infância e o outro, com o importante campo de problematização do limiar entre o normal e o patológico.

Se por um lado, a infância não é redutível às condições prévias à sua organicidade e à funcionalidade de todos as habilidades em aquisição, pois é construída na tessitura social do contemporâneo – essa ideia é fundamental para as críticas das políticas públicas –, por outro, o limite entre o normal e patológico também não está dado em si, como pretendem os apelos das duas políticas apontadas até aqui.

O tema língua/ linguagem é bastante extenso e denso, bem como de propriedade de vários feudos disciplinares. Não tenho a menor pretensão de cobrir tudo isso, pois seria impossível discorrer sobre todos os campos que tomam a linguagem como objeto de estudo. Mas gostaria de trazer uma análise epistemológica. Faço aqui uma ponderação para que me sinta mais confortável nessa tarefa: não tomo a questão da língua e da linguagem como objeto; tudo que me interessa sobre este tema está em suas implicações na clínica e na produção do cuidado – que isso fique claro.

Dito isso... Seguimos. Na formação do fonoaudiólogo temos um grande percurso nos estudos da linguística e em específico da linguística gerativa, de Chomsky. Nessa corrente a língua tem o estatuto de objeto, descolado do contexto e os seus aspectos internos constituintes, bem como as relações entre eles, sem se levar em conta a relação dos mesmos constituintes e seus significados. Uma sentença é só o encadeamento de vários léxicos segundo uma ordem dada, ou seja, segundo uma gramática que se estabelece em torno das regras da sintaxe. Deste modo, “a língua é definida como um sistema de sons, ou a língua é um conjunto de frases ou ainda a língua é um sistema de signos” (FLORES, 2003, p. 30).

Ela então, pode ser língua decomposta em níveis, desde a sua unidade básica, o fonema, até forma as gramaticais, passando pelas regras da sintaxe e da morfologia, sem que se deixe de contemplar como o nível mais ascendente, suas respectivas funções pragmáticas. Aqui já podemos situar como consequência importante duas perspectivas. A língua torna-se um objeto. Ela é segmentada em níveis ascendentes, da menor unidade, o fonema, a morfologia lexical para a composição frasal com funções e adequações ao contexto, ou seja, sua pertinência pragmática. Benveniste usa o termo *formalismo* para designar não só a linguística gerativista, como a de Saussure entre outros da mesma filiação, ainda que tenham feito caminhos bem diferentes” (FLORES, 2003, p. 19).

Não posso dizer que fazem composição comigo, que são meus amigos, embora os respeite muito. Por um tempo me ocupei deles, Chomsky e Saussure, cada qual

com sua especificidade no campo da linguística; mas logo vi que meu assunto era outro. É verdade que não há outro meio de conhecer a sintaxe, em suas variações constantes, sem o esquema da árvore de Chomsky. Tão pouco é menos importante a ideia do sujeito falante na proposta de Saussure. Dito isso, assumindo a responsabilidade de sua forma reduzida diante do arcabouço teórico dos dois, é fato que não há distinção dos termos língua e linguagem. A expressão verbal, se tivesse a equivalência da linguagem, não seria nada aquém ou além da própria forma de um sistema de signos linguístico, ou seja, significado e significante. A bem dizer, está dado o binômio de forma e conteúdo, ele sempre referido a forma. Dito de outro jeito: a forma determina o conteúdo - princípio básico do estruturalismo de Saussure. Se a linguística pode ascender ao estatuto de ciência para além dos temas do romance, foi exatamente por ter tomado para si os princípios da ciência positivista, a neutralidade do pesquisador, a separatividade do objeto das circunstâncias do contexto.

Há um outro ramo da linguística que irá se debruçar sobre a enunciação – linguística da enunciação. Seu objeto de estudo são as condições sob as quais os enunciados são formulados. Se na corrente formalista empreendeu-se o esforço de tomar a língua um objeto da ciência, podemos dizer que na linguística da enunciação o esforço foi o de atribuir a esse objeto sua condição de heterogeneidade, uma vez que reconhece que ele, entre os termos, é constituído de vetores de subjetividade, referência, contexto, e modalização.

Nas infinitas conversas com os meus amigos Deleuze e Guattari eles me apresentaram alguns teóricos das linguísticas, em outro texto que também me fez palpitar – Postulados das Linguísticas, além daquele, lembram? Como me demoro nessa conversa com eles, e faz anos. Vira e mexe nos encontramos para infundáveis conversas. Gosto muito de brincar de pensar com eles, nessa praça da linguística. Acho formidável como eles vão dando nomes aos bois e martelando a cabeça de seus leitores, para no final das contas dizerem o seguinte: se tiverem a fim de entender alguma coisa aqui, terão primeiro que saber “se ler”, ou seja: como você se diz a si mesmo, se valendo de que sistema de signos? Como segunda opção, oferecem outra alternativa (eu em particular gosto mais dessa): ver se o livro funciona a partir do desfecho que você queira dar à leitura. Pode-se ter problemas, mas vale não desistir. Eu não desisti. Dito de outro jeito, é como eles nos perguntassem: qual é a sua, que linguagem você toma para si?

Não fosse essa pergunta imprescindível sobretudo para o cuidado de si, não haveria de se ter problemas. Imaginem se descolamos essa pergunta para o cuidado

no processo do trabalho em saúde? Como vão se estabelecendo em nós? Nem todos os autores que eles apresentaram eu cheguei a estabelecer a amizade, mas de fato foi importante conhecê-los em breves encontros. Como aqueles, ao estilo carioca, sentados lá na Pedra do Arpoador para assistir ao pôr do sol, cuja beleza além do visual é a alegria do encontro fortuito, com alguém que lhe fora apresentado por um amigo que você nunca mais viu, mas que o encontro é celebrado como se frequentassem semanalmente. Na lembrança não cabe recordar o que fora dito, apenas o resgate daquele pôr do sol inesquecível, que aponta o amanhã igualmente proveitoso. Isso só se dá na alegria do encontro. Assim é a minha relação com alguns dos autores que a dupla me apresentou - Benveniste, Labov, Ducrot, Austin.

Ah! Não posso deixar de falar do Bakthin, mas esse em particular, nunca mais deixamos de nos visitar. Já explico a composição de nossa amizade. Mas antes preciso contar para vocês minha admiração por Austin e alguns outros nessa esteira. Contudo é necessário dizer que sob o título *pragmática* ou *pragmatismo* cabem um mundo de argumentos com filiações filosóficas diferentes, desde a filosofia analítica à da diferença. Não importa muito agora, esse não é o assunto, mas apenas uma advertência que merece atenção. Fica a dica.

Voltando ao que interessa, Austin fez algo formidável em termos de criar funções de linguagem em razão dos atos de fala. Já tive oportunidade de descrevê-los sumariamente nesse texto. É válido reafirmar que tais funções se dão a partir dos efeitos dos atos por eles classificados, de ilocucionário, perlocucionário e ilocucionário. Quero marcar a dimensão do efeito, ou seja, dos atos de fala que recobrem os enunciados sobre o par interacional – na interação dialógica é de suma importância como dispositivo de devir criança. Ela está sempre sob o efeito do agir do outro, e responde a ele com intenção comunicativa muito antes de poder contar com os recursos linguísticos que se imporão, sem escolha à sua condução de falante. É oportuno ressaltar que a força ilocucionária problematizada por Deleuze e Guattari são fortes argumentos para a conceitualização da palavra de ordem. E lá na corrente formalista da linguística a hierarquização se faz em ordem ascendente, sendo o nível linguístico pragmático o mais “elevado” pois é o fio da balança no julgamento da adequação discursiva ao contexto. Sob aquele ponto de vista, por exemplo, os enunciados dos Autistas seriam inadequados no contexto social. Mas de fato o são. A questão é que a avaliação e o julgamento da inadequação não são suficientes para acessar o modo de funcionamento da linguagem daquele que a opera em pura diferença, e que faz a variação invariante uma língua “formalizada” em desvio – que não sessa de desafiar a semântica e as regras da sintaxe. Para provocarmos um futuro

debate: Deleuze e Guattari fazem a inversão hierarquizada e tudo se dá na pragmática, ali onde a palavra de ordem contorna o corpo da criança e a convida à experimentação da interação. Ali, nesse espaço tempo de devir criancinha, muito antes das primeiras palavras, elas já se comunicam.

A função – linguagem é transmissão de palavras de ordem, e as palavras de ordem remetem aos agenciamentos, como estes remetem às transformações incorpóreas que constituem as variáveis da função. A linguística não é nada fora da pragmática (semiótica ou política) que define a efetuação da condição da linguagem e o uso dos elementos da língua. (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 33)

Nutro por Bakhtin uma amizade tão valiosa quanto a que nutro pelo Wallon, eles têm em comum o diálogo como conceito importante de suas respectivas formulações. Com ele aprendi que a unidade mínima da linguagem é a interação dialógica e que todo enunciado é polifônico. Já até falei dele aqui, mas vale ressaltar então como consequência a seguinte afirmação, para o que me interessa: a linguagem se dá no duplo, pois se a unidade mínima é a interação dialógica, forçosamente ela pressupõe dois.

Seja lá como for, e até onde pude esquematizar, não é claro em todos esses linguistas – sejam os da formalização da linguística, sejam lá os linguistas da enunciação ou aqueles que se ocuparam da pragmática da linguagem – a distinção entre língua e linguagem, ainda que se possa falar em dois regimes: dos signos linguísticos e a semiótica. Outra consideração para essa problematização é que não são conceitos distintos e se justifica não serem, uma vez que operam no regime de representação do pensamento. Ou seja, eles se estruturam a partir de seus antecessores, que só sabem pensar pelas inscrições da língua, o que se sabe já está dado. Prontinho para ser acessado e falado, pelo sujeito da razão. O sujeito reflexivo.

Se a argumentação procede, em seguida me parece razoável a pergunta – para Deleuze e Guattari, é pertinente a distinção? Se o fazem, fazem em quais termos? Não é preciso dizer que endereci por muitas vezes essa pergunta a eles, naquelas composições de leitura entre amigos. E muito tive que ler, não cheguei a ler tudo que a dupla escreveu, como disse antes (isso cabe aos seus filiados de carteirinha, não é o meu caso). Já expliquei isso – ser Rocha já é suficientemente trabalhoso. Pegó o que interessa e sigo, na minha brincadeira de pensar. Vejo se o que eles me oferecem funciona para resolver o meu problema, é simples assim. Mas em relação a eles é um

problema essa “simplicidade tão aplicável a outros”, e de concordar, visto que eles são recorrentes em suas temáticas em diversos livros. Além disso, os dois, em as suas respectivas publicações em separado, são também motivadores de boas e frutíferas conversas.

No tema da linguagem, fazem uma crítica aberta ao estruturalismo de modo a colocar em xeque a psicanálise, desde o Anti-Édipo, e depois com a publicação de cinco volumes do Mil Platôs com um volume especialmente dedicado a linguística – Postulados da Linguística. É fato que levei um tempo para responder a essa pergunta: para eles, é pertinente a distinção entre língua e linguagem? De cara, a resposta seria sim; no entanto a afirmação não é autoexplicativa para a determinação dos termos que as colocaria em distinção. Réu confesso, patinei com isso. Mas também aprendi com um outro amigo filósofo – Alexandre Costa – que uma boa pergunta se mostrará frutífera até o ponto que você a explorar em novos enunciados. O que quer dizer o seguinte: leve a pergunta à potência máxima de seu esquema cognitivo, até que o seu pensamento te peça para conhecer aquilo que você ainda não sabe. Mas como a pergunta não é dirigida ao sujeito da razão, o corpo ajuda a responder, na medida que somente o desejo faz conhecer. (Tudo isso para me proteger dos especialistas que certamente poderiam me apontar exatamente uma passagem da obra deles que não li). Como disse antes, eles têm essa particularidade, funcionam desse jeito, vão e voltam, e a cada ida e vinda fazem agregações de novos termos. Me sinto autorizada por eles, pois são eles que dizem que um livro é feito para fazer funcionar um conjunto de conceitos.

Mas, voltando ao que interessa, eles se valem de muitos romances para produzirem intercessores na formulação de conceitos. Se valeram de Proust, de Joice, e não menos importante de Kafka, acho que tiveram muitos outros. Pensando bem, talvez nem se aplique a necessidade de distinção na obra deles, uma vez que se valem dos agenciamentos de coletivo de enunciação e do maquínico do desejo. Todo enunciado comporta essa dupla vertente, esse duplo do agenciamento – na palavra de ordem e no corpo sem órgãos. No entanto, eles definem a linguagem agramatical – ou seja destituída das regras da síntese e das variações constantes.

Nosso esforço será feito de modo a recuperar no correr da obra de Deleuze o encontro e o trabalho minucioso com os procedimentos linguísticos afetados por essa linha de diferenciação e de agramaticalidade: mostrá-los enquanto potência da linguagem, como função – limite exigida por sua própria filosofia (ALMEIDA, 2017, p 133).

Nesse sentido, da função limite da linguagem, tanto quanto na pragmatização da linguagem, eu diria que a distinção se faz em razão dos regimes de signos, linguísticos e semióticos.

Se para os formalistas da linguística a unidade mínima da linguagem é o fonema e para Bakhtin é a interação dialógica, para Deleuze e Guattari é o agenciamento. Para os dois primeiros não há distinção entre os termos língua e linguagem. Já para a dupla Deleuze-Guattari, podemos dizer que a distinção sequer é factível, visto que se dá em outro plano, qual seja, o da imanência; enquanto para os outros dois, suas respectivas formulações estão no plano da transcendência. A outra consideração oportuna é que um agenciamento funciona em tetravalência (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 33).

“No eixo horizontal o agenciamento comporta os segmentos de expressão e conteúdo, por isso ele é um agenciamento maquínico de corpo, e por outro lado é um agenciamento coletivo de enunciação” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 33).

As palavras de ordem percorrem esses dois eixos do agenciamento. Enquanto no eixo vertical há os segmentos de reterritorialização e de desterritorialização, de modo que não há primazia da expressão sobre o conteúdo e vice e versa. Uma outra consequência do agenciamento igualmente importante, é que seu primado é um duplo, tanto verbal como corporal, caso contrário não funcionará, uma vez que não percorrerá os seguimentos do eixo vertical de desterritorialização e reterritorialização.

BREVES E INCONCLUSAS CONSIDERAÇÕES – BIOPOLÍTICA, CONTROLE DOS CORPOS, MORTE DAS INFÂNCIAS

No exercício de controle dos corpos infantis, tanto das crianças com autismo no Rio de Janeiro quanto dos bebês de Belo Horizonte, a força da linguagem escrita se impõe, com especial combinação das forças instituídas do campo da saúde e do campo jurídico.

Podemos tomar muitos analisadores a partir da *máquina legislativa* em torno do autismo, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e em torno dos bebês filhos do crack, no âmbito da cidade de Belo Horizonte – que certamente não se esgotam nesse texto. O termo *Máquina Legislativa*, aqui, revela as várias linhas apreendidas no desmonte da concepção totalizante e unificadora de uma unidade transcendente que a pesquisa genealógica enseja dar visibilidade. O termo faz menção ao sentido que Deleuze e Guattari atribuem à palavra máquina. Ao desenvolverem o conceito de máquina de guerra, argumentam: uma máquina é antes de tudo social, antes de ser técnica. Sob essa perspectiva conceitual não há disjunção entre a produção da máquina e seu próprio funcionamento, visto que sua produção é o seu funcionamento. Embora tivessem atribuído a esse conceito o sentido de ambivalência, digamos uma certa contradição, na medida que está não toma a guerra como objeto a ser investido, mas os vestígios negativos dela própria operados em forma de resistência e agenciamentos em francos processos de “devir-revolucionário”, “devir-minoritário”, os quais não se inscrevem no primeiro plano da história.

Pois bem, para eles máquina de guerra é um operador de resistência para criação de possíveis devires. Embora tivéssemos tomado de empréstimo o engravidamento do sentido que eles talharam ao léxico máquina, em contra ponto ao do senso comum que lhe é atribuído - arcabouço de equipamento que emprega força mecânica, composto de peças com funções específicas, a máquina legislativa é mais uma máquina de captura identitária do que devires, mas nem por isso deixa de ter sua composição social. É de captura pois enquanto a máquina de guerra tem como “objeto” de investimento linhas de fuga de resistência a formas de dominação de poder, em contraponto ao poder do Estado, a maquinaria legislativa sobre o TEA e sobre os bebês “filhos do crack” é um sofisticado dispositivo de regulação da vida em sua forma identitária. A própria concepção de “espectro” inclui muitas crianças que antes de serem “autistas” já são tomados como tal a partir “do artigo...”- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo. Da mesma forma, os bebês nascidos de mães

usuárias de drogas e/ou com trajetória de rua, antes de serem considerados *filhos*, são vistos como risco. Estariam em risco? Ou seriam um futuro risco para a sociedade? O *diagnóstico precoce* de risco e a intervenção imediata, ainda que incertas, estão também ali, na formulação da narrativa instituída.

Dado o exposto, as “máquinas” – as de guerra e a legislativa – são diametralmente opostas aos efeitos em seus respectivos agenciamentos, ainda que elas se constituam na tessitura social, discursiva e de desejos.

Se lá no início do texto apresentamos a pergunta “Como as leis são formuladas/produzidas?” e que ela nos seduzia muito mais em apresentar questões do que propriamente dito analisar a garantia de seus direitos, pois bem recolhemos aqui os efeitos daquela sedução, nessas considerações inacabadas e abertas a novos debates.

Para finalizar, a distinção de língua e linguagem – no que diz respeito para o dispositivo que determina o diagnóstico precoce ainda que incerto da Lei do TEA, e como já argumentado na portaria das mães órfãs, cujo informação de vulnerabilidade é determinante para o afastamento pelo estado de seus filhos com a presunção de risco – apresento a formação etimológica de duas palavras, a saber: infância e existência.

A palavra infância é proveniente do latim *infantia*: do verbo *fari*, falar – e o prefixo *in* que designa uma negação – então, infância é referente àquele que não fala. A palavra *existir* tem sua origem no latim *existere*, forma-se pela preposição *ex* que significa “a partir de” ou “trazer algo para fora” e o verbo *sistere*, cuja raiz *stare* significa estar, permanecer ou ficar de pé. Assim, *existere* significa literalmente “surgir a partir de algo firme”. Há uma aparente contradição, pois, se por um lado *ex* significa trazer algo para fora, e por outro, *stare* significa estar, permanecer ou ficar de pé, podemos referir que *ex-sistere* significa “um ser saído de si mesmo”, em pé, firme para caminhar. Deste modo, existência implica uma saída de si mesmo, uma passagem da condição de vivo para o vivente a viver a vida. Um modo de produção da própria vida e, portanto, de criação de si mesmo. Constituímos nosso território existencial resistindo ao vivo para lançarmo-nos no vivido.

É na confluência etimológica desses dois termos, se sobrepostos um ao outro, que podemos tomar a infância como um dispositivo para o seu funcionamento, subjetivações de saída de si mesmo. Pura criação de cenários de possibilidades em decorrência dos acontecimentos que irão lhe atravessar, na magia da linguagem. Tarefa de uma vida.

Gostaria de enumerar uma série de argumentos que favorecem e justifiquem o empreendimento realizado até aqui. Ainda que tenhamos feito caminhos sinuosos, mas se fizemos é porque são necessários.

Produzimos no desvio, ele é o fertilizante do conhecimento e dos estados mentais em aberto de modo a sustentar a beleza do nomadismo do pensamento. O território se constitui como lugar fértil a partir do movimento de saída de si mesmo, e nisso os bebês se lançam de maneira vertiginosa. É nisso que devemos nos encontrar. Já falava anteriormente, fruto das minhas infundáveis conversas com a duplas, se o livro funcionar ao modo da filosofia deles, logo se fará a pergunta: por onde você anda no seu território existencial? Lógico que não se trata de respondê-la e se prontamente o fez, certamente quem entendeu. A relação estabelecida entre o leitor e o livro terá sido uma composição do tipo arborescente. Pergunta necessária também ao genealogista, visto que, ao se debruçarmos nas relações de forças das zonas cinzentas da historiografia da história, encontrará delimitações e vazamentos dessas forças, as quais irão se impor aos seus próprios valores. Como consequência será convocado, se desejar prosseguir em sua tarefa, a uma análise ética sobre o que o levou a tal empreendimento. Ah, se tivéssemos a coragem de mexer nos arquivos imateriais de negativos de nossos laboratórios e banco de ideias, de certo que o discurso de cientificidade estaria a favor da ética, e por conseguinte ele próprio seria criação, e não acúmulo. De certo que ele estaria a serviço da vida como vida, e resistindo à vida como capital.

Para tal tarefa há que ter amizade e coragem para mudar o mundo. As crianças são assim: corajosas e cheias de vigor. Ávidas pela vida elas se lançam nessa tarefa que o livro nos interroga, no entanto o tempo de conjugação é o do devir. O que elas têm pela frente é só acontecimento.

Então se perguntará qual o sentido de um acontecimento: o acontecimento é o próprio sentido. O acontecimento pertence essencialmente à linguagem; mas a linguagem é o que se diz das coisas (Deleuze, LS, p 34).

Vale nos demorarmos aqui um pouquinho. O acontecimento é o próprio sentido na medida que nele não insidie nem o antes e nem o depois, nem o passado e nem o presente, mas o que se efetua e pode ser dito pela linguagem. O acontecimento é o momento presente da sua efetuação, é o presente definitivo. Uma espécie de instante já, de Clarice Lispector.

Dito isso, articulamos o corpo da criança como território de experimentação existencial. Para tanto será necessário reconhecer as extrações dos sentidos decorrentes dos acontecimentos **na** e **pela** linguagem. Isso nos leva a um argumento

ser mais explorado

adiante, qual seja: os bebês se comunicam, mas para criamos condições de possibilidade para essa interação comunicacional, sustentadas pela potência das interações dialógicas de Bakhtin e Wallon será preciso agregar, mais adiante, a distinção de língua e linguagem apresentada por Benjamim, um amigo que ainda não tive oportunidade de falar sobre a composição, e sobre nossa amizade. Fica para daqui a pouco.

O segundo argumento é que as primeiras aventuras dos estados emocionais do bebê em interação de diálogo tônico – emocional é o convite e inscrição de saída de si mesmo. Dito de outro jeito são, ainda que em passos frágeis, a consistência de sua existência. Pois eles só conhecem dois estados: o de satisfação – hipotonia de prazer; e o de necessidade – hipertonia de apelo. Estados altamente comunicáveis, disso ninguém tem dúvidas.

O terceiro argumento tem como pressuposto e respaldo definido na política TEA que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Bem, se é considerada com deficiência, sua terapêutica é circunscrita no campo da reabilitação, portanto seu plano de cuidado terá como finalidade a recuperação de uma funcionalidade ideal na interação com seu ambiente, fornecendo as ferramentas que necessitam para atingir a independência e autonomia, esses são os parâmetros gerais do campo da reabilitação, cujo modelo assistencial é centrado no profissional e de base biomédico.

Se é assim, como restituir linguagem precocemente, justamente a condição pela qual se faz existir? Isso só é cabível ser questionado se enfrentamos tal distinção; caso contrário, língua, fala e linguagem serão dados como o mesmo conjunto de expressão, passível de se colocar em verificação se a criança porta oralidade ou não. Portanto, se viera falar posteriormente, é possível que se decline do diagnóstico, aliás ele nem precisou de certeza, apenas a *presunção de risco* e por conseguinte de controle.

Não fossem então os discursos de cientificidade dispositivos disciplinares e de biopoder, não teria valido a pena esse empreendimento até aqui.

Se por um lado a retirada dos bebês de suas mães é uma dupla violência e higienização da sociedade, por outro o diagnóstico precoce é morte do devir infância, exatamente porque a destitui do direito de se tornar algo a partir de si mesmo e não da determinação diagnóstica. Num caso e no outro, estaremos sem amanhã.

A máquina legislativa demonstra a composição dos dispositivos na direção de assegurar o autismo no campo da reabilitação, tal como demonstrado no organograma e

no mapa. Desse reconhecimento decorre todo um aparato de intervenções terapêuticas de todas as profissões da reabilitação – fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, educador físico, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo, e tudo mais que gerar mercado. No campo da reabilitação se imporão como necessidade a se restituir funções, as quais elas mesmas estão em processo de aquisição, nas andanças que as crianças fazem nos seus respectivos territórios em composição, desde as habilidades perceptivas e sensoriais, às habilidades psicomotoras e organização do próprio corpo.

Até a aquisição da marcha e o autodeclarado EU, até lá, que se coloque tudo em precipitação sob o argumento do risco, e não do cuidado. A título de ilustração – nem precisaríamos de demonstração – já tivemos a grande onda da ritalina sustentada pelos diagnósticos de Transtornos de déficit de atenção e hiperatividade – TDAH; isso foi pouco, precisou ser associado à dislexia. Há limite, pois não se poderia esperar até o momento da escolaridade, seria preciso inventar algo que pudesse preservar as crianças mais precocemente. Já que aqueceu o mercado, nada mais seguro a ele, do que incidir sobre a incerteza do que cada criança poderá se tornar, diga-se de passagem, nada mais além do que cada um de nós nos tornamos.

Mas o capital é ágil feito um azougue. É aí a descoberta do mais promissor investimento, a incerteza lhe apraz – o corpo da criança. Uma articulação poderosa de diagramas de poder, desde o disciplinar ao biopoder encontra no corpo das crianças o mais promissor dos investimentos, lógico que em nome da ciência e da educação. Mas também no controle de cada passo ainda claudicante dos pequenos, exatamente no momento em que se coloca de pé, isso mesmo, por volta de 1 ano, quando dois aspectos do desenvolvimento sensório-motor se fazem presente, experimenta as primeiras palavras e os primeiros passos. A fonte inesgotável para o capital. Lembrem-se bem, o diagnóstico precoce *ainda que incerto*.

Trago então para a conversa mais um amigo. Já fiz referência a ele, anteriormente no texto. Trata-se de um amigo com quem tenho muita cerimônia, embora o admire bastante, e que foi fundamental aqui. Minha composição com ele é diferente. Foucault é genial e dono de uma elegância intelectual e erudição que me constrange. Talvez seja uma falsa impressão, de todo modo os intelectuais que circulam, portando a carteirinha, talvez espelhados na erudição do mestre, a fim de se tornarem igualmente elegantes precisam afirmar que ao falar dele é necessário situar os momentos e, na sequência de suas obras, a localização de tal e qual conceito. Tive problemas como isso, levei um bom tempo para me permitir usar alguns e poucos conceitos por ele explorados, sem que me exigisse ler mais do que me seria necessário. Foi isso que fiz.

Dessa composição com Foucault, gosto dele por isso que aprendi a partir dele: o que se conhece tem que servir, inicialmente, a si mesmo. Foi lindo ver, no pouco que o li, que levou isso a cabo com cuidado de si, como projeto intelectual. Não poderia deixar de ressaltar o estatuto que ele dá ao discurso, um dos eixos que sustentam a articulação dos dois dispositivos aqui em questão. A força das formas discursivas coercitivas das formas jurídicas.

Escutei ou li, já não sei mais, que o conhecimento é uma centelha. Uma bonita imagem. A trago aqui como uma experiência de composição de leitura que me emocionou muito. Eu tinha uma hipótese, e que seria necessário ter mais consistência de modo a sustentar como tese: a ideia de que o diagnóstico do autismo precisaria ter um critério sob o qual se colocaria em investigação – exatamente o movimento que a criança faz, da sua condição de in-fare.

Para esta conversa, apresento a vocês mais um amigo desta caminhada. A hipótese de que o diagnóstico do autismo deveria ser pautado na análise da processualidade da aquisição e desenvolvimento da linguagem, ganhou ainda mais força ao me deparar com a necessidade explícita da diferenciação de língua e linguagem para Benjamin.

Seguirei de mãos dadas com ele, é uma amizade bem recente, embora já tivesse feito alguma aproximação. Foi no texto Sobre a Linguagem em Geral e a Linguagem dos homens, que encontrei a distinção, embora a ser problematizada por diversos de seus tradutores, mas de todo modo “nesse contexto, língua, ou linguagem, significa o princípio que se volta para a comunicação de conteúdos espirituais nos domínios em questão: na técnica, na arte, na jurisprudência ou na religião” (REF).

É um dos autores de forte crítica à representação. Afirma que toda linguagem se comunica a si mesma. Partindo do princípio que tudo é comunicável porque tudo que é do mundo é linguagem e nada pode existir fora dela, traz como exemplo a linguagem da lâmpada, mas poderia ser a linguagem de qualquer coisa.

Me veio a passagem de um episódio já acontecido há algum tempo. Meus pais têm uma pequena propriedade rural, chama-se Pamonet. Ao fundo de uma de seus limites territoriais avista-se uma grande montanha, cuja uma das faces é uma pedreira. Nela há alguns acidentes que formam a figura de um “rosto”, em cada um de seus dimídios tem-se a expressão de um olhar diferente. Conheço esse lugar desde que me entendo por gente, havia sido de meus avós. Ao pé dessa montanha há um açude que foi a diversão de muitos verões de todos os netos. Pois bem, essa montanha que descrevi nunca tinha sido vista por

mim, até que um dia fui surpreendida pelo meu pai, ao descrever o que contemplava: “Estou vendo o quanto aquele olhar me reprova, enquanto o outro sorri”. Ao que Benjamin, diria: “Pois na linguagem é assim: *a essência linguística das coisas é a sua própria linguagem*”. (pg 53). Bem, se a essência linguística das coisas é a sua linguagem, a língua torna-se somente um meio, no qual se acessa toda comunicação espiritual. Benjamin aprofunda muitas outras questões, mas por hora fico com essa, a pretexto do último argumento, considerando que os bebês ainda não nomeiam. Faço esse corte aqui, visto que a distinção entre a linguagem em geral e a linguagem dos homens é sua capacidade de nomear. Ainda que pudéssemos travar um frutífero debate, vou declinar, uma vez que me interessa a condição ainda do in-fare que, embora se comunique, mas não nomeie.

Afirmo e defendo com unhas e dentes que a Lei do TEA é um anúncio à morte do devir criança, quando para garantir tais direitos se retira da criança sua potência a passos claudicantes em traçar para si sua existência, sua saída do vivo para entrar na linguagem. Com efeito não será nomeada, e por efeito não nomeará, uma vez que toda a potência COMUNICACIONAL das essências espirituais não se compõem no par interacional. O diagnóstico precoce incide como um punhal ameaçador sobre a mãe ou o seu cuidador de modo que a faça duvidar de si mesma, a não contar com a frutífera certeza da incerteza do que nos tornaremos, par e passo a cada construção do cotidiano, par e passo a cada nova conquista da criança, par e passo a cada tombo, a cada palavra que aprenderá a falar e escrever, par e passo pela vida.

Para finalizar, mais um argumento: a linguagem é efeito, é preciso que se tome a aquisição e desenvolvimento da linguagem como efeito. Ela procede por efeito e se assim o é, é porque – como encontramos tanto em Bakhtin e Wallon, quanto em Deleuze e Guattari – é uma operação que pressupõe o duplo. Em Wallon e em Deleuze e Guattari encontramos respaldo na síntese disjuntiva do corpo e da linguagem em razão dos acontecimentos, dos agenciamentos e dos estados emocionais. Obviamente que os aspectos pragmáticos da interação e com valor comunicacional estão também emoldurando a tese da linguagem como efeito, esteira desses autores.

Por outro se emparelharmos Deleuze e Guattari com Benjamin, temos argumentos suficientes para a crítica ao estruturalismo e à representação. Benjamin toma a linguagem em última instância como magia, aliás ele e as crianças. “(...) Então o problema originário da linguagem será a sua magia”. No entanto, Bakhtin, ao descrever as condições nas quais se forma o diálogo, a dimensão polifônica da interação, a dinâmica comunicacional, na qual o adulto provedor de recursos linguísticos, apreende as intenções comunicativas da criança e lhe concede o nome, e

o processo da criança é brutalmente interrompido.

A magia que nos falava Benjamin cai por terra, se descobre o truque que nos faz desvio, o nome da coisa não é a representação da coisa, mas a sua correspondente essência espiritual. De modo que a criança se colocará em passos débeis a buscar também a essência espiritual da sua comunicabilidade, ainda que a faça prescindindo do nome, mas tentando apreender a língua. Começa isso pelas vocalizações e modulações prosódicas de forte cunho comunicacional. É aí, onde tudo se dá, em termos de processo de aquisição de oralidade.

E então, eu sonhei. Sonhei com Benjamin: cada palavra tem um nome que a torna comunicável, cuja essência espiritual é a sua essência linguística. Ele me explicou o significante a céu aberto... Que não caía... E pude ver outros amanhã... E dormir quase em paz.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (2009). A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. *Revista PRAIAVERMELHA/ Rio de Janeiro/ v. 19 nº 2/ p. 51-64/ Jul-Dez.*

ALMEIDA, Cristiane Andrea Locatelli de, & Tanaka, Oswaldo Yoshimi. (2017). Meta-avaliação de uma avaliação participativa desenvolvida por gestores municipais de saúde com foco no padrão "Utilidade". *Cadernos de Saúde Pública, 33(2).*

AMBER, M. Angell, Olga Solomon. (2015). The social life of health records: Understanding families' experiences of autism. *Soc Sci Med*. Author manuscript; available in PMC. Published in final edited form as: *Soc Sci Med*. 2014 Sep; 117: 50–57.

ASSUMPÇÃO, F.B. J. (2015). *Autismo infantil: novas tendências e perspectivas*. Atheneu.

AXINN, W.G.; Ghimire, D.J. Social. (2011). Organization, population, and land use. *American Journal of sociology*, VI 117, P.209-258

BARNETT, Richard. (2016). Autism. *The Lancet*, 21-27, Vol.387(10033), pp.2082-2082

BARROSO, Suzana Faleiro. (2012). *As psicoses na clínica com crianças: o corpo sem a ajuda de um discurso estabelecido*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicanálise. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

BEKHTA, Natalya. (2017). We-Narratives: The Distinctiveness of Collective Narration. *Narrative*, Vol.25 (2), p.164-182

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2014
BRASIL 2, Mensagem da Presidência da República N. 606 de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Msg/VEP-606.htm> Acesso em: 20 out. 2014.
Brody, Herb. (2012). Autism. *Nature*, Vol.491.

CAMPOS, Angela Alfano. (2008). Transtornos do Espectro Autista: Aspectos Clínicos e Cognitivos. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CANESQUI, Ana Maria; Barsaglini, Reni Aparecida. (2012). Apoio social e saúde: pontos de vista das ciências sociais e humanas. *Ciênc. saúde coletiva*; 17(5): 1103-1114.

CASCIO, M.Ariel.(2014). New directions in the social study of the autism spectrum: a review essay. *Cult Med Psychiatry*; 38(2): 306-11.

CONRAD, Peter; Barker, Kristin K. (2010). The social construction of illness: key insights and policy implications. *J Health Soc Behav*; 51 Suppl: S67-79.

DE VOS, Pol; Van der Stuyft, Patrick. (2013).Determinantes sociopolíticos de las políticas internacionales de salud. *Rev Peru Med Exp Salud Publica*; 30(2): 288-298, abr.-jun.

FÁVERO, Maria Ângela Bravo, & Santos, Manoel Antônio dos. (2005). Autismo infantil e estresse familiar: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 358-369.

FLORES, M. R. (2013). Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. XVI número especial. 141-157

FRANÇA, I., Coura, A., França, E., Cavalcante, G., & Sousa, F. (2010). Application of principlist bioethics to public policies for disabled people: systematic review. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 9(1).

FREIRE, A.B. (2014). Circulando: jovens e suas inovações no autismo e na psicose. FAPERJ.

GARBOIS, Júlia Arêas; Sodré, Francis; Dalbello-Araujo, Maristela.(2014). Determinantes sociais da saúde: o "social" em questão. *Saúde Soc*; 23(4): 1173-1182, Oct-Dec/.

GIAIMO, Genie Nicole (2016). Memory, Brains, and Narratives?: The Humanities as a Testing-Ground for Bioethical Scenario-Building. *Literature and Medicine*. Volume 34, Number 1, pp. 53-78.

GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa, Santos, Sandra Maria Chaves dos, Melo, Cristina, & Sanches Filho, Alvino. (2004). Avaliação da capacidade de gestão de organizações sociais: uma proposta metodológica em desenvolvimento. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(6), 1642-1650.

HAYES, Sara L; MANN, Mala K; MORGAN, Fiona M; KELLY, Mark J; WEIGHTMAN, Alison L. (2012). Collaboration between local health and local government agencies for health improvement. *Cochrane Database Syst Rev*; 10: CD007825, Oct 17.

IANNI, Aurea Maria Zöllner. (2012). Mudanças sociais contemporâneas e saúde: um estudo sobre teoria social e Saúde Pública no Brasil. Tese para obtenção do grau de Professor Livre Docente. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

HUGUENIN, Jose Augusto Oliveira; ZONZIN, Marlice; "A LEI DA ESPERANÇA", p. 11-22. In: **Autismo: Vivências e Caminhos**. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN: 9788580391329, DOI 10.5151/9788580391329-04

INSTITUTE OF MEDICINE (US) (2008). Autism and the Environment Challenges and Opportunities for Research. Workshop Proceedings. Forum on Neuroscience and Nervous System Disorders. Washington (DC): National Academies Press (US).

KOEHLMOOS, T. P., Gazi, Hossain, R. S. S., Zaman, K. (2009). The effect of social franchising on access to and quality of health services in low- and middle-income countries. *Cochrane Database Syst Rev*; (1): CD007136, Jan 21.

LANIER, W. L. (2012). *Mayo Clinic Proceedings* 2012: "A New Era in Journal Stewardship". *Mayo Clin Proc.* 87(1): 1–6.

LOPES, Rodrigo Alberto; Wittizorecki, Elisandro Schultz; Molina Neto, Vicente. (2017). O não de Raimundo Silva: a pesquisa narrativa como alternativa teóricometodológica para enfrentar o cerco imposto pelas políticas educativas do tempo presente. *Movimento (Porto Alegre)*; 23(1): 67-84.

LOPES, José Rogério. (2004). Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *São Paulo em Perspectiva*, 18(3), 57-66.

Luz, Geisa dos Santos, Carvalho, Maria Dalva de Barros, & Silva, Mara Regina Santos da. (2011). O significado de uma organização de apoio aos portadores e familiares de fibrose cística na perspectiva das famílias. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 20(1), 127-134.

MACILWAIN, Colin. (2014). Emerging powers need a more-inclusive science. *Nature*; 505(7481): 7, Jan 02.

MCLEAN, Kate C. ; Pasupathi, Monisha ; Greenhoot, Andrea F. ; Fivush, Robyn. (2016). Does intra-individual variability in narration matter and for what? *Journal of Research in Personality.* , <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrp.2016.04.003>.

MOHAMMAD-REZA, Mohammad. (2011). A comprehensive book on autism spectrum disorders. Publisher:InTech Chapters Published.

MURPHY, John W; Choi, Jung Min; Cadeiras, Martin. (2016) The Role of Clinical Records in Narrative Medicine: A Discourse of Message. *Perm J*; 20(2): 103-8.

Melo, Sandra Cordeiro de. (2010). Inclusão em educação: um estudo sobre as percepções de professores da rede Estadual de Ensino Fundamental do Rio de Janeiro, sobre práticas pedagógicas de inclusão. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

NEWHAM, Roger; Terry, Louise. (2017). An adaptable instrument and method for exploring care and compassion. *Nurse Res*; 24(3): 8-12.

NILSEN, E S; Myrhaug, H T; Johansen, M; Oliver, S; Oxman, A D. (2006). Methods of consumer involvement in developing healthcare policy and research, clinical practice guidelines and patient information material. *Cochrane Database Syst*

Rev; (3): CD004563, Jul 19.

NUNES, L.R.d'O. de P. (2013). Ensaio sobre autismo e deficiência múltipla. ABPEE / Marquezine & Manzini editora.

OLIVEIRA, Robson Rocha de.(2014). Dos conceitos de regulação às suas possibilidades. *Saúde Soc*; 23(4): 1198-1208, Oct-Dez.

PASSOS, Guiomar Oliveira. (2012). O caleidoscópio da relação entre Estado e sociedade: os diferentes ângulos de análise das perspectivas teóricas. *Textos contextos (Porto Alegre)*; 11(2): 234-246, ago.-dez.

PENTIADO, Jorge Alberto Martins; De Almeida, Helcia Oliveira; Amorim, Fábio Ferreira; Facioli, Adriano Machado; Trindade, Eliana Mendonça Vilar; De Almeida, Karlo Jozefo Quadros. (2016).

PERM J. Love and the Value of Life in Health Care: A Narrative Medicine Case Study in Medical Education. 20(2): 98–102.

ROSA, Wagner de Castro Carvalho. (2013). A eficiência de políticas sociais : uma análise teórica da aplicação de critérios avaliativos no orçamento público. Tese de doutorado. Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SPAIN, Debbie, Sin, Jacqueline, Paliokosta, Eleni, Furuta, Marie, Prunty, Jonathan, Chalder, Trudie, Murphy, Francesca. (2017). Family therapy for autism spectrum disorders. Editorial Group: Cochrane Developmental, Psychosocial and Learning Problems Group

STERPONI, Laura; de Kirby, Kenton; Shankey, Jennifer.(2015).

Rethinking language in autism. *Autism*; 19(5): 517-26.

Thiengo, D.L. (2015). Avaliação da satisfação de familiares com o atendimento fornecido por um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSI) da cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

VILLAR, Feliciano; Serrat, Rodrigo. (2017). Changing the culture of long-term care through narrative care: Individual, interpersonal, and institutional dimensions. *J Aging Stud*; 40: 44-48.

BASTA, Gláucia de Fâma; FONSECA, Maria do Carmo da; PONTES, Mônica Garcia. “É uma dor que não tem explicação, é a vida da gente que eles tiram”: narrativas de mulheres na resistência pelo seu direito à maternidade em Belo Horizonte – M. Saúde em Redes. 2018; 4(Supl.1):129-139.

LISTA DAS LEIS

Leis Estaduais

Links:

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/153729482/lei-6924-14-rio-de-janeiro-rj> (Lei 6.924/14 acesso em 04/05/2020; 12h19) - altera a lei 4.285/04 (<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/136102/lei-4285-04>) - acesso em 04/05, 13h11

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/124683176/lei-6807-14-rio-de-janeiro-rj>

(Lei 6.807/14 acesso em 04/05/2020; 12h25)

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1031094/lei-6169-12>

(Lei 6.169/12 acesso em 04/05/2020; 12h37)

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/116474587/lei-6749-14-rio-de-janeiro-rj>

(Lei 6.749/14 acesso em 04/05/2020; 12h42) - altera a lei 6.169/12

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/123304836/lei-6801-14-rio-de-janeiro-rj>

(Lei 6.801/14 acesso em 04/05/2020; 12h52) - altera a lei 5.645/10

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/821755/lei-5645-10>

(Lei 5.645/10 acesso em 04/05/2020; 12h58)

<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/114153618/lei-6708-14-rio-de-janeiro-rj>

(Lei 6.708/14 acesso em 04/05/2020; 13h)

Leis Municipais

<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2012/538/5389/lei-ordinaria-n-5389-2012-dispoe-sobre-a-divulgacao-da-identificacao-do-autismo-infantil-atraves-de-material-impresso>

(Lei 5389/12 acesso em 04/05/2020, 13h21)

<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2013/558/5573/lei-ordinaria-n-5573-2013-dispoe-sobre-os-instrumentos-de-vigilancia-e-rastreamento-precoce-do-autismo-nas-unidades-publicas-de-saude-e-educacao-municipais-e-das-outras-providencias>

(Lei 5573/13 acesso em 04/05/2020, 13h33)

<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2014/575/5749/lei-ordinaria-n-5749-2014-institui-no-municipio-programas-e-diretrizes-que-promovam-a-inclusao-das-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista>

(Lei 5.749/14 acesso em 04/05/2020, 13h38)

http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/45750Lei%205657_2013.pdf

(Lei 5657/13 acesso em 04/05/2020, 13h46)

A história de uma lei por Berenice Piana Edição número 2

abril/2012 – ano III

<https://www.revistaautismo.com.br/versao-digital/download-gratuito-em-pdf/>

ANEXOS

PRELO
(em processo de submissão)

Apanhador de
Sonhos
Relato em
Devir

Victória Benfica Marra

Pasqual¹ Marina Monteiro

Athila² Mônica Rocha³

Denise da Silva Mattos⁴

Luis Guilherme de Araujo

Martins⁵ Gisele de Oliveira

Silva⁶

Pilar Rocha Rodrigues⁷

Resumo

Em meio ao trajeto de colher sonhos, caminhando juntas, emerge a possibilidade desta escrita no projeto de extensão Laboratório de Sensibilidades e Devires. Numa pausa metodológica, refletimos sobre o que está chegando até nós por meio da interferência-formulário Apanhador de Sonhos, que roda pela internet desde março de 2020, a par e passo com a pandemia. Aqui conversamos um pouco sobre essa experiência cartográfica de colher sonhos, enquanto atravessadas por inspirações diversas, dentre elas o livro *Sonhos no Terceiro Reich*, de Charlotte Beradt.

Palavras-chave: Sonho; interferência; cartografia; pandemia.

¹ Extensionista do projeto Laboratório de Sensibilidades e Devires, graduanda do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: vicpasqual@gmail.com.

² Extensionista do projeto Laboratório de Sensibilidades e Devires, graduanda do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: marinamathila@gmail.com. ³ Coordenadora do projeto de extensão Laboratório de Sensibilidade e Devires; professora assistente do Curso de Fonoaudiologia, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Ciências. Email: monicarocha@medicina.ufrj.br

⁴ Projeto de Extensão Laboratório de Sensibilidades e Devires; médica e professora colaboradora do Departamento de Medicina em Atenção Primária à Saúde; mestre em Medicina Interna pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: denimattos@gmail.com. ⁵ Extensionista do projeto Laboratório de Sensibilidades e Devires, graduanda de Terapia Ocupacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). E-mail: ludubrazil@gmail.com ⁶ Extensionista do projeto Laboratório de Sensibilidades e Devires, graduanda do Bacharelado em Dança da Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Email:

giseleunisaude@gmail.com.

⁷Extensionista do projeto Laboratório de Sensibilidades e Devires, Mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ/EICOS , bacharel em artes visuais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: pilarocha@gmail.com.

Introdução

Quando alguém sonha, todas nós sonhamos juntas. Um dia, em uma de nossas reuniões

das segundas-feiras pela manhã, fomos tomadas de assalto pelo sonho de uma de nossas coordenadoras. Mal sabíamos, mas estávamos no limiar de uma nova era, a era pandêmica. Nos lembramos do livro *Sonhos no Terceiro Reich* (BERADT, 2017), lido há tempos nos encontros do projeto, e da tentativa de recolhermos sonhos, inspiradas por um projeto embrionário do Laboratório de Sensibilidades da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista. Nossa ideia da ação, naquele passado já distante, era espalhar caixas de coleta em lugares de grande circulação dos campi universitários. Feito isso, colecionamos dezenas de narrativas escritas, mas elas não nos agenciaram a seguir caminho desejante. Repousam até hoje em sono profundo. Sonhos em sono profundo. Mas deixaram em nossos corpos as marcas de que não estavam esquecidos. Então era o momento, tal qual o prenúncio da guerra, agora é o momento de recolhermos o que anda vazando em nosso mais íntimo. Como gosta de nos lembrar Denise, talvez o sonho seja nosso único território ainda privado. Ou, ainda, nas palavras de um dos chefes do partido nazista: “a única pessoa que tem uma vida privada na Alemanha é aquela que dorme” (BERADT, 2017, p. 22). E a pandemia de covid-19 nos lançou no inimaginável isolamento físico. No exercício cotidiano da distância. Onde a liberdade que nos é dada é o lugar de sonhar.

Certo. Antes de prosseguir, ficou faltando contar quem somos esse “nós”. É que a conversa fluiu tão solta que decidimos deixar vocês deslizarem com a gente sem uma introdução protocolar. A amplitude da liberdade se reduziu tanto com a pandemia que esses pequenos instantes de subversão viram exercícios respiratórios anti-áspixia. Bem, nós somos o Laboratório de Sensibilidades e Devires, projeto de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O LSD. Mas o que é o LSD? Um lugar de encontros, de ações que se dão na forma de interferências (HENZ *et al.*, 2017) como processo de produção de fricção, feridas mútuas, necessárias entre corpos que se dispõem à experiência. Sem expectativa de qualquer reação ou desdobramento pré-definido. É devir. Diferentemente das intervenções que, em geral, implicam uma relação de causa e efeito. Nossa oferta é reunir propostas de experimentação artística coletiva, como performances, narrativas polifônicas de linguagens diversas, instalações, colagens, desenhos, poemas (MATTOS; ROCHA, 2020), e o que nos convoca à reflexão sobre suas possibilidades de operar no afrouxamento das bordas do sensível, envolvendo extensionistas e nosso público alvo de eleição: os passantes na rua, nas praças, nos espaços públicos mais diversos. Não nos interessa o útil. Nos interessam os acontecimentos, deslocamentos, abalos, aquilo que fica reverberando. Jogar o raio e não esperar para ouvir o trovão. Agora que já sabem, vamos retomara prosa.

Sonhos no Terceiro Reich é um livro de Charlotte Beradt (2017), uma jornalista que recolheu sonhos na Alemanha durante os primeiros anos de ascensão de Hitler,

entre 1933 e 1939. Esse livro nos instiga em muitos aspectos. Os sonhos aqui, como afirma Christian Dunker(2017, p. 10) na apresentação do livro, são nossa produção própria e insubstituível, aparecendo como uma obra de arte que o sonhante cria com a sua memória, imaginação, desejo. A proposta,

então, foi de coletar sonhos em um momento histórico de extremo antagonismo ao desejo. Dunker traz a ideia de que os sonhos, assim como a loucura, são postos no local de experiências absurdas, sem sentido e desprovidas de coerência, em oposição a uma realidade tida como experiência racional dotada de unidade. E então nos provoca: o que dizer quando olhamos para a realidade e experimentamos que ela é absurda, incoerente e destituída de sentido? O que sonhar quando a realidade social diante de nossos olhos adquire os mesmos traços de irracionalidade e fratura de sentido que atribuímos aos pesadelos e à paranoia? (DUNKER, 2017, p. 19)

Assim, os relatos coletados por Beradt (2017) trazem à tona as diversas formas em que a falta de sentido experienciada na realidade cotidiana era refletida na vida onírica, sob a multiplicidade de signos dos sonhadores. Aqui, fomos inevitavelmente convocadas à nossa realidade pandêmica. Em tempos em que a vida, tal como conhecemos, foi colocada em suspenso, e a falta de sentido parece gritante, como isso estaria aparecendo nos sonhos? Nesse processo, destaca-se a importância da ausência de uma narrativa dominante, nem psicológica nem sociológica. A potência dos sonhos vem justamente por se darem em um local de criação, de invenção artística por parte da pessoa sonhante, mas ao mesmo tempo sempre em embate com o real. Lembramos das palavras do historiador Reinhart Koselleck (2017, p. 173) no pós-fácio do livro: “os sonhos pertencem ao campo da ficção humana; eles não oferecem uma apresentação factual da realidade, mas lançam uma luz particularmente forte sobre a realidade da qual provêm”. O livro de Beradt – e, com sorte, também o Apanhador de Sonhos – nos permite ir um passo além, colocando em questão a própria noção do sonho como ficção. Como bem afirma Dunker (2017), os sonhos são parte da realidade factual, são uma experiência real em si mesmos. E assim vai se construindo nossa experiência de colher esses fragmentos que parecem sempre habitar o local do entre, onde realidade/ficção, público/privado, individual/coletivo perdem suas fronteiras em uma dialética efetiva.

Logo no primeiro mês de pandemia, voltamos a nos encontrar e, em um belo dia, fomos tomadas de assalto pelo sonho de Mônica. É isso! Vamos retomar a danada da interferência dos sonhos – já havíamos pensado nela tantas vezes. Então bora! Em pouco tempo criamos e divulgamos pelas redes sociais um formulário no Google Forms com o convite: “Apanhador de sonhos! Conte-nos o seu sonho onírico e escreva depois o que mais quiser!”. Lá pra agosto nos reencontramos e começamos a ler o que chegava até nós. Líamos ávidas! Dos primeiros 19 sonhos, nenhuma de nós tem sequer anotações em seus diários. Era um mundo novo, como poderíamos descrevê-lo? Ainda estávamos conhecendo o idioma, sabendo quais vestes usar, como habitar este novo território: os sonhos de pessoas das quais nós nem sequer sabíamos os nomes (há raríssimas exceções).

Hoje, nesses nossos encontros semanais, já lemos 112 sonhos. A essa altura do campeonato, já temos alguns descritores importantes, já observamos algumas

repetições, conversamos muitas e muitas vezes, trouxemos várias intertextualidades, nos acolhemos todos os dias, e essa interferência ressoa em nós e (imaginamos que) em mais ou menos cem sonhantes. Nossa colheita dos sonhos vem na ideia de uma cartografia: estamos aferindo os seus

efeitos em nós e mapeando os processos de subjetivação nos sonhos, pensando como as angústias do contemporâneo aparecem. À medida que vamos lendo as respostas do formulário percebemos que, muitas vezes, a interferência foi vivida como lugar de cuidado. Aquilo que era para nada pode ser para muitas coisas, afinal. Mas, bom, precisamos seguir um pouco nossa conversa. Vamos adentrar um pouquinho mais nos territórios do sonhar? Se acheque.

Vamos conversar sobre sonhos?

Oi, como vai?

Essa é uma pergunta difícil no tempo em que escrevemos. Estamos em pandemia e, se você ainda está vivendo isso, sabemos que não é fácil responder como vai, mas nosso desejo é que você e as pessoas que ama estejam bem dentro do possível e que as coisas melhorem. Aquite convidamos para entrar no mundo dos Sonhos, com a esperança de que a experiência de súbito te capture, como fez conosco. Que parte dos afetos que nos circulam possam te tocar e te balançar no encontro com essa jornada onírica. Essa jornada, entretanto, não é aquela banhada em determinismos, aquela do caminho necessário, mas uma jornada que se faz em devir, em construção no próprio ato de caminhar. Te convocamos para traçar esse caminho. E vamos juntas. Somos o Laboratório de Sensibilidade e Devires, ou LSD, para os íntimos, e vamos contar um pouquinho da nossa interferência Apanhador de Sonhos, que vemacontecendo desde março de 2020.

O LSD está em acontecimento desde 2012, a partir de uma relação de amizade muito inspiradora com outro Laboratório de Sensibilidades, o LS lá da Baixada Santista, da Unifesp, que inclusive nos trouxe a primeira ideia de recolhimento de sonhos de que falamos lá em cima. Com a proposta de ser um projeto de portas abertas, nós somos um conjunto de pessoas diversas reunidas em sensibilidades e devires, que já variou muito ao longo desses anos, com múltiplas parcerias e inspirações ao longo do nosso caminhar. Desde março de 2020, quando colocamos para rodar nossa interferência-formulário Apanhador de Sonhos, variadas pessoas contribuíram com seus olhares sensíveis e seus afetos. Neste momento nós somos um grupo de estudantes com contribuições de pessoas da Psicologia da UFRJ, tanto da graduação quanto da pós-graduação, da Dança, de Terapia Ocupacional do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) de Realengo e duas coordenadoras.

O que fazemos aqui é uma colheita. Foi uma de nossas respondentes que usou esse termo, a do sonho 38. Nos desejou boa colheita. A mãe de uma de nossas parceiras vive dizendo que essa ideia meritocrática de que colhemos o que plantamos é coisa de gente que não planta. Porque é preciso cultivar, mas nem sempre o que plantamos vinga, e outras vezes colhemos o que outras pessoas plantaram... Relacionando essas imagens, percebemos que aqui colhemos algo que já foi plantado

e que essa colheita também o modifica. Ao colher e comer os frutos, assementes são espalhadas e podem vir a nascer outros frutos. Quantos frutos surgem do afeto que esses sonhos geram em nós? Nós não plantamos sonhos, mas colhemos a experiência do com-

partilhar. Nós abrimos o espaço, como quem desbasta um matagal para fazer caminho, interferimos nos espaços fragmentados das telas infinitas e pudemos chegar até algumas pessoas que nos ofereceram suas experiências. Nós colhemos essas experiências e, então, mais muitas outras experiências vêm sendo vividas e reatualizadas, até mesmo na escrita deste relato.

Não sabíamos ao certo o que queríamos, mas sabíamos que desejávamos saber o que as pessoas estavam sonhando – era uma aposta. Não poderíamos saber o que iria emergir dali nem buscávamos responder a uma pergunta específica. Tínhamos algumas curiosidades sobre como a pandemia da covid-19 aparecia nos sonhos e como estava agenciando as pessoas sonhantes. Em um primeiro momento fizemos um convite e o circulamos em grupos de WhatsApp, no Facebook e no Instagram. Apenas um convite para a experiência de compartilhar os sonhos sonhados ao fechar os olhos. A propósito, nossa interferência-formulário, Apanhador de Sonhos, tem apenas três perguntas que podem ser respondidas anonimamente a qualquer momento:

1 – De onde você fala (cidade, bairro, estado e país)?

2 – Conta pra gente seu sonho!

3 – Se você quiser nos contar algo sobre si mesmo, ou algum outro comentário, faça

aqui.

Os sonhos começaram a chegar e, à medida que íamos, éramos afetadas de imediato.

Nos percorriam desejos de ler mais e conhecer quem contava. Incrível como três perguntas abriram espaços para tantos afetos, reflexões, trocas. A primeira questão revelou como a internet de fato espalha as coisas, derrama pelo mundo. Tivemos respostas de vários lugares diferentes, bem concentradas no Sudeste e no Rio de Janeiro, mas também fomos à Europa e até a “outro país do hemisfério norte desse planeta de cabeça para baixo”.

Sobre os sonhos, é até difícil de palavrificar os afetos que emergiram. Estamos fazendo isso há algum tempo, e até aqui experienciamos a oportunidade de passar do saber-fazer para o fazer-saber. O que isso quer dizer? Passar do saber-fazer para o fazer-saber (FERIGATO; CARVALHO, 2011) é uma inversão metodológica proposta pela cartografia. A cartografia como postura ética, estética e política que abre portas, inclusive, para essa escrita, que emerge a partir da experiência do recolhimento dos sonhos. Ao invés de escolhermos a metodologia, foi ela que nos pegou.

A cartografia nos convida a uma abertura afetiva, a chegar ao território pesquisado em uma experimentação, estando atentas à multiplicidade de forças que o compõem, sabendo que, a partir do início da pesquisa, a cartógrafa também habita aquele território existencial. Concordamos com Suely Rolnik quando diz que a tarefa do cartógrafo é dar língua a afetos que pedem para passar, é mergulhar nas

intensidades de seu tempo e devorar linguagens como elementos de composição de suas cartografias. Para ela, “o cartógrafo é, antes de tudo, um antropófago” (ROLNIK, 2011, p. 23). E foi como antropófagas que, tomadas, decidimos pesquisar os sonhos.

No encontro com o conceito aprendiz-cartógrafo (ALVAREZ; PASSOS, 2009), é possível pensar em nós, do LSD, como aprendizes-cartógrafas. Chegamos aos sonhos com uma dedicação aberta e atenta, disponíveis à experiência desta colheita. Aos poucos fomos conectando diversas teorias e o sonhar, integrando nossas experiências e aquele novo território que vem sendo apresentado a nós, sendo ativas na construção de uma prática que pouco a pouco está ganhando consistência, forma e nos reafirmando o desejo de seguir adentrando múltiplos territórios oníricos. Nesse processo, consideramos relevante observar de onde as pessoas sonhantes falam. Importante ter ao menos uma ideia do território ao qual elas pertencem. Passamos a nos importar com as datas em que os sonhos chegaram até nós. Elas são registradas automaticamente pelo próprio Google Forms. Essas datas refletem o momento em que as sonhantes sonharam durante a pandemia, e a nós interessa perceber os efeitos da pandemia nas sonhantes. São marcantes a invasão do medo de aglomerações e das preocupações quanto ao uso de máscara ao longo do tempo. Outro elemento que vem nos chamando atenção é se as pessoas que sonham se identificam de alguma forma no feminino ou no masculino. Já percebemos que são majoritariamente no feminino. Além disso, observamos se os sonhos são oníricos ou de desejo, se falam diretamente sobre a pandemia de covid-19, e buscamos registrar suas palavras-chave, montando assim um mapa do nosso percurso pelas escritas, uma cartografia das respostas à interferência-formulário e seus efeitos em nós.

Nossa primeira colheita de sonhos

Ao pedirmos para contarem sonhos, muitas pessoas sonhantes disseram de seus desejos. De fato, algumas não nos relataram nenhuma imagem onírica, mas sim o que vinham desejando. Esses sonhos de desejo abriram espaço para muitas conversas. Em um deles, o número 58, nos questionamos sobre qual o lugar dos nossos sonhos em meio a essa realidade que é tão onírica. Percebemos que boa parte dos sonhos registrados no formulário em setembro haviam sido de desejo, um desejo de futuro. A realidade é dura demais. Em setembro já estávamos no sétimo mês de pandemia, e isso também dói em nós. Ficamos pensando que, quando há espaço para falar, pode emergir o desejo de dizer do desejo, e esses sonhos banais precisam ser registrados. Quem sabe até o próprio sonho pode ser desejado, como apareceu para nós em algumas respostas.

Aqui surgiu um dos nossos analisadores: quais sonhos eram de desejo e quais eram oníricos. Outras pessoas também fizeram autoanálises dos seus sonhos, disseram de angústias por não sonhar, ou da dificuldade de lembrá-los. Algumas relataram o efeito dos sonhos após acordar, contando até histórias de premonições de morte.

Certas respostas ao convite abriram a portinha para adentrarmos mundos

oníricos diferentes dos nossos. Nós estamos lendo os sonhos em conjunto durante os encontros às segundas-feiras desde o final de agosto de 2020 e, nesse tempo, fomos afetadas pelos sonhantes, por nós e nossas memórias, pelo que compartilhamos umas com as outras – não afeto só no

sentido positivado da coisa, não, mas daquilo que afeta, que corta a carne, que transforma.

Um dos que cortaram a carne foi o sonho 47. Numa frase curta, a sonhante nos contou que sonhou com uma galinha morta dentro de si. Enquanto líamos e conversávamos, nossas vísceras se contorciam. Um único enunciado, sem nenhuma descrição, nos atravessou. Se havia alguma dúvida de como presentificar o corpo em meio à vivência on-line, esse sonho nos chacoalhou e nos lembrou que o corpo sempre está presente. Esse sonho veio acompanhado da resposta à terceira questão, dizendo que a sonhante andava deprimida. E então a angústia se fez ainda mais presente em nós. Esse foi um dia em que refletimos intensamente sobre o que tomamos como efeito dos sonhos que nos atingem em cheio. Ficou claro que a interferência originalmente proposta como experiência recolhida do outro era agora interferência em nós mesmas. Antropofagizamos os afetos do corpo que engoliu a galinha.

Ao ler os sonhos, não os interpretamos. A nossa busca é por deixar emergir os afetos que nos provocam. Brincamos com as intertextualidades e observamos as narrativas construídas para compartilhar seus mundos oníricos, sem interpretacionismos. Mas este sonho 47 encarnou em nós a repetição da morte nestes tempos de covid. Ressou em nós a imagem vivida de algum morto nos habitando, que era vivo. Um paralelo com a sensação depressiva de ter a morte dentro de si. Tanta coisa apareceu nesse dia de conversa... Ao reler agora o escrito vem uma sensação de enjoo, de embrulho no estômago.

Alguns outros sonhos partilhados nos trouxeram novas imagens, como o 51, em que um sonhante sonha com veleiros e com estar aprendendo a conhecer os ventos para velejar. Ficamos pensando que deve ter sido muito gostoso sonhar esse sonho. Muitas respostas trouxeram sensações e desejos de saber mais sobre os sonhos e as pessoas sonhantes. Em diversas delas sentimos muito por não estarmos diante de quem sonhou para perguntarmos mais sobre os sonhos. Estar na virtualidade nos abre portas, mas também deixa um gosto de quero mais. Não dá para voltar e perguntar de improviso.

Em reuniões nossos sonhos também foram presentificados. Durante as conversas, várias vezes compartilhamos sonhos e vivências que emergiram a partir da experiência de ler os sonhos dos outros, como se estivéssemos sonhando juntas.

A terceira pergunta nos provocou uma dobra, um engasgo metodológico. Não recebemos apenas os sonhos; aconteceram outros ótimos encontros também. Muitas pessoas não quiseram dizer nada, outras comentaram sobre as dificuldades em sonhar, ou como era a sua relação com os sonhos. Algumas ainda se apresentaram e disseram de grandes sofrimentos. Aquelas que usaram desse espaço como um desabafo, falando de angústias, nos levaram a pensar em quantas pessoas estão hoje com diversas crises e sofrimentos. Mas, sabe,

houve as que, além de falar das suas angústias, também agradeceram a oportunidade de participar de nossa interferência-formulário, e aí nos aparece outro sentido. Além de nós, outras pessoas têm no Apanhador de Sonhos uma experiência de vazar, ou ao menos de poder falar sobre si, sobre o que ainda há de privado em suas experiências, os sonhos. A interferência-

formulário, que não serve para nada, também pode se apresentar como forma de cuidado de quem comunga o território do sonhar conosco.

Arando a terra para a próxima colheita

Sonhar é um território muito explorado pela humanidade em diversos sentidos. Os povos originários têm no sonho um lugar importante de conexão com o sagrado. Eles nos inspiraram em nossas conversas: Ailton Krenak (KRENAK, 2020), Davi Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015) e tantos livros, filmes e vídeos que nos permitiram conhecer um pouco dessas múltiplas relações. Lembramos também daqueles sonhos premonitórios, seja para ganhar no jogo do bicho ou para receber avisos sobre morte ou nascimento. Uma pessoa sonhante afirmou, em nossa interferência-formulário, pensar em o que sente saudade antes de dormir para matar a saudade nos sonhos. Sonhos e nossas experiências coletivas nos levam a pensar também em como, no momento pandêmico, eles podem ser o instante de contato com o que não vivenciamos mais e de que sentimos saudades. Já transitamos por diversos territórios do sonhar, com diferentes contribuições de variados campos, mas há ainda muitas terras do sonhar a serem exploradas.

Certamente ainda vamos brincar de pensar com muitos mais sonhos e sonhantes. Esta está sendo nossa primeira pausa metodológica para recolhermos os efeitos oníricos em nós até aqui, com os sonhos sonhados até o dia 6 de março de 2021. Estamos sistematizando, escrevendo e nos reorganizando para divulgar continuamente a interferência-formulário. Queremos chegar a mais pessoas. Começamos a reunir os sonhos em lugares de vizinhança, portemáticas que nos chamaram a atenção. Os que aparecem como sofrimento acadêmico ou profissional e os que fazem referência a algum tipo de entretenimento, como séries, filmes, jogos. Estamos atentas aos sonhos que aparecem com uma narrativa imagética, aos que possuem um relato não ancorado na imagem, aos que misturam a narrativa onírica à realidade em vigília, nos deixando confusas com os relatos sem limites precisos. Buscamos observar como a experiência corpórea do sonhar aparece.

Estamos imersas na construção de dizibilidade para o trabalho de nos abriremos a campo de afecção, buscando avizinhamentos. Vai se desenhando uma ação interferência-performance virtual, em que a gente possa partilhar a experiência da colheita dos sonhos em nossos corpos convocando outros corpos, outros territórios existenciais. Se você se interessou em participar do Apanhador de Sonhos, clique no nosso formulário que circula no Facebook e Instagram. Vai que a gente ainda esteja recebendo sonhos no tempo e espaço exato em que você está lendo essas linhas... Até mais ver, viajante! Se quiser nos contatar, nos procure em nossas redes.

Referências

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In*:

ESCÓSSIA, Liliansa da; PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia (org.). **Pistas do método dacartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

BERADT, Charlotte. **Sonhos do Terceiro Reich**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

DUNKER, Christian. O sonho como ficção e o despertar do pesadelo. *In*: BERADT, Charlotte. **Sonhos do Terceiro Reich**. São Paulo: Três Estrelas, 2017. p. 9-26.

FERIGATO, Sabrina Helena; CARVALHO, Sérgio Resende. Pesquisa qualitativa, cartografia e saúde: conexões. **Interface**: comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 15, n. 38, p. 663- 676, 2011.

HENZ, Alexandre Oliveira; RODRIGUES, Andre; CAPOZZOLO, Angela Aparecida; SANTOS, Carlos Eduardo Alves; LIMA, Eliana Rocha de; CORDEIRO, Gustavo Lucas Bardelli de; MORENO, Harete Vianna; ALMEIDA, Lara Aparecida Machado; SILVA, Maria José da; BALDO, Rafaela Camargo; CASSETTO, Sidnei José; PEREIRA, Tahamy Louise Duarte; LIMA, Thayara Paule Herrera. Cabeça Dizpensa, corpo desvago: experimentações de um Laboratório de Sensibilidades. **Fractal**: revista de psicologia, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.96-102, 2017.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. Posfácio. *In*: BERADT, Charlotte. **Sonhos do Terceiro Reich**. São Paulo: Três Estrelas, 2017. p. 162-182.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MATTOS, Denise da Silva; ROCHA, Mônica. Poemética: corpo coletivo, narrativas polifônicas. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 32-44, 2020.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2011.

SLOMP JUNIOR, Helvo *et al.* Contribuições para uma política de escritura em saúde: o diário cartográfico como ferramenta de pesquisa. **Athenea digital**: revista de pensamento e investigación social, Bellaterra, v. 20, n. 3, e2617, 2020.

*Mnemosine Vol.16, nº2, p. 32-44 (2020) – Artigos – Parte Especial.
DOI: 10.12957/mnemosine.2020.57648*

Poemática: corpo coletivo, narrativas polifônicas

Poemetics: collective body, polyphonic narratives

Denise da Silva Mattos; Mônica

Rocha Universidade Federal do Rio

de Janeiro

RESUMO:

Interferência-instalação-poema nômade, criada para ocupar transitoriamente espaços públicos de circulação de pessoas, montada e apresentada pelo coletivo de participantes do Projeto Laboratório de Sensibilidades e Devires - LSD - Extensão da Faculdade de Medicina da UFRJ/Departamentos de Fonoaudiologia e de Medicina em Atenção Primária à Saúde. A Poemática é apropriação livre inspirada nos penetráveis de Helio Oiticica. É ação política que se preocupa em gerar um espaço de libertação usando poesia como dispositivo de escape, falada em voz alta ou gritada dentro de um espaço vermelho protegido. O poema como grito de resistência e de vida diante da opressão que tenta calar. O poema como o “vômito do afogado”, como designa Deligny, o sinal que prenuncia seu retorno à vida. Com base nessas ideias, propomos a criação de um espaço que, ao mesmo tempo, acolha o participante e torne sua experiência uma possibilidade de deslocamento.

Palavras-chave: interferência; instalação; sensibilidade; poema

ABSTRACT:

Interference-installation-nomadic poem, created to temporarily occupy public spaces for the circulation of people, assembled and presented by the collective of participants in the Laboratory of Sensitivities and Becomes Project - LSD - Extension of the UFRJ Medical School / Departments of Speech Therapy and Medicine in Primary Health Care. Poemetics is a free appropriation inspired by Helio Oiticica's penetrables. It is political action that is concerned with generating a space of liberation using poetry as an escape device, spoken aloud or shouted within a protected red space. The poem as a cry of resistance and life in the face of oppression that tries to silence. The poem as the “vomit of the drowned” as Deligny designates the sign that foreshadows his return to life. Based on these ideas, we propose the creation of a space that at the same time welcomes the participant and makes him / her experience a possibility of displacement.

Key-words: interference; installation; sensitivity; poem

“Também o coletivo é corpóreo”
Walter Benjamin

Interferência-instalação-poema nômade, criada para ocupar transitoriamente espaços públicos de circulação de pessoas, montada e apresentada pelo coletivo de participantes do Projeto Laboratório de Sensibilidades e Devires - LSD - Extensão da Faculdade de Medicina da UFRJ/Departamentos de Fonoaudiologia e de Medicina em Atenção Primária à Saúde.

A Poemética é apropriação livre inspirada nos penetráveis como objeto onde há interação completa entre o espectador e a estrutura-cor, pois ele se coloca dentro dela (OITICICA, 2011:55). A instalação é uma espécie de cabine, montada com armação de PVC, desmontável, leve, sendo cada face de 0,90m de largura por 1,90m de altura, revestida por duas camadas de tecido, tafetá e filó, ambas na cor vermelho sangue, com efeito diáfano. O piso é coberto com uma manta de pelúcia da mesma cor, onde repousa uma caixa grande, também vermelha, preenchida completamente por folhas de papel A4, cada uma com um poema impresso diferente, recolhido aleatoriamente das mais diversas fontes. Completa o conteúdo da instalação um amplificador megafone microfone portátil.

Por ocasião da 10ª Semana de Integração Acadêmica - SIAC, da UFRJ, realizada em outubro de 2019, inscrevemos a instalação e assim foi apresentada nos anais do evento: “A Poemética surge como uma ação política que se preocupa em gerar um espaço de libertação usando poesia como dispositivo de escape. A partir dela, o leitor pode apreender de diversas maneiras o poema, criando problematizações ou achando nas palavras novo sentido para suas afetações. A poesia tanto permite expressar o nosso mundo existencial quanto nos transporta para outros mundos. A ação proposta atuará como o que Deligny chama de “vômito do afogado” (DELIGNY, 2018), um grito de resistência e de vida ante a opressão que tenta calar a poesia. Daí o nome “Poemética”: a poesia como um vômito necessário para a própria existência num momento de afogamento das vozes artístico-políticas. A partir dessas ideias, propomos a criação de um espaço que ao mesmo tempo acolhe o participante e o faz experimentar uma possibilidade de deslocamento. Para isso, será montada uma cabine construída com um pano translúcido de cor vermelha, que atuará como uma cortina de fumaça, dando a sensação de um lugar privado e acolhedor, mas que

acessa e é acessível ao exterior. Tomando a ideia de "devoração" das realidades brasileiras, tal como apropriada pelo artista Hélio Oiticica, pretendemos usar a armação de um penetrável - onde o deslocamento do participante altera a

própria experiência diante das cores da estrutura. Haverá uma caixa no interior da cabine contendo diversos poemas recolhidos pelos extensionistas por toda a Universidade durante os meses que precedem a Semana de Integração Acadêmica da UFRJ. A ação convida o participante a se apossar de um poema aleatoriamente e a lê-lo em alto e bom som. Proporemos movimento, expressão e espaço de desterritorialização e reterritorialização para afetos, possibilitando resultados múltiplos e singulares.” (ALOE et alii., 2019)

A montagem do dispositivo.

A Poemética é a dobra de outra ação do LSD, que a antecedeu e a gerou: a interferência *Apirõ*, apresentada pela primeira vez no evento “Saberes do Entre: Corpo e Antropofagia”, promovido pelo Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da UFRJ, em novembro de 2018. Como a história de uma não existe sem a história de outra, vamos contar as duas de uma vez.

Apirõ é palavra Tupi que significa “acuado”. Acuados estávamos naquele triste e inesquecível 18 de outubro de 2018. Acuada estava a universidade no limiar de um tempo espaço que já intuíamos muro, corte, sufocar. Tempo em que palavras que nos acompanharam vidas inteiras como aliadas foram violentadas, despossuídas de seu sentido, hackeadas dos dispositivos humanos em disputa. A palavra como que se esgotou. Sentíamos assim. Vivíamos o limite de seu sentido, o inominável. Nossa roda de conversa do LSD, naquela manhã de segunda-feira, após 18 de outubro, se transformou em comunhão de lágrimas mudas. Mas somos coletivo de criação. E como diz Deleuze, “um criador não é um ser que trabalha pelo prazer. Um criador só faz aquilo de que tem absoluta necessidade.” (DELEUZE, 1999: 4-5). E o tempo da necessidade produziu em nossos corpos atravessados pelo outubro a criação de uma ação em que a suspensão da palavra colocasse em jogo o estado vibracional destes mesmos corpos. Uma performance dura cujo único som era a batida surda, marcial de um tambor.

Um auditório excêntrico. Corredor muito largo dividindo duas alas de cadeiras, ao fim do qual estava a mesa de apresentação. Na ação, cada um de nós segura, em um vértice de retângulo imaginário, uma fita de isolamento preta e amarela, aquela utilizada para marcar o limite de espaços interditados. Com ela delimitamos território interno no centro do auditório. E aí, ao som das batidas do tambor, um quinto participante de nosso coletivo deposita, no centro da cena, livros que nos são caros e ratoeiras armadas sobre eles. Ato contínuo. Deslocamos a fita sincronicamente num movimento de expansão do território central dos livros aprisionados.

Silenciosas e firmes, empurramos com vigor a assistência espantada, fazendo com que se deslocasse para as paredes, limite espacial do auditório, encurralando a todos. Audiência acuada. Acuada. *Apirõ*. Tupi. Acuados como os povos originários desde a conquista bárbara.

Mergulhamos na experiência dessa corporeidade esgarçada, compartilhada como linha de fuga. Nos estilhaçam a níveis submoleculares? (Re)existimos. Abrimos um novo possível para essa ferida que ainda sangra de forma avassaladora ameaçando nossas existências. Cada participante do coletivo se apropriou do processo de criação do *Apirõ* e o transformou. *Apirõ* é performance que propõe uma alegoria paradoxo aprisionante-libertária, na dependência do "se", partícula cinética cujo movimento depende do "quem" que se apossa de um "quando" que invente um "como". Essa performance pode ser pensada como um dispositivo que não dispõe de objetivos, mas que convida à experimentação pelos corpos presentes com possibilidade de criação de sentido. Desse modo, segundo Deleuze (1996), o dispositivo caracteriza-se como máquina de fazer e ver, ou seja, possibilita dar contornos a curvas de visibilidade e de enunciação. O dispositivo promovido pela ação pode gerar inúmeras afetações, com potência de encarnar experiências vividas no cotidiano. Um dispositivo em que a palavra é suspensa, mas faz dizer e ver tantas coisas: o isolamento, a exclusão, o cerceamento, o encurralamento, o esgarçamento da vida, de suas possibilidades, da educação, da saúde, das oportunidades, dos debates, dos sentidos e emoções, do espaço próprio e coletivo. *Apirõ* foi premiado com Menção Honrosa na 10ª SIAC da UFRJ, 2019.

Depois de *Apirõ*, se fez urgente a necessidade ético-estético-política de dar dizibilidade às vozes que o *Apirõ* fez calar, ou seja, tangenciar o limite do dizível. Muitas conversas no coletivo, extensionistas e docentes propositores do projeto de extensão, sobre como nos apropriarmos da palavra esgarçando-a para extrair dela novo sentido. Nessa esteira, o LSD propõe abrir um campo de possibilidades de alargamento do sensível por meio do encontro, entendendo este como uma operação de reciprocidade em um tempo intensivo, uma ferida recíproca com potência despertadora de afetos inesperados. Nesse sentido, os encontros são disparados por cada uma das ações do LSD e percebidos como tempo-espaco-interferência. O encontro como ferida tão delicada quanto brutal, alargando o possível e o pensável, sinalizando outros mundos e outros modos para se viver juntos, subtraindo passado e futuro com a sua emergência disruptiva. (EUGENIO et alii., 2012). Que interferência-palavra poderia nos lançar nesta experiência de encontro? O poema?!

A dobra de *Apirõ* seria o poema, o estatuto da palavra capaz de enfrentar seus violadores

embrutecidos. Intuímos que o poema teria potência para tal. E mais: o poema lido em voz alta! O poema lançado a plenos pulmões! O poema como grito de resistência e de vida ante a opressão que tenta calar. O poema como o “vômito do afogado”, como designa Deligny o sinal que prenuncia seu retorno à vida. O Poema, o vômito, emético... Assim nasceu o nome: Poemética. O vômito redentor dos afogados de outubro. Arte como ato de resistência, como o que resiste à morte (DELIGNY, 2018).

Poemética. A energia potencializadora de uma nova ação voltava a circular no coletivo. Todos queriam coletar poemas no campus. Ler poemas em voz alta. Pronto! Pronto? Não! Porque eis que uma nova extensionista lança o desafio, que é para muitos: “Eu não sei se conseguiria sair lendo em público, em voz alta”. A solução proposta: dizer sem ser vista. Mas como ocultar o leitor e soltar a voz? Coletivos de trabalho têm esse caráter singular do circular. A medida do desafio é o crescendo de novas perguntas. O nosso agora era como operar a disjunção entre o visual e o sonoro, ou ainda, entre “quem” o enuncia e seu receptor. Um véu, uma cortina... Alguém propõe uma cabine. Ao que outra emenda: um penetrável. E vamos visitar Hélio Oiticica. Apropriação livre do penetrável. Agora é só fazer! Só fazer... Como se fosse possível uma separabilidade de pensar/idealizar e fazer/ação. Aí se localiza uma das apostas do LSD: as experimentações de suas ações, a abertura ao processo criativo e em acontecimento.

Se a criação é necessidade nossa, também é dos materiais. E criar a partir deles é perceber as exigências de suas texturas e possibilidades como se eles, independentemente de nossas intenções de modelagem, nos dissessem: “Assim não será possível”. E daí são eles, os materiais, que vão nos dando pistas, acesso a suas vidas próprias ao cederem ao nosso manuseio para sua utilização ou nos interditando. Essa foi uma experiência formidável. Compartilhar a vida dos objetos que nos dizem coisas! Trabalhar o encontro em que ambos nos tensionamos, nos alegramos, sofremos, negociamos um caminho possível compartilhado.

Decidimos produzir a estrutura da cabine parte transformando o que já tínhamos no acervo e parte adquirindo o necessário, ao menor custo. Foram dias e dias de aprender fazendo. Cálculos de medidas precisas para encaixes de um quebra cabeça. Panos e seu ajuste ao suporte. Quem sabia costurar, costurou, quem sabia articular, articulou. Quem não sabia também. Todos tivemos que aprender. Vermelha. Uma instalação toda vermelha, encharcada na ideia de Oiticica que se invadia de cor, tocava, pisava, respirava cor. (PEDROSA, 2004)

A pintura da armação vermelha seria como? Uma das estudantes propôs usarmos spray. Mesmo usando máscaras não poderíamos fazê-lo em nossa pequena sala de trabalho.

Descobrimos no campus da Praia Vermelha – UFRJ um espaço baldio, chão de terra batida no entre árvores, junto a poucos operários que trabalhavam. O (des)lugar deu lugar. Exceto pelo vento que rodopiava e fazia cada jorrar de tinta spray uma espécie de dança-fuga improvisada para que não nos pitássemos junto com as peças da armação. Nitidamente aprendizes. Éramos quatro na aventura em curso. Um dos operários se aproximou. Ele observava a tudo curioso pelo inusitado da situação naquele espaço sempre vazio, extensão do barracão de obra. Em silêncio começou a improvisar conosco na busca de um ângulo com apoio favorável ao trabalho, na tentativa de burlar o vento no espaço aberto. Agora éramos cinco no arranjo tácito que o acontecimento agenciou. De repente ele soltou: “O que é que vocês estão fazendo?” Ao que respondemos que uma espécie de caixa para dizer poemas dentro dela. Ele emendou de bate pronto: “Eu não sei o que é poema”.

“Eu não sei o que é poema” foi o enunciado inesperado que nos acionou. Nós nos entreolhamos com a surpresa da descoberta do desafio posto: ao fazer falar, como responder produzindo língua que estabeleça conexões? O curso quase hiperbólico do pensamento fez conversa:

- Sabe o que é verso? Como fazem os repentistas que vão rimando enquanto cantam?

Ele sorriu satisfeito ao se perceber agora dentro do grupo.

- Isso eu sei!

- Então, poema é um tipo de verso. A gente quer convidar pessoas para falarem versos, poemas bem alto, em público. Você falaria?

- Não.

- Por quê?

- Ia ter vergonha

- Mas e se você pudesse gritar escondido, dentro de uma espécie de caixa grande, você toparia?

- Ah, aí eu falava!

- Então, ... é isso que a gente está fazendo aqui. Uma caixa vermelha onde as pessoas que têm vergonha vão poder falar bem alto os poemas que quiserem.

Retomamos o trabalho. Nosso interlocutor, visivelmente satisfeito, nos deu dicas de como fazer. Ao fim da tarefa da manhã nos despedimos. Transformados pela pequena descoberta no encontro.

Mnemosine Vol.16, nº2, p. 32-44 (2020) – Artigos – Parte Especial.

38 Denise da Silva Mattos; Mônica Rocha.

A Poemética foi encarnando em cada corpo do LSD. E emergiu com uma potência que transbordou dos diários cartográficos dos estudantes. E só lendo para

sentir:

“Retomando as atividades no projeto neste segundo semestre do ano, voltei com uma expectativa a qual sofreu uma torção ao longo dos nossos encontros nestes meses. Achava e esperava que íamos realizar atividades semelhantes às que experienciamos no último semestre, com leitura de textos, confecção de mapas, realização de atividades/performances/interferências na rua, trocas e discussões sobre textos, sobre buscas ativas, sobre experiências em geral, sobre o contexto em que vivíamos, e por aí vai... Mas, com a SIAC se aproximando, nos ocupamos principalmente em dar, fazer, tomar corpo nossas construções artísticas. Assim, nos dedicamos manualmente para esta materialização, deslocando totalmente o que eu esperava, de modo que minhas expectativas foram se transformando e fluindo para outro caminho, interagindo e se integrando a esse outro convite, um convite-processo, que foi se construindo/sendo construído em movimento, não estando pré-estabelecido e duro. Um convite decolocar a mão na massa, de manufatura afetiva.

Eu, que nunca tive muitas habilidades e coordenações manuais, hesitei um pouco e me frustrei diante desse convite, me colocando numa posição meio defensiva e sem me jogar de cara nessa nova conformação que estava se dando no projeto. Fui tomada por pensamentos como "será que é só isso que a gente vai ficar fazendo ao longo do semestre todo?", sem imaginar o tanto que veio com esse "só", o tanto de sentimentos, o tanto de sutilezas transformadoras e que me marcaram, o tanto de encontros e trocas possíveis... Aos poucos fui me abrindo a esse convite em constante processo de construção e fui surfando em novas ondas, abrindo novos caminhos, fazendo e aprendendo na prática com M., B., D., A. Habilidades de costura, de corte, de medição, de pintura, delicadezas manuais. Fomos ao Centro escolher os tecidos e depois de algum tempo andando por aí, pesquisando, vendo e combinando muitos deles parar aquela sensação de proteção e anonimato, mas ao mesmo tempo sem invisibilizar quem fosse estar por dentro da estrutura da Poemética, como também o mundo afora, e uma sensação LSD, com um certo efeito de alteração dos sentidos ou ilusão, por exemplo, conseguimos encontrar uma combinação perfeita de tecidos vermelhos... Fui acompanhando todo o processo de confecção dessas nossas ideias que tomaram corpo e tomaram vida própria, desde suas idealizações, a confecção de seus esqueletos, órgãos, a impressão de nossos afetos, mãos, marcas, histórias. E todo este processo foi tão leve e intenso ao mesmo tempo, permeado por tranquilidades e ansiedades, foi tão aconchegante, foi um espaço de respiros e trocas, um espaço acolhedor em meio a essa vida turbulenta, corrida, acelerada. Parece que se estabelece uma outra temporalidade quando estamos coletivamente no LSD, temporalidade outra que abre espaço para um estar e viver leve.

Cada dia mais próximo desse grande evento para o qual nos preparamos inteiramente neste semestre. (...) Ainda tínhamos que finalizar várias coisas para o dia seguinte, costura da Poemética, tecido vermelho para lá para cá, corte de moldes, poucas tesouras, muitas pessoas, muitos estímulos, muitas conversas, muita saudade, muitos encontros, rapidez, vontade de estar com todas mas ao mesmo tempo de me retrair, de respirar, de ser acolhida....

Fui seguindo o fluxo do meu jeito. ”

Assim a Poemética foi ganhando sua (i)materialidade na medida dos atravessamentos. Objeto-dispositivo como obra-potência prestes a estar no mundo, ao sabor do que cada um dela fizesse, como uma espécie de engendramento autopoietico. Interferência-instalação poema nômade criada como lugar quase em hipérbole para agenciar outras criações em devir. O convite à experiência está inscrito em seu próprio corpo vermelho provocante, oferecido em espaço aberto. Aqui seria colocada uma figura, mas pensando bem, nenhuma imagem

bidimensional “muda” traria a potência da afecção. Então, a imagem será a construção interior de cada leitor a partir da descrição aliada a sua própria imaginação. E ao convite...

Olá! **Poemática** é
um convite!
Tire seus sapatos
Entre
Sinta-se a vontade
Pegue um poema
RECITE! GRITE!
Se desejar, use o
alto falante
Vomite seus afetos
com poemas

O corpo coletivo: Poemética no mundo

A Poemética então começou seu caminhar como corpo ativo, acontecimento entre pessoas, na Semana de Integração Acadêmica da UFRJ. Dividindo um amplo espaço com outros trabalhos de diferentes escolas em frente à biblioteca do Centro de Ciências da Saúde. Professoras e estudantes transportamos e montamos juntas a instalação. A ansiedade nos tomou. Como funcionaria nosso dispositivo de polifonias poéticas?

E a Poemética aconteceu. Vieram tímidos e ousados, tranquilos e agitados, ocupados e apressados, todo tipo de gente curiosa. E cada um se entregou à proposta sensível de modo singular. Retiravam os sapatos, entravam na instalação e se seguia o silêncio. Se houvesse menos ruído do ambiente, talvez pudéssemos ouvir o murmurar de cada folha de papel deslizando sobre a outra. Até que, por fim, o poema era escolhido no maravilhamento do encontro. Drummond, Clarice, Barros, Hilda, Bandeira, Cacaso, Waly, Leminski, Augusto, Décio, Arnaldo e tantos outros como a pulsar. Então, a voz amplificada explodia num jorro, retomando para as palavras seu lugar de múltiplos sentidos que foram transmutados da interferência do *Apirõ*. Cada passante se voltava tentando definir quem falava, mas a Poemética só deixava ver uma silhueta vermelha...

A estudante narra:

“Chega o dia. Uma mistura de afetos sentia. Um misto de ansiedade, receio da avaliação, alívio pois tinha chegado o dia e tínhamos conseguido gestar nosso bebê, tristeza porque M., que foi fundamental na construção da Poemética e acho que sem ela não seria possível, não conseguiu estar presente, admiração, vontade e animação para que as pessoas aceitassem o convite da Poemética, experimentassem e deixassem ser levadas por aquela vivência vermelha, fortes expectativas....

O momento de carregar a estrutura da Poemética pelo CCS e ao mesmo tempo tentar encontrar o lugar que íamos ficar, para mim foi parte do processo de parto, porque realmente foi um parto essa etapa final. Mas um parto nada dolorido e muito divertido, que contou com muitas mãos e muito desejo.

Junto com maravilhosas exposições, projetos, apresentações, outras obras de arte, a Poemética ficou.

As vozes gritantes que soavam e ecoavam de lá iam compondo a totalidade indevir, inacabada, interminável movimento de construção composição costuração. Poemas vivos Vivas vozes

Ruídos potentes no espaço

De um espaço duro, rígido, apagado,

cinza Se fez um espaço vivo, sensível,

afetado Dentro e fora

Fora e dentro

Ali por aí por aqui”.

No LSD os encontros são disparados por ações que se dão na forma de interferências. Entende-se interferência, a partir do latim, como processo de produção de feridas e escoriações mútuas, necessárias entre corpos que se dispõem à experiência do encontro. Interferência é ação, a modo das ondas de rádio, ondas curtas, no sentido de uma intromissão (HENZ et alii., 2017). Sem expectativa de qualquer reação ou desdobramento pré-definido. É abertura ao devir. Diferentemente às intervenções que, em geral, implicam numa relação de causa e efeito. Nossa oferta é reunir experiências de alargamento do sensível no encontro, principalmente aquelas pautadas em conhecimentos e práticas classicamente definidas como marginais na academia, articulando a miríade de possibilidades da arte. É espaço-tempo de experimentação artística coletiva e reflexão sobre suas possibilidades de operar no afrouxamento das bordas do sensível, envolvendo todo o quadro social da universidade, entre técnicos, docentes, estudantes e quem mais quiser participar e produzir interferências que se propaguem para fora do laboratório. Propõe a realização de atividades de experimentação artística e reflexão sobre suas possibilidades de operar no afrouxamento das bordas do sensível. Operando zonas de vizinhança entre o corpo, a arte, a filosofia, a política e a ciência.

O esforço desse projeto é vazar e fazer linha de fuga no automatismo do pensamento. Vazar da sua forma organizada e sistematizada em universais, enfrentar e não inibir a experiência do caos, do imprevisível, do não saber dizer. Produzir intercessores a partir da experimentação do sensível e produzir alteridades capazes de nos colocar frente a problemas ainda não formulados. Abrindo fendas, rachaduras para processos de desterritorialização, reterritorialização. Tentando criar um campo de reviragem da sensibilidade.

A Poemética ganha vida própria e se lança em novas oportunidades de experimentação, em diversos coletivos.

Chegamos, UERJ!

O convite à participação no evento “Políticas e poéticas do contágio: ensaios de viver entre muitos”, promovido pelo Instituto de Psicologia da UERJ, nos chegou como convocação. Pirar junto como produção militante de sociabilidade criadora que nos faça escapar do nevoeiro denso da distopia que nos envolve desde aquele

outubro. Não por coincidência, um certo exercício de imaginação social semelhante ao que nos fez necessitar da Poemética. E criá-la. E desejar fazê-la circular em fluxo.

Res-pirar, trans-pirar, cons-pirar. Costurar outras tessituras vitais. Outros arranjos, encontros na encruzilhada entre arte, política e subjetividade, para reaprendermos juntxs a viverjuntxs. Em disputa. De dentro do nevoeiro que não cede à tentativa de resgate de algum elemento empático com a vida. O convite finalizado com a pergunta: Vamos?

“Vamos, claro que sim!” E de pés juntos caímos para dentro dessa aposta. Respondemos com o estado vibracional de nossos corpos ainda impregnados com o que fora experienciado no evento da SIAC duas semanas antes desse encontro na UERJ. Transporta, monta, encaixa, veste, preenche, deposita, convida, poema, Ana Cristina, Torquato, Capinam, Caetano, voz, palavra, agenciamento, vida, vermelha.

Por fim, lá estava ela, como paisagem de resistência, instalada no hall do 10º andar onde acontecia o evento. Na saída da rampa, que faz a ligação entre os prédios da UERJ, logo se podia avistá-la. O contraste do vermelho sangue com o cinza/concreto do espaço e da arquitetura fria daquele prédio convidava a aproximação dos passantes para ver e experimentar. Ela fez liga. Ela fez rede naquele espaço porque se abriu uma brecha desejante. O único suporte que possibilita a rede é a brecha... (DELIGNY, 2015)

Não temos ideia de quantos lá pararam e se experienciaram com a poesia e o mergulhona vermelhidão uterina da cabine. Quantas vezes ecoaram cortando a névoa densa. Lorca, Brecht, Baudelaire, Akhmátova, ... Cada participante se integrou ao objeto e o transformou para si. Para nossa surpresa, alguns produziram outra operação, deixando bilhetes e suas próprias poesias na caixa vermelha. Silva, Souza, Santos, Rocha... O contágio operou! E a Poemética fez nova dobra.

Na tarde do último dia do evento participamos com representantes de outros coletivos da roda de conversa “Cons-pirações-ensaios de viver entre muitxs”, cuja proposta era a circulação das apostas dos diversos grupos, seus modos de operação e produção e suas respectivas pirações-ensaios. A boa conversa é aquela que sempre deixa algo a ser dito, que escapa ao momento, mas que pela dimensão polifônica da circulação da palavra em roda e em reverberação dos corpos, numa política de contágio, não cessa em fazer dizer mais alguma coisa...

Deste modo, procuramos dividir com você, leitor deste texto, o relato da

experiência. O que foi dito... e o que restou a falar de nossa aposta do LSD fazer rede em cons-pirações- ensaios coletivos. Numa relação de co-existência.

Como retribuição a você que chegou até aqui contando apenas com a imaginação paravisualizar a Poemática narrada ... tire seus sapatos, entre, sinta-se à vontade, pegue um poema, <https://www.facebook.com/laboratoriodesensibilidadesedevires/videos/474730733129207/>

“Nós somos os propositores: nós somos o molde, cabe a você soprar dentro dele o sentido

da nossa
existênci
a.

Nós somos os propositores: nossa proposição é o diálogo. Sós, não existimos. Estamos à

sua
mer
cê.

Nós somos os propositores: enterramos a obra de arte como tal e chamamos você para que

o pensamento viva através de
suação.

Nós somos os propositores: não lhe propomos nem o passado nem o futuro, mas o

agora.”

Lygia Clark

Referências

- ALOE, Gabriella; FRÓES, Lorena Zikan; PASQUAL, Victória Benfica Marra; GARCIA, Juliana Bueno; DIAS, Isabela Fernandes Prado; TELDESCHI, Maria Clara Conforto; OLIVEIRA, Rafael Grillo Fernandes; MACEDO, Ana Paula Aguiar; MADY, Beatris Maria Carvalho; PIRES, Nathalia Massi; ROCHA, Monica Moreira; MATTOS, Denise da Silva. Poemática, <https://sistemasiac.ufrj.br/cadernoController/gerarCadernoResumo/35000000>, acessado em 27 de maio de 2019.
- DELEUZE, Gilles. O ato de criação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jun. 1999. CadernoMais!
- DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Ed. Vega – Passagens, 1996.
- DELIGNY, Fernand. *Os vagabundos eficazes*. São Paulo: Edições n-1, 2018.
- DELIGNY, Fernand. *O aracniano e outros*

textos. São Paulo: Edições n-1, 2015.

FIADREIRO, João; EUGENIA, Fernanda. *Secalharidade como ética e como modo de vida*: o projeto AND_Lab e a investigação das práticas de encontro e de manuseamento coletivo do viver juntos. *Urdimento*, nº19, p. 61-69, nov. 2012.

HENZ, Alexandre Oliveira; RODRIGUES, Andre; CAPOZZOLO, Angela Aparecida SANTOS, Carlos Eduardo Alves; LIMA, Eliana Rocha; Gustavo Lucas Bardelli de

CORDEIRO, Gustavo Lucas Bardelli; MORENO, Harete Vianna; ALMEIDA, Lara Aparecida Machado; SILVA, Maria José; Rafaela Camargo BALDO, Rafaela Camargo; CASETTO, Sidnei José; PEREIRA, Tahamy Louise Duarte; LIMA, Thayara Paule Herrera. Cabeça dizpena, corpo desvago: experimentações de um Laboratório de Sensibilidades. *Fractal: revista de psicologia*, vol. 29, p. 96-102, 2017.

LABORATÓRIO DE SENSIBILIDADES E DEVIRES/LSD. *Poemética SIAC UFRJ*. 22 de

outubro 2019. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/laboratoriodesensibilidadesedevires/?ref=bookmarks>>. Acesso em 27 de maio de 2020.

Mnemosine Vol.16, nº2, p. 32-44 (2020) – Artigos – Parte Especial.

44 Denise da Silva Mattos; Mônica Rocha.

OITICICA, Helio. Museu é o mundo. In: OITICICA FILHO, César (org.). *Helio Oiticica*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

PEDROSA, Mario. Acadêmicos e modernos. ARANTES, Otilia (Org.). *Mario Pedrosa*. São Paulo: EDUSP, 1998

ROCHA, Monica.; SANTOS, Adriana. Rosa C.; RESENDE, Catarina. Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde. *Interritório*, v. 5, p. 124-139, 2019.

Denise da Silva
Mattos Faculdade de Medicina. UFRJ.
Rio de Janeiro E-mails:
denimattos@gmail.com
lsdufrj@gmail.com

Mônica
Rocha Faculdade de Medicina. UFRJ. Rio
de Janeiro E-
mails: monicarochaufjr@gmail.com
lsdufrj@gmail.com

*Departamento de Psicologia Social e Institucional/
UERJ*

ANEXO 3: Polissemias do sensível:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/243599/33922>

Polissemias do sensível:
resistência e *ethos* na formação em saúde

ROCHA,
Mônica¹ SANTOS,
Adriana Rosa C.²
RESENDE, Catarina³

<https://orcid.org/0000-0003-1003-4602>. ³ Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (Niterói), coordenadora do CorporeiLabS, doutora em Psicologia (UFF), mestre em Saúde Coletiva (UFRJ) e terapeuta pelo movimento (Escola Angel Vianna). E-mail: catarinamresende@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/708397853598141>
O. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3102-3312>.

RESUMO

O objetivo desse texto é explorar diálogos, efeitos e reverberações de acontecimentos que povoaram o 1º ENSENSI – Encontro Nacional sobre o Sensível nas graduações em saúde. Como ponto de partida, serão extraídas as linhas de forças convocatórias deste evento, que coincidem com a direção dos Laboratórios de sensibilidades e corporeidades, os quais as autoras integram. Considerar o sensível, em sua polissemia, como campo de força que opera na diferença dos modos operantes da formação acadêmica como um todo e, em particular, nos cursos da saúde, provoca uma reflexão sobre as noções de resistência e (re)existência. A partir de uma aposta ético-estético-política, será problematizado de que modo processos de ensino-aprendizagem instauram políticas cognitivas, regimes de sensibilidades, constituem corpos e subjetividades, inventam mundos.

Sensível. Formação. Resistência. Saúde. Ethos.

¹ Professora do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutoranda do Programa de Pós – Graduação do Instituto de Psicologia (EICOS/UFRJ), mestre em Ciência (FM/UFRJ), supervisora do Ambulatório de transtornos de aquisição de linguagem e TEA (INDC/UFRJ), coordenadora do Laboratório de sensibilidade e devires - LSD projeto de extensão inscrito no SIGPROJ (FM/UFRJ). Email: monicarochaufjr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7199627553244440>. ORCID: <https://orcid.org/0000->

0002-0874-7120.

² Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (Niterói), doutora em Psicologia Social (UERJ). Investiga a composição corpo-pensamento-

subjetividade, tendo como disparador os objetos relacionais de Lygia Clark. E-mail: arosacs@uol.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2585803190864984>. ORCID:

Polysemias of the sensitive: resistance and ethos in undergraduate Health courses

ABSTRACT

The purpose of this text is explore dialogues, effects and reverberations of events happened in the 1st ENSENSI - National Meeting on Sensitive in health graduations. As a starting point, the lines of forces of this event will be drawn, coinciding with the direction of the Laboratories of Sensibilities and Corporeities, of which the authors are part. To consider the sensitive, in its polysemy, as a field of force that operates in the difference of the operant modes of the academic formation and, in particular, in the courses of health, provokes a reflection on the notions of resistance and (re) existence. From an ethico aesthetic-political bet, it will be problematized how teaching-learning processes establish cognitive policies, sensitivities regimes, constitute bodies and subjectivities, invent worlds.

Sensitive. Training. Endurance. Health. Ethos.

Multiplicitá dei sensibili: resistenza ed etica nell'educazione per la salute

RIASSUNTO

lo scopo di questo testo è quello di esplorare dialoghi, effetti e riverberi di eventi che hanno popolato il 1 ° ENSENSI - Incontro nazionale sui gradi della salute. Come punto di partenza, tratteremo le linee di forza di questo evento, che coincide con la direzione dei Laboratori di Sensibilità e Corporalità, che gli autori integrano. Considerare il sensibile, nella sua polisemia, come un campo di forza che opera nella differenza dei modi operativi della formazione accademica nel suo insieme e, in particolare, nei corsi di salute, provoca una riflessione sulle nozioni di resistenza e (ri) esistenza. Da una scommessa etico estetica-politica, verrà messo in dubbio come i processi di insegnamento apprendimento stabiliscono politiche cognitive, regimi di sensibilità, costituiscano corpi e soggettività, inventino mondi.

Sensibile. Allenamento. Resistenza. Salute. Ethos.

Polisemias sensibles: resistencia y ethos en la educación sanitaria

RESUMEN

El propósito de este texto es explorar diálogos, efectos y reverberaciones de eventos que poblaron la 1ª ENSENSI - Reunión Nacional sobre las Graduaciones de Sensibles en Salud. Como punto de partida, trazaremos las líneas de fuerzas que requieren este evento, que coinciden con la dirección de los Laboratorios de Sensibilidad y Corporeidad, que integran los autores. Considerar lo sensible, en su polisemia, como un campo de fuerza que opera en la diferencia de los modos operantes de la formación académica en su conjunto y, en particular, en los cursos de salud, provoca una reflexión sobre las nociones de resistencia y (re) existencia. A partir de una apuesta ético estética-política, se cuestionará cómo los procesos de enseñanza-aprendizaje establecen políticas cognitivas, regímenes de sensibilidades, constituyen cuerpos y subjetividades, inventan mundos.

Sensible. Formación. Resistencia. Salud. Ethos.

126

INTRODUÇÃO

Enquanto integrantes do Laboratório de Sensibilidade e Devires – LSD⁴, e do Laboratório de Subjetividade e Corporeidade – CorporeiLabS⁵, fomos convidadas a participar do 1º ENSENSI – Encontro Nacional sobre o Sensível nas graduações em saúde: A (RE)EXISTÊNCIA DO SENSÍVEL, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste/ Caruaru. Neste encontro compusemos, respectivamente, a mesa os caminhos dos Laboratórios de Sensibilidade e a coordenação de Grupos de Trabalho – Cartografias do Sensível. O que se deu nos três dias do evento foi um momento inaugural e imersivo, uma abertura intensiva para a formação de novas redes entre pesquisadores que problematizam os modos hegemônicos de produção e transmissão do conhecimento nas graduações em saúde.

Nossa intenção neste texto é explorar os diálogos, os efeitos e as reverberações, não só das nossas distintas participações, mas também dos modos como fomos afetadas pelas diversas falas e acontecimentos que povoaram este primeiro encontro do/sobre o sensível. Como ponto de partida, extrairemos as linhas de forças convocatórias desse evento, as quais coincidem com a direção de nossos Laboratórios, para a montagem de um plano comum da nossa participação.

O título do evento já nos dá algumas pistas das linhas de forças na emergência de um plano comum. Identificamos duas pistas, a saber: uma direção contra-hegemônica para a formação dos estudantes dos cursos de

⁴ Laboratório de sensibilidade e devires - LSD é um projeto de extensão proposto pelos departamentos de Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Medicina da família e

comunidades da Faculdade de Medicina - UFRJ e é aberto a todos os cursos de graduação da UFRJ. ⁵ Laboratório de pesquisa transdisciplinar e interinstitucional, sediado na Psicologia UFF/Niterói, com pesquisadores colaboradores dos campi de Rio das Ostras e de Campos dos Goytacazes; e em parceria com os cursos de Dança da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Ceará e Faculdade Angel Vianna, e de Terapia Ocupacional da UFRJ. Para mais informações, acessar o Diretório do Grupo de Pesquisa na plataforma do CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4374764085489371

Graduação em Saúde, na afirmação do sensível como resistência – imagem sonora para (RE) EXISTÊNCIA ao modelo hegemônico de cientificidade instituído, na medida em que indica um deslocamento do sensível em detrimento da racionalidade científica centralizadora, por um lado.

Por outro, a composição do prefixo (RE) – que determina uma repetição ainda no mesmo campo semântico: refazer, reler, por exemplo – ao léxico EXISTÊNCIA. Esta composição sugere que o sensível sempre esteve presente, não se trata de uma novidade, ou, ainda, de uma descoberta do sensível. No entanto, podemos apreender um jogo semântico na composição (RE) EXISTÊNCIA que transborda a repetição para apontar a diferença, já que a EXISTÊNCIA na borda do sensível jamais comporta o mesmo, uma vez que dela não se descola a experimentação da experiência, do vivido. Tomar o sensível como campo de força que opera na diferença dos modos operantes da formação acadêmica como um todo e, em particular, nos cursos da saúde, constitui o comum.

O deslizamento e a proliferação semântica entre (re)existência/resistência apontam que o comum a que nos referimos é mais que aquilo que é compartilhado. O comum expressa a aposta que aquilo que ensinamos e o modo como o fazemos instaura políticas cognitivas, regimes de sensibilidades, constitui corpos e subjetividades, inventa mundos. Trata-se, portanto, de uma aposta ético-estética-política, afirmar o comum enquanto plano coletivo onde se engendra a diferença e, a diferença, por sua vez, é o que pode resistir ao controle e ao aplainamento dos regimes sensíveis que sustentam o capitalismo contemporâneo (GUATTARI, 1987).

Polissemias do sensível

Ainda que a expressão “sensível” designe uma aposta dissonante, afirmando uma política cognitiva que parte da materialidade da vida e do corpo como propulsora do processo de ensino-aprendizagem, ela está longe de portar um único sentido. Na afirmação de certo *ethos* de trabalho, consideramos fundamental explorar alguns sentidos de sensível/sensibilidade e seus efeitos nas práticas de formação em saúde.

Baptista (1999), em ensaio com o intrigante título de “A escuta surda”,

no qual discute a formação do psicólogo e a constituição da chamada escuta clínica, retoma o historiador Lucien Febvre, que afirma:

Sensibilidade é uma palavra bastante antiga. Existe na língua, pelo menos, desde o começo do século XIV; o seu adjetivo, sensível, como acontece habitualmente, tinha-a precedido um pouco. Ao longo de sua vida, como também acontece, sensibilidade carregou-se de diversos sentidos. [...] É assim que no século XVII a palavra parece designar sobretudo uma certa suscetibilidade de ser humano às impressões de ordem moral: fala-se então muito de sensibilidade ao verdadeiro, ao bem, ao prazer etc. No século XVIII a palavra designa uma

certa maneira particular de ter sentimentos humanos – sentimentos de piedade, de tristeza, etc. (FEBVRE *apud* BAPTISTA, 1999, p. 20-1)

Baptista, a partir deste trecho de Febvre, destaca como transitamos de *suscetibilidades* – capacidade de se deixar tocar pelo mundo –, para a moderna interioridade psicológica, que passa a traduzir as marcas do viver por *sentimentos humanos*. Seguindo este caminho, podemos pensar esta modulação histórica da sensibilidade como a capacidade humana de se deixar tocar pelos acontecimentos do mundo, a partir de uma dobra singular, que é a constituição de certa interioridade psicológica capaz de sentir, gerar (e gerir) sentimentos. Uma pessoa *sensível* é aquela capaz de ter empatia ou de se identificar com uma situação a partir de sentimentos humanos comuns. Tal perspectiva pressupõe um caráter humano universal – naturalmente bom e solidário – de onde decorre a expressão “humanizar” como sinônimo, simultaneamente, de tornar “racional” e “sensível”: parto humanizado, humanização da assistência, médico “humano” ...

Entendemos que esta perspectiva aplaina o sensível a certo regime subjetivo individualizante, estratégico para o capitalismo, pois faz com que a dimensão coletiva da existência pareça ser mero efeito das individualidades somadas. Por um lado, há uma característica universal que ligaria a todos nós, indivíduos, a saber, a “humanidade”; por outro lado, as situações de desigualdade, sofrimento ou injustiça seriam também decorrentes de uma espécie de defeito desta característica, produzindo a “desumanização”. Donde é possível concluir que, se fôssemos todos mais “humanos”, não haveria problemas no mundo. Ora, tal perspectiva, ignora ativamente as relações coletivas de produção (i)material da vida, reduzindo os problemas (e as soluções) à esfera individual, seja ela técnica ou *humanitária*.

Propomos, diferentemente, que o sensível se refere,

pre
do
min
ant
em
ent
e, à
dim
ens
ão
ima
teri
al
da
exis
tên
cia,
às
inte
nsid
ade
s
que
fabr
ica
m
os
cor
pos
, as
prát
icas
, o
real
. Inte
nsid
ade
s
que
per
corr
em
17

os corpos, mas não se limitam à sua suposta individualidade. Antes, constituemo plano de imanência da própria vida (DELEUZE, 1988), que não cessa de

transfigurar as formas fixadas, abrigando e produzindo incessantemente a variação intensiva, o movimento próprio do viver, que é a criação. Assim, há diferentes regimes sensíveis engendrados por diferentes práticas, relações, cada um deles afirmando em ato certa política do viver. Aqui não cabem humanismos universais e individualizantes, pois é o tempo em sua historicidade incessante que *trans-forma* corpos e práticas, constituindo a materialidade sempre contingente da vida.

129

O regime sensível hegemônico no capitalismo contemporâneo captura a dimensão de criação inerente ao viver, que se caracteriza, como vimos, pela permanente transfiguração das formas, a partir das mutações no plano das forças, reduzindo-a à criatividade. Transformada em criatividade, a potência de criação é subjugada à produção de objetos e formas para o consumo. Em contrapartida, a dimensão sensível do humano é rebaixada à simples sensorialidade ou à captação dos acontecimentos do mundo pela percepção mais empobrecida e já moldada naquilo que é dado a ver. O olhar, saturado, vê tudo o que pode, mas apenas re-conhece traços. Ouvir também se reduz à dimensão instrumental da comunicação sonora e não consegue mais escutar e, assim, mesmo os sentidos que apreendem o mundo como forma e não como força, são reduzidos qualitativamente em seu exercício. Por outro lado, opera-se uma maximização quantitativa da capacidade perceptiva como sensorialidade fugaz e sem densidade, que acaba por produzir um vazio nos corpos, um vazio morto que busca sempre a renovação da sensação para obter mais uma dose sintética de experiência vital. O imperativo da felicidade consumo se expressa numa intensificação sensorial: esportes radicais impulsionando o corpo com doses extras de adrenalina; drogas que possibilitam turbinar o cérebro, o sexo ou todo o corpo para o produtivismo erótico-intelectual-dançante; redes sociais que sucedem freneticamente opiniões contundentes e imagens bem-sucedidas de si.

Como lembrou Ricardo Teixeira, citando Franco Berardi (Bifo) na mesa de abertura do 1º ENSENSI, “a sensibilidade se tornou um campo de disputa política”, visto ser um meio privilegiado de governo das condutas e manutenção do capitalismo:

Sensibilidade é a capacidade de entender sinais que não são verbais, nem verbalizáveis. É a faculdade de discernir o indiscernível, aquilo que é demasiado sutil para ser digitalizado. Tem sido sempre o fator primário da empatia: a compreensão entre os seres humanos sempre se dá, em primeiro lugar, no nível epidérmico. E aí está, hoje, o campo de batalha político. A intensificação do ritmo de exploração dos cérebros tem posto em colapso nossa sensibilidade, por isso a insurreição que vem

Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde

será antes de tudo uma revolta dos corpos. Penso em um novotipo de ação política capaz de tocar a esfera profunda da sensibilidade mesclando arte, ativismo e terapia. (BERARDI, 2011, s/n).

Assim, tomar o sensível como força propulsora na formação, sensível que não se confunde com o sensorial – ainda que este, em certa medida, o constitua – é uma aposta ético-estético-política na instauração de modos de existência dissonantes dos hegemônicos, que afirmem a criação e seu caráter libertário como motores do viver. A criação é potencialmente libertária pois, ao instaurar o que ainda não existe, opera uma ruptura com o estabelecido, o prescrito, o razoável. Mais do que ensinar conteúdos, cabe a esta aposta formativa instaurar espaços-tempo que amparem e fomentem o gesto de criação de si e de modos de existência, explorando a dimensão sensível na invenção de outros mundos por vir.

O sensível como resistência

O modelo hegemônico de ensino centralizado naquele que ensina e no modo de relação verticalizado em relação ao estudante, perfaz um perfil de formação definido por habilidades e competências previamente definidas, inclusive lançando mão de “maior grau de criatividade”, de modo a responder produtivamente às demandas do mundo do trabalho, o preenchimento máximo da “grade horária”, a valoração do CR⁶ como critério para acesso às bolsas, por exemplo. A exigência de manter o currículo LATTES atualizado com ampla produção de publicação que responda ao sistema de classificação de periódicos nacionais e internacionais, induz todos os atores à lógica da meritocracia, determinando os modos viventes do cotidiano universitário. No entanto, encontramos grafitada ironicamente nos muros da cidade a seguinte inscrição, compartilhada nas redes sociais: “Viver não cabe no LATTES!”

O ensino centrado na racionalidade “científica”, na qual só se aprende pelas evidências de um cientificismo com nuances dogmáticas na produção

⁶ Coeficiente de Rendimento (CR): Um CR alto é um bom investimento. Você precisará dele para concorrer a bolsas e estágios na UFRJ. O rendimento do aluno na Universidade, por período e ao final do curso, será traduzido por um coeficiente de rendimento (CR), calculado ao final de cada período, e por um coeficiente de rendimento acumulado (CRA), ambos representados pela média ponderada das notas finais obtidas em cada disciplina, tendo como peso o número de créditos que a disciplina confere. <https://xn--graduao-2wa9a.ufrj.br/index.php/cursos-de-graduao-mainmenu-124/funcionamento-cursos-140/347-coeficiente-de-rendimento-cr>

inequívoca de verdades únicas, rechaçando toda e qualquer forma de aprender numa lógica outra à que a ciência moderna apresenta, captura aquele que ensina e aquele que aprende na lógica do mercado, ou seja, em um sistema de valoração. Deste modo, o tempo de produção “intelectual” urge sem hesitações – “tempo é dinheiro”, nos diz o ditado popular. E, sem que se deem conta, subordinados ao critério da meritocracia, o esquema cognitivo tende a hipertrofiar-se, tanto de quem ensina como de quem aprende. A hipertrofia cognitiva forjada no produtivismo acadêmico responde a rizomatização capitalística empresarial que a captura, encontrando nela condições exponenciais na formação acadêmica. Disso resulta a montagem de uma maquinaria rizomática subjetiva que vaza da lógica produtivista e utilitarista em direções imprevisíveis e incalculáveis para o domínio e colonização das diferentes esferas do viver.

[...], estamos na fase do capitalismo endocolonialista, em que os humanos foram colonizados pelo capitalismo, e tornaram-se adjacentes às máquinas técnicas. Sob o capital, a substância humana deixou de ser capital variável para tornar-se elemento de servidão maquínica. (PELBART, 2003, p. 76).

A rizomatização capitalista da vida cotidiana universitária ganha “dizibilidade” nas plenárias e nos grupos de trabalho do 1º ENSENSI, pois não foram poucas as vezes que os estudantes do Curso de Medicina de Caruaru – cujo Laboratório de Sensibilidades, Habilidades e Expressão constitui cenário de formação – relataram embates com os estudantes que avaliavam como “menores” ou “menos urgentes”, as atividades propostas como desprovidas de “conteúdo”, sem respaldo científico ou um caráter utilitário mais explícito, visto não se propor a ensinar teorias ou técnicas que subsidiassem diretamente a intervenção prática.

Na experiência do LSD/UFRJ, mesmo enquanto projeto de extensão, essa mesma tensão aparece na fala de uma estudante do Curso de Terapia Ocupacional que esteve conosco durante um semestre. Havíamos proposto como interferência a performance desenvolvida por Eleonora Fabião – Converso sobre qualquer assunto⁷. Esta consiste em sentar-se em um espaço público portando um cartaz escrito – Converso sobre qualquer assunto –, como convite aos passantes. Tínhamos apenas a expectativa do exercício de nos colocarmos em abertura para o encontro. Encontro esse não marcado, apenas sujeito aos acontecimentos.

⁷ <http://tvbrasil.ebc.com.br/artedoartista/post/eleonora-fabiao-conversa-sobre-qualquer-assunto-no-arte-do-artista>

Um breve relato dessa experiência ocorrida no Campo de Santana – Parque situado no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, próximo da Estação de Trem Central do Brasil e da Faculdade de Direito da UFRJ – é oportuno. Responde ao convite uma passante estudante da Faculdade de Direito com a seguinte fala: - *Estou muito atrasada, mas queria saber, pra quê você faz isso? - Para conversar! - Mas pra quê? - Para conversar! - Você não quer se sentar? - Não posso, estou com pressa, hoje não dá! Puxa, não posso me atrasar!* Ao mesmo tempo que se senta na beira do banco, insiste – *Querida muito saber, pra quê? - Pra isso que estamos fazendo aqui, apenas para conversar. - Ah, tá, tenho que ir.* Levantou-se e partiu na sua pressa, mas o seu semblante não expressava convencimento.

Nossa extensionista também participou dessa interferência em outro local e em algumas outras interferências de modalidades diferentes. Mas, no início do segundo semestre, diz precisar se desligar do projeto, pois participaria de outro projeto de extensão mais a fim com a sua futura profissão - *“Adoro estar aqui, gosto demais de vocês, gosto de tudo que fazemos aqui, as vezes as leituras são difíceis, mas eu preciso fazer uma extensão que tenha mais a ver com a TO, com as técnicas, em como eu vou poder ser uma boa profissional, mais ligada ao curso”.*

Essas passagens dão visibilidade da força do sensível enquanto modo de resistência do modelo hegemônico retratado em finalidades prévias e utilitárias. Há certamente uma perturbação nos modos operantes e, se é que se pode afirmar, uma finalidade para nossas propostas, esse seria o caso. Produzir aberturas, ruídos e linhas de fuga que quebrem a automatização do conhecimento a-significante e massificado do discurso de cientificidade, para fazer brechas de permanência, insurgência. Não nos interessa nem o *para quê* e nem o *porquê*, fio condutor de formação acadêmica. Procuramos trilhar um caminho contra-hegemônico. Apostamos no desvio, na perturbação dos esquemas cognitivos hipertrofiados que estimulam o pensamento somente a pensar o que já é pensado, aquilo que já está formatado em enunciados, o que já foi dito. Então, a resposta à pergunta “para quê?” é: “Para Nada!”

Buscamos, no caso do LSD/UFRJ, a radicalização na montagem das propostas das interferências. Buscamos afirmar esse princípio, ao pensá-las. Fazemos para nada! Essa afirmação constitui uma linha de fuga das intencionalidades prévias e explicativas as propostas de interferência, a fim de preservar a força dos acontecimentos no encontro da experimentação. *É para nada!* Justamente porque não responde ao prévio, ao já dado. Isso não é banalidade e nem mesmo um vale tudo por qualquer coisa. Trata-se de estabelecer relações do sensível no vivido, nas brechas e rupturas da

Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde

experimentação e não fazê-lo como meio de acessar respostas cujas perguntas já estão dadas, inequivocamente. Tal como foi a expectativa de nossa extensionista em buscar outra atividade de extensão.

No entanto, o NADA não corresponde a um espaço vazio na experiência das interferências. Mas sim, um espaço circunscrito na borda do sensível, no que foi vivido na experimentação, naquilo que foi experienciado. Então o NADA é preenchido, não pela experiência em si, mas pelo vivido da experimentação da experiência. Nesse tocante, isso é tão singular, para cada ator envolvido, isso é tão da ordem de cada vivido, que não é possível estabelecer uma finalidade prévia de algo a ser vivido por outrem. Queremos no sensível da experimentação produzir alteridades, incômodos, hesitações, mas também alegria e potência, de modo a surpreender o pensamento e instaurar fissuras nos modos regulares de aprender e viver. Neste ponto, lembramo-nos de Deligny, que toma o autismo não como uma experiência patológica ou deficitária, mas como um modo de existência que dá a ver não o homem-que somos, “produto de uma longa domesticação” (DELIGNY, 2015, p. 67), constituído de consciência, projetos e intencionalidades, mas outro, que se constitui a partir das redes nas quais (se) tece. O agir “para nada” autista não é falta de intencionalidade, mas um outro modo de existir que nos permite ver aquêndos homens-que-somos outras possibilidades existenciais. O “para nada” ou a recusa da finalidade, nesse sentido, se constituem como abertura para a criação, visto que a criação se dá em um tempo de indeterminação, na ruptura com o que está estabelecido, portanto não pode ter antecipadamente finalidade. Assim, fazer intervenções “para nada” seria um modo de esvaziar significados e intencionalidades prévios, esvaziando a palavra de ordem a reconhecimento para ativar o pensamento no corpo, que opera a partir do esvaziamento que antecede a criação.

O sensível como *ethos*

É nessa experimentação sem fim, porque sem finalidade (pré-definida) e ininterrupta, que buscamos relações do sensível no vivido. Trata-se de ativar o sensível por um *ethos*, que converge para relações estéticas e políticas nas práticas de ensino-aprendizagem: experimentamos a produção do comum. De acordo com Rancière (2009a), os “atos estéticos” friccionam o real, interferem em um determinado arranjo de signos, nos modos de sentir e produzem novas formas da “subjetividade política”.

Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde

A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem 'ficções', isto é, rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. (RANCIÈRE, 2009a, p.59)

Na perspectiva do autor, partilhar o sensível requer uma tomada de posição (política) e um *ethos* que implica determinados modos de ver e dizer. A produção do comum pressupõe uma partilha do sensível, que comporta um duplo movimento de comunhão e partição. Há uma atitude limite de incluir e tensionar a margem, condicionada à experimentação. Assim, se intuimos designar o sensível como um *modo de ser* da experiência da formação, será necessário, a um só tempo, defendermos novas relações entre *o fazer*, *o pensar* e *o sentir*, constituintes de um campo de produção de possíveis. O trabalho da formação demanda *produção*, e numa aproximação com o trabalho da arte: “a produção se afirma como o princípio de uma nova partilha do sensível, na medida em que une num mesmo conceito os termos tradicionalmente opostos da atividade fabricante e da visibilidade” (RANCIÈRE, 2009a: 67). Compreendemos, nesse sentido, que dar a ver o campo intensivo é já interferir na produção de sensibilidades.

Acessamos a estética na sua dupla face: enquanto plano de experimentação artística do viver e enquanto campo do pensamento da arte de si mesmo. O esforço é o de elaborar um pensamento acerca daquilo que não pensa, pensar com o que é claro, mas ainda confuso (RANCIÈRE, 2009a). No intuito de viabilizar a ideia do sensível como o “inteligível confuso”, trazemos a arte como aliada da construção teórica, em suas variadas expressões, de maneira a vitalizar a força expressiva do pensamento. A experiência estética é entendida como a *experiência sensível* que atravessa os encontros e produz o comum. Neste diálogo com os argumentos de Rancière (2009a), a estética não designa uma teoria das artes, mas sim uma articulação dos regimes de visibilidade e pensabilidade do sensível e seus modos de transformação. Neste sentido, as ações e interferências dos nossos Laboratórios lançam mão das *práticas estéticas*⁸: maneiras de fazer que intercedem na distribuição geral das maneiras de ser e formas de visibilidade do sensível.

⁸ Por práticas estéticas designamos, mais especificamente, dispositivos que favoreçam a compreensão crítica e a experimentação daquilo que Foucault identificou como técnicas de si: “a arte de viver” deve ser conquistada dia após dia, durante toda a vida, num campo de atividades complexas, reguladas e cuidadosamente elaboradas (FOUCAULT, 1984a, 1984b). Nesta abordagem, o corpo passa a ser o instrumento operando dessa ética pessoal enquanto prática de liberdade, e os processos terapêuticos são transversalizados pelos processos artísticos, por meio de dispositivos que potencializem a experiência estética e suas interferências na subjetividade e na corporeidade.

*Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde*¹

Na experiência do CorporeiLabS, um estágio curricular em psicologia⁹ no qual arte, clínica e cidade são transversalizados pela experiência estética, nos ajuda a dar relevo à partilha do sensível como força de resistência e como um *ethos* na formação. A arte aqui não é um fim, mas um meio para abrir o dispositivo clínico e os corpos dos participantes aos múltiplos fluxos que tecem a vida, é um campo de experimentação e de ativação da dimensão intensiva e inventiva do viver. A clínica se amplia pela sua capacidade de fazer conexões transversais que a potencializem enquanto experiência de abertura, favorecendo a criação de novas redes e a sustentação de territórios subjetivos. A proposta é construir dispositivos que, partindo da corporeidade dos participantes (estagiários e clientela), propiciem a tessitura de redes e de territórios de produção de saúde na cidade.

Tal proposta se materializa por meio de um trabalho intensivo com os estagiários, através de experimentações corporais e da construção de um coletivo de trabalho, onde o cuidado é um fio que tece as relações. Desta forma, busca-se propiciar a construção de um *ethos de trabalho* caracterizado pela abertura do corpo à experiência sensível, onde o cuidado de si é indissociável do cuidado com o outro. Nesse contexto, estão presentes elementos da artista plástica Lygia Clark, que tem produzido efeitos na formação e sensibilização de um corpo clínico nos estagiários.

Alguns relatos poéticos da equipe enunciam a construção de um corpo em rede, na borda do sensível¹⁰: “Meu corpo clínico é marcado, esticado, cicatrizado com muito cuidado a partir do encontro intensivo com um outro corpo. O meu corpo aprende o contato a partir das intensidades e se contorna/des-contorna, se movimentando da maneira que é convocado. Corpo meu-teu-nosso. Meu corpo aprendendo em rede”. “Somos agulhas e somos linhas entrando em contato uns com os outros, fortalecendo, criando, costurando-se em rede. Rede que pesca nossas inseguranças, rede que

⁹ Referimo-nos ao Projeto de Estágio Específico Supervisionado Arte Corpo e Subjetividade, composto por duas equipes que trabalham em composição: Engenheiros de corpos, redes e territórios, supervisionada por Adriana Rosa; e Clínica, Corporeidade e Transdisciplinaridade, supervisionada por Catarina Resende.

¹⁰ Esses relatos foram produzidos pela equipe para o pôster apresentado no 1º ENSENSI - Formação intensiva em Psicologia: constituindo a prática profissional como um *ethos*. Assinaram o trabalho: Adriana Rosa, Catarina Resende, Ana Carolina Cotta, Júlia Câmara, Gabriella Araújo, Pedro Ramos, Letícia Salles, Henrique Saldanha, Bárbara Martins, Camila Carvalho, Cassiane Talita, Kaique Barbosa.

Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde

abraça as inseguranças e as transforma em aprendizado, rede que balança em cuidado mútuo”.

Assim, o cuidado é um vetor transversal que constitui o plano de formação e possibilita a abertura dos corpos à transfiguração incessante do viver. Cuidar do embrião do novo é tarefa que se aprende tecendo relações em comum. Tornar-se psicólogo consiste, portanto, na formação de um corpo no qual a desestabilização das formas, inerente ao movimento de viver, não seja combatida em nome de uma estabilidade normalizante, mas possa ser acolhida como parte da vida, que inclui dores, passagens de difícil sustentação e também criação de outros regimes sensíveis e relacionais.

Esta experiência se dá a partir da construção de espaços coletivos de experimentação de si e do mundo, seja nas supervisões clínicas, na constituição de dispositivos entre nós ou dirigidos aos clientes atendidos no SPA (proposições com os objetos relacionais, dramatizações, exercícios de sensibilização e ativação corporal, ensaios de estar juntos) e momentos fora da universidade, como a viagem feita com o grupo de estágio ao Instituto Inhotim, que envolveu articulações institucionais, a organização coletiva da viagem, a criação de um brechó (Brechotim) para levantar recursos e a experiência da viagem em si, que propiciou um breve ensaio de viver juntos, na partilha dos movimentos coletivos-singulares. Inhotim foi um disparador de importantes e múltiplas composições, seja a partir das provocações estéticas que ensejaram desdobramentos sensíveis, seja na abertura das tramas relacionais de aprendizado descentralizado e cooperativo, engajando os corpos na reconfiguração dos lugares estratificados de ensinante-aprendiz.

Afirmamos, assim, que a constituição de um corpo *sensível* às variações do viver em suas dimensões singular e coletiva, tão fundamentais aos profissionais de saúde – “habilidade” e “competência” almejadas (para usar o jargão curricular corrente) –, só se materializa a partir de um engajamento ativo dos corpos, em práticas efetivas de formação – que extrapolam o enquadre regular da transmissão do conhecimento, centralizado na verticalidade da relação professor-aluno – e apostam na *transformação* de si (incluído aquele que “ensina”) e do mundo.

O sensível como (RE) Existência

Com o intuito de finalizarmos este escrito, retomamos a segunda linha de força identificada na composição do prefixo (RE), o qual determina repetição, ainda no mesmo campo semântico ao léxico existência. De imediato

parece indicar um paradoxo, uma vez que não poderíamos supor, a menos que recorrêssemos a uma dimensão espiritual em outras vidas, a repetição da existência. Mas podemos identificá-la como uma tensão constitutiva do viver a vida, pois no plano do território existencial jamais permanecemos os mesmos. Cabe, então, explorar o jogo semântico, a configuração (RE)Existência como imagem sonora de resistência.

A etimologia da palavra existir tem sua origem no latim *existere*, forma se pela preposição *ex* que significa “a partir de” ou “trazer algo para fora” e o verbo *sistere*, cuja raiz *stare* significa estar, permanecer ou ficar de pé. Assim, *existere* significa literalmente “surgir a partir de algo firme”.

Há uma aparente contradição, pois, se por um lado *ex-* significa trazer algo para fora, e por outro, *stare* significa estar, permanecer ou ficar de pé, podemos referir que *ex-sistere* significa “um ser saído de si mesmo”, em pé, firme para caminhar.

Deste modo, existência implica uma saída de si mesmo, uma passagem da condição de vivo para o vivente a viver a vida. Um modo de produção da própria vida e, portanto, de criação de si mesmo. Constituímos nosso território existencial resistindo ao vivo para lançarmo-nos no vivido. Não à toa, então, há um ponto de ligação semântica e de sentido entre a forma (RE)Existência - movimento recorrente de saída de si e a imagem sonora resistência.

A esse respeito, Deleuze, na entrevista concedida a Claire Parnet para uma série de temas evocados a partir da sequência do Abecedário, nos ajuda a elucidar esse ponto de ligação, ao chegar na letra R de Resistência. Claire Parnet lembra ao filósofo uma passagem, por ocasião de uma conferência por ele proferida, na qual havia dito: “A filosofia cria conceitos e, se criamos conceitos, resistimos”. A partir dessa afirmação, a entrevistadora lhe apresenta um problema frente a colocação que não só os filósofos, mas os cientistas, músicos, artistas criam e, se criam, resistem, mas resistem todos a quê?

Frente a essa problematização Deleuze argumenta caso a caso, além da filosofia. O modo de resistência dos cientistas, que, ao criarem funções – ele faz distinção entre funções e conceitos – “*resistem antes de tudo ao treinamento e à opinião corrente, ou seja, a todo tipo de interrogação imbecil*”.

Nessa esteira, perpassa por diferentes campos de produção e respectivos processos de criação, os quais forçosamente resistem a algo, até chegar na afirmação que a mola propulsora de criação da arte e do pensamento é uma certa vergonha de sermos homens. Explora esse argumento ao fazer referência a Primo Levi, frente a problematização apresentado por Parnet – resistimos todos a quê?

Ele soube falar dessa vergonha de ser um homem num nível extremamente profundo, porque foi logo após sua volta dos campos de extermínio. Ele sobreviveu com... Ele disse: “Quando fui libertado, o que me dominava era a vergonha de ser um homem”. É uma frase ao mesmo tempo esplêndida e bela (DELEUZE, 1988-1989).

138

Vergonha de ser homem não por nos sentirmos culpados por todos os horrores praticados contra a humanidade, mas pela indignação de como muitos foram capazes de praticá-los. Vergonha que permeia e se faz sentir frente às mais ordinárias situações da vida cotidiana. A todo momento nos deparamos e assistimos cenas que nos colocam no limite do aceitável, sejam elas de violência ou de indelicadeza, arrogância e desprezo às diferenças individuais. Entretanto, não somos capazes de interpelação, pois, caso fôssemos, instituiríamos um drama diário em nossas vidas. Então, operamos sob um acordo tácito e nos incomodamos duplamente, tanto por aquele que protagonizou a cena, a qual nos coloca no limite do aceitável, quanto por não sermos capazes de interpelação. Por isso nos envergonhamos, afirma Deleuze.

Não se compara a Auschwitz, mas, mesmo nesse nível minúsculo, há uma pequena vergonha de ser um homem. Senão sentimos essa vergonha, não há razão para fazer arte. (DELEUZE, 1988-1989, s/n).

A arte opera linhas de fuga no aprisionamento que o homem faz da vida. Ela exponencia a força da vida como fonte de criação, abrindo brechas e dando visibilidade aos mecanismos de depreciação e de dominação que o homem exerce sobre a vida.

A (RE)Existência do Sensível, tema convocatório do evento, o qual sugere duas forças, resistência e existência, tem como ponto de ligação semântica um terceiro termo, qual seja: criação. Tanto para minimizarmos a nossa íntima vergonha de sermos homens – “*Criar é resistir efetivamente*”, afirmou Deleuze a Claire Parnet –, quanto no movimento de saída de nós mesmos – existência, no forjamento de modos singulares de criação do próprio viver, aposta-se nas múltiplas possibilidades de re-existir.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, L. A. **A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades**. São Paulo: Summus, 1999.

Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde

30

BERARDI, F. Entrevista com Franco Berardi (Bifo), publicada em 29/01/2011, no periódico espanhol **Público**. Tradução do blog Boca do Mangue. Disponível em: <https://bocadomangue.wordpress.com/2011/01/30/%e2%80%9ca-sensibilidade- e- hoje- o-campo-de-batalha-político%e2%80%9d/>. Acesso em: 03 jun. 2018.

DELEUZE, G. **Abecedário**. (1988-1989). Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://escolano-made.org/w-p-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf&ved=2ahUKEwj5h5iFjofeAhUEUJAKHZerB2sQFjAAegQIAxAB&usq=AOvVaw3sUuGQish5-xT3HdCjZYVf>. Acesso em: 31 agos. 2018.

DELEUZE, G. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELIGNY, F. **O aracniano e outros textos**. São Paulo: n-1 Edições, 2015. FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade (1984a). In: MOTTA, M. B. da (org.) **Ética, Sexualidade, Política: Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos & Escritos, v. V.

DELIGNY, F. Uma Estética da Existência (1984b). In: MOTTA, M. B. da (org.) **Ética, Sexualidade, Política: Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Coleção Ditos & Escritos, v. V.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PELBART, P. P. **VIDA CAPITAL**: ensaio de biopolítica. São Paulo:

Iluminuras, 2003. RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**.

São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2009(a). 2ª Ed.

RANCIÈRE, J. **O inconsciente estético**. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2009(b).



Intertérios | Revista de
Educação Universidade
Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.5 N.9
[2019]

